

6.11.26
21.2.64

ARNALDO BRAZÃO

O Primeiro Congresso
Feminista e de Educação

(RELATÓRIO)



EDIÇÕES SPARTACUS
L I S B O A — 1 9 2 5

Shi

O PRIMEIRO CONGRESSO
FEMINISTA E DE EDUCAÇÃO

EDIÇÕES SPARTACUS

(PUBLICAÇÃO POR CONTA DOS AUTORES)

<i>O Amor e a Vida</i> (contos), por Campos Lima	5\$00
<i>A Crise Económica</i> , seus aspectos essenciais, por João Perpétuo da Cruz	2\$50
<i>Três Aspéctos da Revolução Russa</i> , por Emile Vandervelde.	5\$00
<i>A Revolução em Portugal</i> , por Campos Lima	6\$00
<i>O Primeiro Congresso Feminista e de Educação</i> , por Arnal- do Brazão	10\$00

CORRESPONDÊNCIA A CAMPOS LIMA
Rua dos Fanqueiros, 277-2.º-E. — LISBOA

ARNALDO BRAZÃO

O Primeiro Congresso
Feminista e de Educação

(RELATÓRIO)



EDIÇÕES SPARTACUS
L I S B O A — 1 9 2 5

S|hi

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

O Primeiro Congresso
Nacional de Educação

1934



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PRIMEIRO CONGRESSO FEMINISTA E DE EDUCAÇÃO

O movimento de opinião que hoje é designado por *Feminismo*, aparece-nos devidamente caracterizado e definido no último quartel do século XVIII com as reclamações de Condorcet sobre a extensão do sufrágio político às mulheres, e com a vigorosa campanha de Olimpia de Gouges. Quando se esboçou êle? Pode ser que haja quem afirme que o Feminismo tenha a idade da primeira manifestação de opressão do homem sobre a mulher, na antiguidade dos tempos, já quando passada a fase animal do sêr humano, nos primórdios da civilização, porque anteriormente, a inteligência do homem e da mulher era tão rudimentar que só o instinto da conservação lhe provocava sinais de discernimento. Tal qual um irracional.

As noções subjectivas dimanadas da vontade e presididas pela inteligência só mais tarde apareceram, já quando o sêr humano marcára e definira a distância entre o racional superior, usando linguagem aglutinante servida pela inteligência e o irracional. Só então é que poderia ter-se dado a primeira mani-

festação opressiva do homem sôbre a mulher e logo uma reacção desta contra aquele.

Portanto, para êstes que assim possam pensar, o Feminismo deve ser, na essência, uma vontade revoltada, é uma aspiração de liberdade, é uma manifestação contra a tirania, contra a opressão e tem a idade dos tempos.

Empiricamente, sem profundarmos demasiadamente esta magna questão, assim parece que tenha sido. Não deve, porém, ser esta a verdade dos factos, é a lógica que nos diz.

O Feminismo é uma manifestação do factor económico.

Quando appareceu a primeira mulher angariando os meios do seu sustento pelo trabalho, appareceu a primeira feminista, embora inconsciente.

É certo que as reivindicações da mulher, o seu direito à vida pelo trabalho não são manifestações modernas, nem produto de uma imaginação fértil, feminina ou masculina.

«O feminismo, ainda que indissolúvelmente ligado à questão social, não deve ser confundido com o movimento socialista, nem subordinado às suas diferentes escolas. O programa socialista,— onde a igualdade dos sexos está inscrita com tôdas as letras—, é uma prova de que os seus próprios aderentes compreenderam bem a iniquidade das leis que fazem de todos os homens os patrões de tôdas as mulheres, e lhes permitem, explorando-o e oprimindo-o, abusar do sêr humano, assim lesado no seu direito» (1).

As reivindicações feministas só começam a fazer corpo de doutrina, com as características que hoje lhe conhecemos, muito mais tarde, quási nos nossos

(1) *Os homens feministas*, por Marya Cheliga.

dias, depois da Revolução Francesa, a-pesar-de elas terem vindo, através dos séculos a comprovar a utilidade da sua prática.

A resolução do grande problema político mundial, traz para os embates das paixões a questão feminista.

Até então, a mulher conservava-se na sua *turris eburnea*, mantinha-se afastada de tôda a vida social, salvo aquelas que, por necessidade, tinham vindo até ao caminho árido da luta pela vida, arrostando com os preconceitos e conhecendo tôdas as afrontas.

Por Feminismo não se entenda masculinização da mulher que hoje, indivíduos mal intencionados, pretendem crer e fazer crer.

A valorização do trabalho da mulher, a promulgação de leis contrárias à tutela jurídica que ainda hoje a vexa, a igualdade dos sexos perante a lei e perante a urna, a igualdade de salários para trabalho igual, etc., são aspirações feministas, são já princípios axiomáticos.

Contudo, ainda aparecem individualidades a contrariar a directriz das reivindicações feministas como se elas fôsem o produto de uma vontade e não de um conjunto de circunstâncias superiores à vontade do homem.

O Feminismo é uma das conseqüências da má distribuição da riqueza, o agravamento desta traz, logicamente, a intensificação daquele.

É isto que a cada momento observamos e que constatado foi, irrefutavelmente, em tôda essa barafunda que o *après la guerre* nos trouxe, sem solução ainda, com grave prejuízo e sofrimento dos povos.

Não sabemos se a guerra nos deixará disfrutar uma paz duradoira e fecunda, é cêdo para fazer

vaticínios, mas não há dúvida que ela trouxe a vitória do Feminismo.

Na Europa, à data que estamos escrevendo só Portugal, França e a Suíça não introduziram ainda na sua legislação o sufrágio feminino, quando é certo não ser nova a idea da interferência da mulher na política.

Platão, na sua *República* ideal, defendia a igualdade de direitos políticos para ambos os sexos, e «o grande Cícero nos livros III e IV da sua *República* foi o primeiro a reagir contra a doutrina corrente de que as incapacidades legais das mulheres provinham da fraqueza do seu sexo, da sua inexperiência, da sua leviandade. Condenou a lei Vaconia, feita nos interesses dos homens; combateu a tutela das mulheres e recomendou que, em lugar de se lhes dar tutores, se nomeasse um *ensor* para ensinar os homens a dirigir as suas mulheres».

«Seneca foi mais longe e viu mais alto: declarou que a condição das mulheres era para o Estado a causa da sua salvação ou da sua perda: *Mulier reipublicae damnium est aut salus*, palavras formidáveis que só encontraram eco na autoridade de Gaio, para vergonha do império e para maior precipitação na sua queda».

«Gaio, o eminente jurisconsulto, retomou a idea de Cícero e demonstrou em 161, que a tutela romana foi legislada no interesse dos próprios tutores, para que a mulher, de quem eram os herdeiros presuntivos, não lhes pudesse tirar a herança por um testamento nem diminuí-la por alienações ou por dívidas!» (1)

Por aqui já se vê como é falsa a concepção da

(1) *O escandalo do feminismo*, por Carlos de Melo.

inferioridade da mulher. Vem de longe já êste conceito como de longe vem a sua contradita. E de resto, Gaio, o jurisconsulto, ainda hoje é julgado e estudado como mestre de muito saber.

Se a mulher tem tido grandes detractores levados, certamente, por causa extranha e oculta a tais exageros, certo é também que grandes filósofos e jurisconsultos teem posto a sua sabedoria e as suas sentenças em prol da causa feminista. Stuart Mill, Ibsen, Vitor Hugo, Haeckel são formidáveis pirâmides onde assenta a doutrina feminista.

«O feminismo quer simplesmente que as mulheres alcancem a plenitude da sua vida, isto é, que tenham os mesmos direitos e os mesmos deveres que os homens, que governem o mundo a meias com êles, já que a meias o povôam, e que em perfeita colaboração procurem a sua felicidade própria e mútua e o aperfeiçoamento da espécie humana». (1)

É protesto contra a desigualdade de tratamento mantido através dos séculos em proveito exclusivo do homem, como tivemos ocasião de vêr quando citamos Gaio.

A teimosa exclusão da mulher da vida política, baseada no falso princípio da sua inferioridade mental e física tem provocado grandes pugnas e debates.

«Nem inferior, nem superior, a mulher tem o seu logar marcado na Natureza. São duas metades que se completam: homem e mulher. Isolados, destruir-se-iam. O que procuramos, nós, os reformistas evolucionistas, é a aproximação das duas metades e não a separação, como a moral farisaica tem feito,

(1) *Feminismo, feminidad, españolismo*, por Gregorio Martinez Sierra.

levantando entre ambos a pesada muralha das convenções» (1).

De resto, de todos os pontos que o Feminismo inclui no seu programa, só a parte referente aos direitos políticos tem sofrido o choque das opiniões contrárias. As outras já são aceites como indispensáveis ao bem e à marcha da Humanidade. Isto nos leva a crer que a luta travada contra o ingresso da mulher na política, em breve, findará.

De resto, não se compreende que a mulher como o homem aproveite das consequências, boas ou más, da Política e não possa, como êle, intervir na vida pública, prestar-lhe o seu esforço e a sua inteligência.

Através dos séculos tem ela dado provas de grande tacto político como Vitória de Inglaterra, Catarina II da Rússia ou Ana da Austria, que foram rainhas e que deixaram o seu nome ligado à História.

Mas não é só na política que a mulher tem dado provas de superiores qualidades directivas. Se à política nos referimos com mais intensidade é por ser neste ponto que o *Feminismo* sofre o mais rude ataque; nas letras e nas artes há nomes femininos verdadeiramente consagrados.

Se alguém nos disser: Sendo tôdas as mulheres doutoras, literatas, artistas, ou deputadas, o que será feito da família?

Nós responderemos com outra pergunta.

Todos os homens são doutores, literatos, artistas, ou deputados?

É preciso acentuar que o Feminismo procura consolidar a família por uma mais elevada compreensão dos deveres dos conjuges — marido e mulher.

(1) *A escravidão social da mulher*, por Victor Rossu-mano.

A mulher não precisa de abandonar a família e o lar para cumprir os direitos de cidadã. Antes, pelo contrário. «É aí que ela deve procurar a base da sua elevação, começando primeiro por ser boa filha, boa irmã e boa esposa, ajudando o homem e amando-o, sincera e lealmente, pois que só assim conseguirá captar a sua confiança, podendo exercer qualquer cargo, sem que êle pense jamais em se opôr a isso » (1).

Nem sequer merece referência especial o lançamento da lista na urna eleitoral, pelo tempo que a mulher perde fóra do lar, teríamos de confrontar com o tempo que ela perde na Igreja, nas modistas e casas de modas, nos teatros e cinemas, etc..

É verdade que há homens que frisam aquele facto e deixam, propositadamente, no olvido, o segundo. Isso não importa.

O Feminismo não quer que a mulher abandone as funções que a fisiologia, a psicologia e lógica lhe impõem e marcam, mas deseja também que a vida social sôfra a influência, a orientação da mulher porque é um elemento componente da sociedade.

Diz-se que a mulher é fisiològicamente diferente e psicològicamente diversa, mas deve-se dizer também que é sociològicamente igual.

É exactamente por esta igualdade que através de algumas dezenas de anos ela pleiteia, com denodo e entusiasmo. E o homem, numa visão clara e nítida, compreendendo que a desigualdade social baseada na diferenciação dos sexos, torna a sociedade defeituosa quiçá improgressiva, vai ajudando a mulher na conquista das suas reivindicações, vai

(1) *A elevação da mulher*, por Mauricia C. de Figueiredo.

chamando-a para a vida social como elemento necessário ao desenvolvimento geral.

Compreendo que, por muito nobre e elevada que seja a situação da mulher na família, torna-se indispensável a sua acção, o seu asserto e o seu conselho na direcção dos povos.

« Porque a mulher revela as mais acrisoladas virtudes domésticas, não se segue, sem flagrante injustiça que, em paradoxal homenagem, a condenemos à escravidão fóra da família. Pelo contrário, êsse sacerdócio íntimo, nimbado da mais abnegada modestia, confere-lhe uma indispensável capacidade social. Ninguém defenderá melhor do que ela a causa do lar, que neste momento, suscita tamanhos sobresaltos. Essa é mesmo hoje a questão capital da civilização» (1).

Não pode haver uma sociedade perfeita sem que o homem e a mulher estejam no pleno uso dos seus direitos, conhecendo os seus deveres, cumprindo integralmente as suas obrigações contraídas para consigo próprio, para com terceiro ou para com a sociedade, sem o preconceito de classes ou predomínio de sexos.

A emancipação humana tem de ser obra do homem e da mulher.

Juan Grave escreveu: «A mulher proletária, assim como o trabalhador, só pode emancipar-se pela revolução social. Aqueles que fazem esperar a sua emancipação na actual sociedade, enganam-na descaradamente.

Considerada como uma idiota pelo homem e pela

(1) *Discurso proferido na 1.ª sessão de trabalhos do Congresso Feminista e de Educação, pelo Dr. Bernardino Machado.*

lei, é preciso que também conquiste a sua liberdade por sua vontade própria; mas não há de consegui-la enquanto não se associe e faça causa comum com aqueles que trabalham pela emancipação de todos os seres humanos, sem distinção de sexos nem de raças».

E o Feminismo que não é um fim, antes um meio para alcançar a perfectibilidade humana, é uma alavanca do Progresso e da Civilização.

Pretende arrancar a mulher do marasmo a que foi votada, do estado de ignorância em que se encontra, quando é certo que sobre ela pesam as grandes responsabilidades de educadora por excelência. É ela que acalenta o filho, que lhe ensina as primeiras noções, que lhe dá inspiração, fôrça e vigor para, vida fora, vencer e triunfar. Se não estiver de posse de condições de ser boa mãe, boa educadora, boa cidadã, nunca poderá desempenhar o seu papel, falseará a sua missão.

Como se lhe pode pedir responsabilidades?

Objectar-se há que a política nunca será um meio educativo para a mulher e que no exercício dos seus direitos de cidadã nunca aproveitará deles para inculcar no espírito da criança nobres ideais.

Não é bem assim. Fazendo a devida correcção, encarando a questão nas devidas proporções, não se deve tomar o todo pela parte, o composto pelo componente e assim, nestes termos, não devemos generalizar o problema a tal ponto que destas palavras se deduza que todo o sexo feminino vai fazer uso dos direitos de cidadão, vai enfim, dedicar-se à política.

Não, de modo algum. Não acorrem ao exercício dos direitos políticos todos os homens, só aqueles que são abrangidos por certas e determinadas condições e dêstes só uma pequena minoria se interessa

pela marcha dos negócios públicos e com tendência para diminuir. Ora, com o sexo feminino sucederá a mesma coisa, com a circunstância de o número das mulheres que exercessem os deveres de cidadão ser ainda menor, pela maior percentagem de anal-fabetos neste sexo.

Na actual organização social, os partidos políticos procuram tirar o melhor partido do Feminismo. Mas há excepções.

Em Portugal dá-se um caso muito interessante, liberais e conservadores receiam o sufrágio feminino.

Os republicanos, que nos seus programas partidários reconhecem o direito de sufrágio à mulher recusam pô-lo em prática não vá a mulher dar os seus votos aos monárquicos. Êstes, por sua vez, não consentem no sufrágio por recearem que os votos femininos vão engrossar as votações daqueles.

Mas há mais.

Na Belgica, onde o predomínio político pertence aos católicos, êstes manifestam-se favoráveis ao sufrágio feminino, enquanto que os socialistas enèrgicamente combatem essa pretensão das mulheres belgas.

Isto que acabamos de expôr significa que em volta do Feminismo há um forte jôgo de interêsses e prova bem quanto pode pesar no govêrno dos povos a vontade da mulher.

*

*

*

Dediquemos algumas palavras ao Congresso Feminista e de Educação, o 1.º congresso feminista que se realizou em Portugal.

Triunfal foi a jornada do Conselho Nacional das

Mulheres Portuguesas, levando a efeito, em princípios de Maio (4 a 9), êste congresso.

A iniciativa foi coroada do melhor êxito e teve a aplaudi-la figuras da mais alta representação social. A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram votos de saudação.

Sua Excelência o Sr. Presidente da República, os srs. Dr. Bernardino Machado, Dr. Magalhães Lima, Dr. Abranches Ferrão, Dr. Barbosa Magalhães, e Francisco Xavier da Costa representante do Sr. Ministro da Instrução, presidiram às sessões do Congresso e todos fizeram afirmações rasgadamente feministas.

Enviaram a sua entusiástica adesão a ilustre académica e professora da Universidade de Coímbra, D.^{ra} Carolina Michaëlis de Vasconcelos, D. Elzira Dantas Machado, D.^{ra} Laurinda Alambre, General Norton de Matos, Dr. Jacinto Nunes, Fernão Boto Machado, Dr. João Camoesas, etc., etc.

Por intermédio do *Século* deram a sua calorosa adesão as médicas de Palhaça, sr.^{as} D. Celia de Almeida Leite e D. Ambrosina de Almeida Leite.

Bastantes colectividades aderiram e felicitaram a arrojada iniciativa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e entre elas contam-se o Grémio Acácia, Academia dos Estudos Livres, Grémio Altivez, Universidade Livre, Associação dos Professores de Portugal, Liga Pró-Moral, Confederação Geral do Trabalho, Sociedade de Cultura Social, Sociedade Naturista Portuguesa, Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino, Instituto Feminino de Educação e Trabalho, União do Professorado Primário, Grémio Humanidade, Grémio Fiat Lux.

Do estrangeiro foram recebidas também várias adesões de colectividades e das figuras de maior relêvo no feminismo mundial. Não podemos deixar

de mencionar entre as primeiras a Federação Internacional das Mulheres Ibero-Americanas, Federação Nacional Feminina de Cuba, Comité da União Cívica Radical da Argentina, Conselho Nacional das Mulheres Belgas, Circulo Arenal, Sociedade Espanhola de Abolicionismo e Juventude Universitária Feminina, e entre as segundas a Marquessa de Aberdeen que se fez representar por Mrs. Milne, M.^{me} Avril de Sainte-Croix, M.^{me} Backer, D.^{ra} Paulina Luisi, Bertha Nordentsau, M.^{me} Chaponnière-Chaix, Carmen de Burgos, etc.

A causa feminista, em Portugal, está em marcha, já nada a detem, é uma fôrça com direcção, seguindo um caminho previamente traçado.

As mulheres portuguesas, aquelas que estão á frente do movimento das reivindicações feministas em Portugal, teem um programa, e o Congresso Feminista e de Educação ventilando os variados assuntos que nêle estão inscritos, deu-lhes fôro de aspirações de urgente solução.

O congresso, pela elevação como decorreram os seus trabalhos, pela maneira sempre correcta como as suas discussões seguiram, sempre com grandeza e com um cunho de elevação moral, pelas afirmações de princípios que nêle se fizeram, excedeu tôda a expectativa. Foi uma bela prova de disciplina mental de todos os congressistas e, muito principalmente, das senhoras que tomaram parte nos trabalhos, representantes do *sexo frágil* que sempre e através de tantas vicissitudes soube ser *forte* e que tantas e tantas vezes costuma ser desprestigiado, mais por egoísmo de que por sentimento ou convicção.

As opiniões, quando elas eram divergentes, foram sempre apreciadas, houve a preocupação de vencer e não de vencer.

Isto muito contribuiu para que o congresso fôsse apontado como modelo de assembleia onde se procuram resolver os problemas da vida social, através da luz clara da razão, sem precipitações nem retaliações.

Muito nos apráz registrar êste facto na primeira prova pública dada pelas senhoras e demonstrativa do seu saber, do seu interêsse pela educação e pela *República*, do seu critério e orientação sôbre assuntos de um largo alcance social e interêsse geral.

Esboçaram o seu programa de realizações de grande necessidade e de mais urgente solução.

O congresso, pela maneira como decorreram os seus trabalhos, pelos têmeas apresentados, pela orientação que êle tomou, trouxe para o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas graves responsabilidades, como colectividade sua organizadora. Não pode o Conselho Nacional ficar de braços cruzados e gozar os louros desta vitória bem ganha.

Tem de trabalhar agora muito mais, tem de corresponder à confiança que o congresso nêle depositou para cumprir e fazer cumprir as resoluções tomadas, para promover e diligenciar pôr em prática as suas deliberações, e conseguir das respectivas autoridades a solução de alguns problemas que foram presentes a tão importante assembleia e sôbre os quais ela se pronunciou. Só assim se compreende o lado prático dos congressos. Se ficar alguma coisa de útil, se conseguir efectivar algumas das suas deliberações, tem cumprido com o seu dever, soube interpretar as aspirações do congresso, é digno da nossa admiração e do nosso respeito.

E nós não temos dúvidas que êstes trabalhos continuarão porque muito bem conhecemos as senhoras que hão de diligenciar pôr em prática as conclusões do congresso para o êxito ser completo.

Não terá grandes dificuldades a vencer uma associação que tão boa conta deu de si.

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que depois de um trabalho árduo e cheio de dificuldades de várias espécies, conseguiu, após 10 anos de propaganda persistente e lenta e por isto mesmo segura, impôr-se no nosso meio associativo, soube preparar o ambiente propício para dar fôrma a um congresso que honra a colectividade que lhe deu vida e que foi um verdadeiro acontecimento é digno da nossa admiração.

A ironia e o sarcasmo, que espreitavam gulosamente o momento oportuno para cair desapiedadamente sôbre a audaciosa comissão organizadora, teve de recolher ao âmago daqueles que nada respeitam, nem mesmo as boas intenções e que pelo ridículo tudo destroçam, arruinam e subvertem.

Se fracassassem os esforços da comissão, o Feminismo em Portugal sofreria uma grande derrota, seria profundamente abalado nos seus alicerces e a sua marcha era retardada pelo retraimento dos seus adeptos como acontece com todos os movimentos vencidos.

Mas dos fracos não reza a História, tal não aconteceu e o Congresso Feminista e de Educação chamou à realidade dos factos muita gente que propositada ou inconscientemente andava afastada da verdade, não investigando a razão das coisas, nem analisando os fenómenos que dia a dia se desenrolam e chamam a atenção de espíritos observadores e estudiosos.

Admitimos a divergência de ideias, várias são as facêtas por que pode ser encarado um mesmo fenómeno, mas a inconsciência de certas afirmações não passa sem o nosso protesto e o Congresso

Feminista e de Educação serviu para arrasar muitas destas afirmativas.

Tornando-se necessário fazer um balanço da mentalidade feminina, um grupo de senhoras chamou a si êsse encargo e, conhecendo bem as responsabilidades que tomavam não hesitaram um só momento. Cada dificuldade que encontravam ou cada obstáculo que topavam no seu caminho, maior era o entusiasmo que nelas despertava, maior era o esforço a dispender para alcançarem a realização do seu objectivo. E conseguiram-no!

As teses apresentadas por senhoras foram em número de 16, trabalhos verdadeiramente notáveis, ventilando questões de Direito, Higiene, Educação, Sociologia, Criminalogia e que mereceram os mais justos encómios de todos quantos dêles tiveram conhecimento.

Possuem êles também a particularidade de mostrar mais uma vez quanto pôde a fôrça de vontade quando servida pela inteligência.

Para o capítulo dos trabalhos do congresso enviamos o leitor onde detalhadamente pode apreciar o valor de tôdas as teses, que só circunstâncias de vária ordem e de todos conhecidas obstaram a que fôsem publicadas na íntegra; em todo o caso, vêm a lume as suas conclusões acompanhadas da discussão.

Enfim, o Congresso Feminista e de Educação marcou, e deixou-nos a esperança de que não será o único e que um outro está indicado, talvez com uma maior latitude.

*

* * *

Como secretário geral coligi todos os elementos que consegui alcançar para tornar êste trabalho o

mais interessante possível e aproximando-me tanto quanto possível da verdade. Poderão algumas palavras não terem sido pronunciadas pelo orador, mas as ideas eram aquelas que expressamos. De resto, muitos elementos foram fornecidos pelos próprios congressistas que muito amavelmente acederam aos meus rogos e alguns apontamentos tomados na lufa-lufa de um trabalho esgotante foram completados ainda pelos extractos de alguns jornais.

Assim conseguimos organizar êste trabalho o mais completo, podendo ser considerado como o livro oficial do congresso.

COMISSÃO ORGANIZADORA
DO CONGRESSO

Dr.^a Adelaide Cabete
Dr.^a Aurora de Castro e Gouveia
D. Angelica Pôrto
D. Domingas Lazary Amaral
D. Albertina Gambôa
Dr.^a Laura Côrte Real
D. Maria O'Neill
D. Deolinda Lopes Vieira
D. Vitória Pais Madeira
D. Elisa Lima
Dr. Arnaldo Brazão
João Teixeira Simões.

CIRCULAR CONVITE

Ex.^{ma} Senhora :

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a exemplo dos seus congéneres estrangeiros, vai promover no próximo mês de Março de 1924 um **Congresso Feminista e de Educação** que pela primeira vez, se realizará em Portugal.

O fim que nos leva a pôr em execução um tal empreendimento é discutir e ventilar princípios feministas e educativos que tão intimamente se relacionam.

Pela enumeração das teses que adiante fazemos e que já teem relatores, se avaliará o largo alcance social que temos em vista, com a realização de um **Congresso Feminista e de Educação**.

Outras teses, devidamente impressas, poderão ser enviadas à secretaria do Congresso a fim de serem submetidas à discussão, contanto que as suas conclusões não sejam contrárias ao disposto no artigo 1.º do Regulamento do Congresso e no artigo 2.º

dos Estatutos do Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas.

Pelo simples relato feito torna-se desnecessário encarecer o alto interêsse que há de despertar a nossa iniciativa.

Convidando V. Ex.^a a tomar parte no nosso Congresso, quer elaborando ou discutindo teses, quer enviando a sua adesão, esperamos vêr V. Ex.^a entre o número dos aderentes dado o fim moral, altruísta e educativo que temos em vista.

De V. Ex.^a

At.^{ta} Ven.^{dora} e Obg.^{da}

A Comissão Organizadora

REGULAMENTO DO CONGRESSO

Artigo 1.º—O **Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas**, com o fim de estudar, discutir e propagar as ideias feministas e as que se relacionam com elas, promove um congresso feminista e de educação que se realizará em Lisboa no mês de Março de 1924.

Art. 2.º—Para a discussão das teses apresentadas haverá 5 sessões que funcionarão em conformidade com o programa a elaborar.

Art. 3.º—Nenhum congressista poderá usar da palavra mais que duas vezes sôbre o mesmo assunto, nem gastar mais de 10 minutos de cada vez; ao relator da tese em discussão não é aplicada a primeira parte dêste artigo.

Art. 4.º—Álém das teses apresentadas pelos seus relatores a convite da comissão organizadora, outras poderão ser enviadas ao Congresso e sôbre elas recairá votação desde que as suas conclusões não sejam contrárias às disposições do artigo 1.º dêste regulamento, para as quais se reservam os 30 minutos antes da ordem.

Art. 5.º—As teses, devidamente impressas, devem ser entregues na sede do **Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas**, até ao dia 15 de Março.

Art. 6.º—Há 3 categorias de congressistas:

Honorários:

Beneméritos:

Ordinários.

Art. 7.º—São congressistas honorários:

S. Excelência o Sr. Presidente da República:

Os socios honorários do **Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.**

Art. 8.º—São congressistas beneméritos:

Quaisquer indivíduos ou colectividades que subscrevam com a quota mínima de Esc. 50\$00.

Art. 9.º—São congressistas ordinários:

Os indivíduos ou colectividades que subscrevam, os primeiros com esc. 10\$00, e as segundas com esc. 15\$00.

As colectividades podem fazer-se representar por 3 dos seus membros.

Art. 10.º—Todos os congressistas, sem distinção de categorias, tem as mesmas regalias, direitos e obrigações previstos neste regulamento.

Art. 11.º—Os presidentes das sessões serão proclamados na sessão inaugural do Congresso.

Art. 12—Tôda a correspondência relativa ao Congresso deve ser dirigida à comissão organizadora do mesmo: **Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas**—Praça dos Restauradores, 13-2.º.

CONGRESSO FEMINISTA E DE EDUCAÇÃO

SESSÃO INAUGURAL

Em 4 de Maio de 1925
(Às 15 horas e 30 minutos)

Presidida pelo
Sr. Presidente da República

servindo de secretários
Sr. Ministro do Interior
Dr.^{ra} Adelaide Cabete.

Dr.^{ra} Adelaide Cabete, Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e da Comissão Organizadora do Congresso Feminista e de Educação.

Senhor Presidente da República, Sr. Ministro, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com profunda emoção que venho, como presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, saudar Sua Ex.^a o Senhor Presidente da República e agradecer-lhe o ter-se dignado presidir à sessão inaugural do Congresso Feminista e de Educação, o primeiro congresso feminista que se realiza em Portugal.

Saüdamos com o maior júbilo todos os congressistas de ambos os sexos, que nos deram o seu concurso para levarmos a bom fim esta nossa iniciativa de grande alcance moral, social e cultural.

Para a Marquesa de Aberdeen, presidente do Conselho Internacional das Mulheres, representada por Mrs. Milne, vão as nossas mais fraternais saüdações pela sua representação, vindo dar grande brilhantismo ao nosso congresso e dar-lhe uma feição internacional, embora êle seja nacional.

Não quero deixar no olvido a imprensa portuguesa pelo carinhoso acolhimento com que tem tra-

trado dos assuntos que se ligam e dizem respeito ao nosso congresso; a ela devemos a grande publicidade e o bom ambiente com que foi recebida em todo o país a nossa ideia.

Finalmente, à digna Direcção da prestimosa Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa, os nossos mais calorosos agradecimentos pela cedência das suas salas para a realização dos nossos trabalhos, e por outras atenções.

Meus Senhores e Minhas Senhoras:

É a primeira vez que se reúne em Portugal um congresso feminista e coube a nós, membros do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a honra de o organizar.

É com regozijo que verificamos o entusiasmo com que foi recebida a nossa ideia, quer no país, quer no estrangeiro. As figuras mais categorizadas do feminismo mundial enviaram as suas mais entusiastas felicitações pela nossa iniciativa e empreendimento. A Marquesa de Aberdeen, presidente do Conselho Internacional das Mulheres, ex-vice rainha da Irlanda, na impossibilidade de comparecer pessoalmente, visto ter de ir a presidir a uma reunião internacional a realizar-se ainda êste mês em Copenhague, enviou-nos uma sua delegada.

Madame Avril de Sainte-Croix, presidente do Conselho Nacional das Mulheres Francesas, uma das figuras femininas mais prestimosas da França, lamenta não poder comparecer pessoalmente e faz ardentes votos pelo bom êxito do congresso.

D.^{ra} Paulina Luisi, Elena Arismendi, presidente da Federação Internacional das Mulheres Ibero e

Espano-Americanas, D.^{ra} Elisa Soriano, Carmen de Burgos, presidente da Cruzada das Mulheres Espanholas, Rosa Vidal, presidente do Comité Feminista da União Cívica Radical da Argentina, Ana Bernal, de Valência (Espanha), Pilar Morlon de Menendez, presidente da Federação das Associações Femininas de Cuba, Madame Anna Backer, secretária geral do Conselho Internacional das Mulheres, etc., etc., dirigem-nos palavras de incitamento.

No nosso meio, não podemos deixar de distinguir: D.^{ra} Carolina Michaëlis de Vasconcelos, nossa digna presidente honorária, Dr. Bernardino Machado, Dr. Magalhães Lima, Dr. Jacinto Nunes, General Norton de Matos, Dr. Abranches Ferrão, Dr. Arme-
lim Júnior, Dr. Jaime de Gouveia, Fernão Boto Machado, Dr. Barbosa de Magalhães, Dr. Carneiro de Moura, D.^{ra} Laurinda Alambre, Madame Bernardino Machado e muitos mais que se dignaram acompanhar-nos nesta cruzada que empreendemos.

O bom acolhimento que a nossa ideia teve no sexo masculino, é para nós um caso sintomático. A maior parte dos homens de hoje já não receiam que a mulher se torne menos feminina por ser feminista. Êle vê que a mulher à medida que se interessa pelas questões de ordem social, vai esclarecendo a sua inteligência, vai disciplinando o seu espírito, vai aperfeiçoando a sua própria individualidade, tornando-se assim um elemento de valor positivo, um sêr consciente e portanto com maior direito ao título de mãe e de esposa.

A vida na família assim se tornará mais harmoniosa, mais bela e mais equilibrada, visto que desta maneira o homem terá a seu lado uma verdadeira companheira, uma sua igual e não uma escrava.

Êste bom acolhimento deve atribuir-se também, à maneira como o Conselho Nacional das Mulheres

Portuguesas tem sabido impôr-se, sem exagêros e sem atitudes ridículas.

Sim.

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas não é formado por mulheres ociosas e frívolas mas por mulheres dignas e conscientes que há 10 anos trabalham com calma e perseverança, sabendo o que querem e o que pedem e que estão hoje aqui reunidas, levadas por um interêsse superior, para alcançarem um pouco mais de felicidade em benefício das suas irmãs. O Conselho é assim o defensor de todas as mulheres que sofrem, e pretende a reforma das leis iníquas e desumanas que as mantêm num estado de inferioridade que humilha e revolta.

Nós mulheres e feministas portuguesas não desejamos usurpar ao homem aquilo que por direito lhe pertence, mas sim queremos colocar-nos ao seu lado como auxiliares e cooperadoras, exercendo aquela actividade política e social que a ambos os sexos pertence caminhando assim para a perfectibilidade humana, ideal que todo o ser consciente e bom deve ambicionar.

O Feminismo não é o que muitos julgam e pensam, as mulheres a desejarem imitar os homens, fumandô, usando bengala, colarinhos, gravatas e tantas outras imitações ridículas.

No Congresso Internacional Feminista de Roma, realizado o ano passado e onde estivemos como representante oficial do govêrno portugûês e que reünuiu na cidade eterna mais de 1000 feministas de todo o mundo, eu não vi uma única fumar, enquanto que já tenho visto muitas outras fazê-lo e que não são feministas.

O Feminismo é mais alguma coisa de grande e sublime, é a dignificação da mulher, é a consequência de uma evolução e por isso mesmo precisamos

de vencer alguns prejuízos que entolham o nosso caminho.

É vulgar ouvirmos dizer que a mulher não deve deixar o seu lar onde tem marido e filhos para ir exercer funções públicas ou qualquer outro emprego.

Muito bem.

Nenhuma feminista que se preze de o ser desviará estas do seu nobre e sublime papel, mas aquelas que não têm essa felicidade e que têm uma inteligência e ilustração próprias para exercerem qualquer lugar que, por lei de excepção inqualificável e desumana o não podem ocupar?

O que será melhor?

Lançá-las na ociosidade, mãe de todos os vícios, ou aproveitar-lhes os seus serviços e a sua actividade?

Dizem alguns homens, felizmente poucos, que a mulher não possui capacidade intelectual para exercer certos ramos da actividade política e social. Como isto nos dá vontade de sorrir. Êstes temem a concorrência da mulher e recordam-me uma passagem do discurso que o meu saúdoso professor Dr. Sousa Martins pronunciou ao inaugurar um ano escolar na sua cadeira de Patologia Externa.

Fez um discurso que só êle o sabia fazer, dirigindo-se a todos os alunos e explicando o que devia ser um médico. No fim, dirigindo-se às duas alunas que estavam presentes disse-lhes — que nunca receassem os colegas que menosprezassem o saber das médicas, porque êsses estariam à sua esquerda, eram aqueles a quem as médicas faziam sombras mas que temessem sempre de se defrontar em qualquer assunto clínico com aqueles que dissessem em toda a parte que a mulher médica sabia e podia saber tanto como um médico, êsses, dizia o mestre,

são os que estão à sua direita, são os que não receiam a competência das mulheres. E para se calcular o valor intelectual e científico do Dr. Sousa Martins, basta dizer-se que num congresso internacional de medicina, em Itália, em que tomaram parte as maiores mentalidades do mundo, foi aclamado por todos presidente de honra de todas as secções.

Durante os meus 24 anos de vida clínica tenho tido algumas vezes ocasião de me recordar das palavras do grande sábio.

Pois bem, podemos também aplicar êste conceito ao Feminismo.

Os anti-feministas que temos encontrado são na verdade elementos que receiam que a mulher os suplante, são espíritos inferiores e fracos, enquanto que aqueles que não receiam a competência da mulher, estão aqui a nosso lado, na imprensa, na política, etc., são aqueles que, confiando na sua inteligência e saber, nos ajudam a quebrar as algêmas que apertam os nossos pulsos de mulher escravizada por leis feitas pelos homens.

Atravessamos uma época terrível, tanto no nosso país como no mundo inteiro, ninguém o duvida.

Muito bem, era necessário e urgente chamar a mulher para suavizar as agruras da vida, para ajudar a resolver problemas de ordem social e de difícil solução principalmente também para ajudar a architectar o grande templo da Paz Universal.

Neste sentido caminham as nações que marcham na vanguarda da civilização.

O próprio Mussolini, no discurso inaugural do Congresso Internacional Feminista, realizado em Roma, o ano passado, a que assistimos, fez um apêlo às mulheres italianas que o auxiliassem na defêsa da pátria comum, e, querendo ter a seu lado

o seu esforço, a sua dedicação e inteligência e as suas ideias pacifistas para uma melhor acção no governo da Itália, lhes prometeu desde logo o voto e o que é já hoje um facto.

A Inglaterra, a Dinamarca, a Noruega, a Alemanha, a Rússia, os Estados-Unidos da América do Norte, e muitas nações, já há muito estão aproveitando todas as qualidades da mulher nos mais variados ramos da actividade social e política.

A actividade feminina cada vez mais se desenvolve porque as novas ideias político-económicas têm modificado os antigos preconceitos e, chamando a mulher à realidade da vida moderna, trouxe para ela situações diferentes das que disfrutava.

Já a mulher aborda nos seus congressos internacionais problemas transcendentos, de um largo alcance social e todos dignos de ponderação.

Também nós, feministas portuguesas, querendo colaborar com o homem e fazendo um esboço do que vimos no estrangeiro, vamos tratar de questões que com toda a solicitude vamos estudar.

Serão ventilados neste congresso assuntos de Direito, de Educação, de Assistência, de Higiene e de Política em número de 24 teses e, se mais não foram apresentadas, é porque o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas não tem recursos monetários e estas teses foram impressas à própria custa das relatoras. É bom que isto se saiba para ser devidamente avaliada a força de vontade e o sacrifício de todos que colaboraram neste congresso.

Temós um fim.

Temos a aspiração de nos tornarmos úteis para o bem da Humanidade e não temos o desejo de usurpar os direitos ao homem, como falsamente afirmam os que deturpam o verdadeiro significado da palavra Feminismo.

Queremo-nos, repito, tornar úteis, porque nos julgamos com capacidade para efectivar o nosso *desideratum*.

As qualidades especiais e particulares que ornaram o carácter lídimo da mulher e devidamente aproveitadas na administração geral do Estado, seriam uma garantia de uma melhor moralização nos costumes.

A perspicácia que os homens nos atribuem superior à dêles, seria também uma garantia contra aqueles que, levados pelos seus interesses gananciosos, muitas vezes entravam a vida do Estado, criando conflitos e fazendo sofrer os povos.

A mulher, entrando na vida política e pública, segundo a opinião do diplomata francês D'Etournelles de Constant, faz parar o homem no seu instinto de dominação, porque lhe faz moderar o seu egoísmo, modifica-lhe a sua rotina, mostrando-lhe como um espelho, que há mais alguém sôbre a Terra sem ser êle — A Mulher.

Áqueles timoratos que preguntam aonde irá o Feminismo parar responder-lhe hemos: O Feminismo terminará onde acabam todas as ideias do Progresso, tôda a esperança generosa, terminará aonde acabam tôdas as aspirações justas.

Não se assustem. Se a natureza nos deu as mãos um pouco mais finas que as vossas, foi para nos advertir que elas servem para curar tanto as feridas da alma como as do corpo, assim disse Madame Siegfried.

Não se assustem, repito, porque nós caminhamos para a Justiça, para a Verdade, para a Luz, para o Direito Humano. (*Prolongados aplausos*).

Palavras de *Mrs. Milna*, representante da Marquesa de Aberdeen:

Ex.^{mo} Sr. Presidente, Ex.^{mas} Senhoras e Senhores.

Pediram-me para representar a Ex.^{ma} Sr.^a Marquesa de Aberdeen, que muito sente não poder estar presente, mas que ao mesmo tempo envia todas as suas felicitações ao Congresso Feminino, desejando grande successo às sessões. (*Aplausos*).

Secretário Geral do Congresso, em nome da sr.^a D. Adelaide Carvalho, presidente da Secção da Paz do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas:

Ex.^{mo} Senhor Presidente da República
Ilustres Congressistas.

Permitam que antes de iniciarem os trabalhos importantes que se vão discutir, a presidente da Liga da Paz, cheia de crença inabalável no futuro de Portugal, tão pequeno na Europa e que tanto deu ao Mundo, admirando sempre as páginas gloriosas da sua História, em qualquer campo que se queira discutir, para que na hora presente me anime a pedir um voto de saudação.

É meu dever pedir ao Congresso que me auxilie na minha cruzada.

«Paz e Amor pela Humanidade».

Não é difficil executar esta tarefa de que Portugal está precisando tanto.

E como tenho a certeza absoluta de que Portugal

não morre; se manterá fiel às suas páginas da História; que no momento actual o demonstra assombrando todo o mundo com o *raid* Lisboa-Macau — peço um voto de saudação ao Ilustre Presidente da República para que seja a segunda obra importantíssima a realizar-se sob a sua alta gerência — uma era de Paz para felicidade da gloriosa Pátria Portuguesa. (*Aplausos*).

Sr. Armando Luís Rodrigues:

Senhor Presidente da República, Minhas
Senhoras, Meus Senhores.

É altamente sensibilizado, que a êste Congresso venho desempenhar-me da imerecida incumbência de, em nome do Grémio Acácia, a que me honro de pertencer, e com os modestos recursos da minha parca inteligência, endereçar os respeitos que à ilustre individualidade de Sua Excelência o Senhor Presidente da República são devidos, e ao mesmo tempo saudar o Congresso Feminista e de Educação, promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

A assistência altamente culta que benèvolamente me escuta, revelar-me há, disso estou certo, as deficiências da minha apagada oração, para sòmente, e essa fineza solicito, escutar a minha sincera admiração pela Obra que êste Congresso vai realizar em benefício do País, por isso que eu sou o primeiro a reconhecer que em mim não coexiste envergadura para tão largo empreendimento, como aquele que me há sido incumbido, mas seja-me permitido que, vindo falar em nome de uma Colectividade, que à

Nação serviços relevantes tem prestado, eu interprete o sentir da simpatia do Grémio Acácia pela larga Obra que o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas tem já efectivado e que as minhas modestas palavras sejam reconhecidas por todos V. Exc.^{as} como o mais forte sentir da admiração pelos trabalhos de tão largo alcance moral e social que em benefício da Nação aqui se há de efectivar.

Pretender por palavras tão banais, como são as minhas, mostrar o alcance social que tem o Congresso que hoje inaugura os seus trabalhos, é demasiada ousadia; mas eu tenho o iniludível dever de desempenhar-me do encargo que o Grémio Acácia em mim declinou, para bem trazer o aplauso sincero à obra bela, tão nobremente iniciada e é aos fóros da representação que me há sido dada, que eu me acôlho, para expandir a minha admiração pelo valor dêste Congresso.

A Obra de tão largo alcance que êste Congresso vai realizar, demonstra claramente que os portugueses, freqüentes ainda de energias grandes, abrasados de uma fé inquebrantável, cõscios do seu valor, e enternecidos pelas façanhas de seus antepassados, sentem novamente enervar-lhes o espírito, a despeito do desalento que por vezes a todos pretende atingir-nos, mas que o valor forte daqueles que ainda recentemente se bateram pelo engrandecimento da Pátria não deixou postergar.

Ao saüdar êste Congresso, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República tanto honra com a sua ilustre presença, eu cumpro o dever tão grato ao meu espírito, de modesta e imperfeitamente mostrar a minha admiração pelos ilustres Congressistas que vão trabalhar pela grandeza da Pátria e que vão ensinar quanto se consegue por um esforço ordenado, quando êsse esforço como êste que V. Ex.^{as}

agora realizam, é tão fecundo e nobre, como é bela a iniciativa que V. Ex.^{as}, Snrs. Congressistas, tiveram em o levar a efeito.

Ao terminar, desejaria eu que as minhas palavras pudessem ir sob um tapete de flôres, neste lindo dia de primavera, levar as saudações mais quentes, mais sinceras e profundamente portuguesas, da minha grande admiração por êsses *Cavaleiros do Ideal*, que, através do Espaço, vão dizer ao Mundo, que na parte mais ocidental da Europa existe um povo que quer viver, que quer gozar de todos os direitos que às outras Nações é dado, a admiração mais pura pelas manifestações de patriotismo daquelas três almas, Beires, Pais e Gouveia que, como Gago Coutinho e Sacadura Cabral, certamente mostrarão ao Mundo o que valem os como Nação.

E para êles, que já vão longe, cheios de confiança na sua Obra e nos destinos do País, a contribuírem para um Portugal Maior, vai a saudação de fé que tenho pela sua arrojada iniciativa, solicitando que ao terminar, me seja permitido, que eu levante um bravo aos heróicos Aviadores, e um viva à obra tão nobre, tão grande, tão patriótica e tão bela que êste Congresso vai realizar. (*Prolongados applausos*).

Sr. Jorge das Neves Larcher:

Sr. Presidente, Minhas Senhoras
e Meus Senhores.

Em primeiro lugar saúdo calorosamente o grande patriota e eminente republicano, que é Sua Ex.^a o Venerando Chefe do Estado.

Saúdo o ilustre Ministro do Interior, coronel

sr. Sá Cardoso, republicano duma só fé, official distinto e um dos heróicos combatentes da Grande Guerra, e, finalmente saúdo a Comissão Organizadora dêste Congresso, a imprensa do meu país e todos aqueles que contribuíram com o seu esforço, com a sua quota parte de trabalho, para a realização do 1.º Congresso Feminista e de Educação que, certamente, marcará pela elevação e importância dos assuntos que, nêle, serão versados, e ainda pelos resultados práticos, que hão de advir do estudo de tantas e tão admiráveis teses, que vão ser submetidas à esclarecida apreciação de V. Ex.^{as}.

Êste 1.º Congresso Feminista de tão grande alcance social, será mais uma esplêndida vitória alcançada pela mulher portuguesa, no campo prático das realizações.

Oxalá, são êstes os meus mais ardentes votos, que depois dêste Congresso, os podêres constituídos saibam reconhecer e avaliar os altos e valiosos serviços prestados à sociedade pela mulher, e quão nobres e justas são as suas legítimas aspirações.

A mulher portuguesa é digna do nosso reconhecimento, é digna da nossa admiração porque, ela, tem sabido desde remotos tempos e em todos os campos, à custa de mil sacrifícios e de sublimes dedicações ajudado a engrandecer a Pátria, quer cultivando as sciências e as artes, quer de armas na mão, defendendo palmo a palmo o sólo bendito da Pátria.

Quer ainda como mãe educadora e carinhosa, quer como esposa amantíssima, a mulher portuguesa tem compreendido inteligentemente o seu papel, e desempenhado com amor a sua nobre missão nos diferentes ramos da actividade humana.

Finalmente, minhas senhoras e meus senhores, eu felicito e mais uma vez saúdo a illustre comissão

organizadora dêste Congresso e formulo votos para que destas reuniões saia uma obra ponderada e inteligente, que tenha o alto objectivo de prestigiar a Pátria e a República. (*Aplausos*).

D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia:

Senhor Presidente da República, Senhor
Ministro do Interior, Minhas Senhoras
e Meus Senhores.

Para fazer a República, escreveu Michelet na sua magnífica obra «As Mulheres da Revolução», é preciso uma certa harmonia, não somente de vontades e de ideias, mas de hábitos e costumes republicanos; é preciso termos dentro de nós uma república íntima, uma república moral, que é a única que pode legitimar e fundamentar a república política.

Esta passagem do célebre historiador que, melhor do que nenhum outro, soube poetizar a História, exprime um grande pensamento, que jámais devemos esquecer:— Com a reforma das leis, costumes e instituições, mais do que com a mudança do regime político, é que se implanta a verdadeira república, a república democrática.

A democracia, meus senhores, não é, apenas, como pode parecer, uma estreita fórmula política. É, muito ao invés, um modo de organização social, que disciplina tôdas as instituições, tanto as de direito público como as de direito privado, e modifica todos os quadros da vida do homem, desde a família ao Estado, desde a propriedade individual ao serviço público.

Nem de outro modo podia ser, em boa lógica e

sã doutrina, pois existe em todos os actos da vida social uma tal solidariedade, que os mais simples reflectem-se nos mais complexos, tendo a existência particular das pessoas uma constante influência na vida pública dos Estados.

Porisso, nos Estados de organização estruturalmente democrática, nas autênticas democracias, devem ser democráticos tanto o regime político como as instituições civis e mórmente a familiar. Foi assim em todos os tempos, mesmo porque não podia ter sido de modo diverso, em virtude da já anunciada interdependência dos fenómenos sociais.

Teòricamente, a democracia é quasi tão velha como a própria Humanidade, pois já dela nos falaram os filósofos gregos, com Platão e Aristóteles. Os filósofos revolucionários dos séculos XVII e XVIII fizeram também a sua propaganda doutrinária. Mas a Inglaterra e a França do século XVIII e a maior parte das monarquias da Europa ocidental do século XIX emprestaram realidade à doutrina, substituindo nos seus regimes políticos a vontade de *um só* pela vontade *geral*, directa ou indirectamente exercida. Pode bem dizer-se que o movimento democrático foi a característica primordial da civilização contemporânea.

A evolução democrática é, pois, antiquíssima. Vêmo-la, sentimo-la atravez de tôda a História, tendendo umas vezes para a liberdade, como na Grécia antiga, no feudalismo francês, no feudalismo alemão e nas lutas da Grã Bretanha, impondo outras vezes a igualdade, quer espiritualmente, como no Cristianismo, quer concretamente, como na Revolução Francesa, Dominando ora a liberdade ora a igualdade, atravez da longa estrada dos séculos se tem mantido e progredido o movimento democrático, acentuadamente mais liberal nos povos anglo-saxões, notavelmente mais igualitários nos povos latinos.

E vêde, senhores, que, sempre que nos referimos à evolução da democracia, se fala da Liberdade e da Igualdade. É que êstes dois grandes princípios são as pedras angulares da Democracia, são as suas fôrças motrizes. Sem a liberdade e sem a igualdade a democracia não podia existir. É por isso que se diz, e muito bem, que a democracia política é o regime da razão e da justiça.

Do acôrdo, da junção da liberdade e da igualdade é que resulta a fraternidade, essência pura da filosofia democrática. A fraternidade não tem leis, não se regula por leis, não necessita de leis. A fraternidade é o ambiente moral criado pela liberdade e pela igualdade.

É êste o conceito político, histórico e filosófico da Democracia, desta palavra que tão mal compreendida tem sido e que tal qual outras, como Socialismo, Revolução, etc., tantas confusões hão lançado no espírito dos homens.

Mas sòmente as instituições políticas é que teem sido trabalhadas pela Democracia?

Não!

Os princípios democráticos, difundindo-se, espalhando-se, irradiam dos regimes políticos para as relações que regulam os diferentes Estados entre si e para as próprias instituições civis e económicas.

A democracia tem influenciado tôdas as instituições civis, como a família, a fábrica, a escola, a magistratura, o exército. As próprias instituições religiosas teem sofrido o influxo da sua intervenção. Quem poderá negar, com verdade êste fenómeno?

No momento que passa, meus senhores, é *ainda* o pensamento democrático que domina na corrente de ideias que agitam o mundo; é *ainda* a organização democrática que dia a dia vai trabalhando mais profundamente tôdas as instituições sociais. É

ainda e será sempre, porque a marcha para a democracia de direito não pára nunca; só se deterá, como escreveu Guy Grand, quando os homens deixarem de pensar.

Os que *après guerre* apregoaram a decadência da democracia equivocaram-se, pois que até a vitória dos aliados significou, *primeiro que tudo, mais do que tudo*, o triunfo do ideal democrático.

No momento que passa, repito, tôdas as instituições evolucionam no sentido de mais e mais se democratizarem. A Grande Guerra foi, como justamente anunciou o presidente Wilson, a luta pela democracia, a luta entre dois sistemas de ideias: a liberdade dos povos e o imperialismo pangermanista.

Realizada que foi a democracia política, logo surgiu a questão da democracia industrial. No século XVIII, à conquista das liberdades políticas sucedeu a reivindicação da liberdade do trabalho, traduzida no século XIX na proclamação dos direitos do operário. Com o direito colectivo, que substituiu o individualismo do Código Civil, criaram-se as primeiras associações cooperativas e os sindicatos. Trouvou-se a luta entre o capital e o trabalho, com a subordinação do segundo ao primeiro.

Mas com as conseqüências da Grande Guerra, a sorte das armas mudou a condição social de uns e outros; os princípios da democracia e do socialismo liberal infiltraram-se a tal ponto, que agora o capital não é o único elemento com que se pode e deve contar; o operário na Inglaterra, em França, na Itália, *já intervem, já participa dos benefícios da indústria, já fiscaliza, já dirige.*

Nas instituições religiosas também a democracia orienta a luta entre o pensamento e a acção. São disto eloquentes indicações as recentes tentativas da

modernização da Igreja Católica e da Velha Reforma Luterana.

Après Guerre a Democracia impera no próprio Direito Internacional. A política diplomática mostra tendências para deixar de ser apanágio dos diplomatas e parece que vai perdendo para sempre os seus segretos mistérios...

Das instituições civis a que mais está sofrendo a influência decisiva dos princípios democráticos acentuados com a última guerra é o exército.

O serviço militar obrigatório tende a desaparecer e o tempo de recrutar a diminuir; a oficialidade de terra e mar vai perdendo a sua condição de casta, indiferente aos destinos civis das nações para se promiscuir na política e ter direito de voto até. Vingando inteiramente o ideal democrático no exército, desaparecerão os conselhos de guerra em tempo de paz os quais, em campanha, serão substituídos por tribunais *militarizados*.

A família é a sociedade basilar, aquela a que se está vinculado por laços mais estreitos, a que mais influi na vida do homem. É a «célula social» segundo o velho lugar comum, que por ser velho também traduz uma velha verdade de todos reconhecida.

A instituição da família também foi penetrada do ideal democrático. O pai há muito já que não é o senhor absoluto dos filhos; o marido deixou de ser o *dominus* da mulher. A sociedade familiar já não assenta no princípio da autoridade—preponderante do pai e do marido. Na família, hoje todos os seus elementos componentes são livres e tem a faculdade de deliberar sobre os próprios interesses.

Servindo-nos da frase elegante de Renan, podemos dizer que *a família hodierna é um plebiscito de todos os dias*.

Mulher e marido são, adentro do moderno con-

ceito do casamento, dois associados para a sociedade familiar, tendo ambos iguais direitos e correlativos deveres.

Fóra da família, também a democracia, sob a influência dos ideais da liberdade e igualdade, está elaborando novos costumes e leis, *que consagram a doutrina de que os direitos da cidade da mulher devem ser iguais ao do homem.*

Foi ainda a guerra que veio patentear de modo mais evidente esta fecunda elaboração doutrinária e jurídica, esta face da democratização das Sociedades. As necessidades da guerra levaram a acção da mulher a tôdas as esferas da actividade social: aos escritórios comerciais, às fábricas, aos serviços públicos, à Diplomacia, às magistraturas, a tôdas as carreiras, até àquelas onde a própria mulher nunca tinha pensado chegar.

A mulher, reflectindo sôbre o seu valor e condição social, concluiu que os seus direitos devem ser iguais aos do homem e que devem intervir, tal como êle, na política dos povos, porque a todos, igualmente, interessa a administração pública.

Esta opinião tem-se manifestado por meio de reivindicações mais ou menos calorosas, conforme a cultura feminina dos diferentes países.

A transformação lenta que a democracia vinha realizando, foi dêste modo apressada pela eclosão dos acontecimentos.

Neste movimento a ideia está ostensivamente em marcha.

Quem poderá detê-la?

O feminismo, meus senhores, é um aspecto apenas da democracia, que não se pode compreender sem a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos de ambos os sexos.

Os povos só benefícios poderão colher da eman-

cipação e da nobilitação da mulher. *Ernest Doudet*, no seu interessante livro — «As mulheres no Terror» — lavrou êste notável depoimento:—

«Em todos os tempos as mulheres, nas posições em que os acontecimentos as teem surpreendido, qualquer que seja a função que hajam desempenhado, seja *de vedetas*, seja em plano secundário, seja mesmo nas peripécias mais obscuras da vida particular, sempre se mostraram, salvo excepções raras, à altura da missão, que as circunstâncias ofereceram à sua actividade».

«Nas diversas *étapes* da História recolhem-se testemunhas memoráveis das suas qualidades e virtudes, e quási sempre, na adversidade como na fortuna, põem em relêvo a sua dedicação, energia, coragem e patriotismo!!»

Como vêdes, meus senhores, *lutar pelo feminismo* é trabalhar em prol da Democracia.

Discurso de Sua Ex.^{da} o Presidente da República

Meus senhores e minhas senhoras

Agradeço muito a honra que me fizeram para abrir êstes trabalhos. Foi como Chefe do Estado que eu aqui vim, e se o não fôsse aqui viria como simples cidadão.

As reivindicações das mulheres portuguesas são justas e, perante o que se passa lá fóra, é bem modesto o programa das feministas portuguesas com o qual concordo e com o qual decididamente simpatizo. De facto a mulher tem direitos legítimos a reclamar.

Tive ocasião de assistir às luctas tremendas que as mulheres inglesas travaram contra as autoridades e contra os preconceitos, para a colaboração

dos dois sexos na vida política e social e verifiquei também que as reivindicações feministas vingaram.

E que grandiosa victória a delas!

A prova de que tinham razão está no triunfo já obtido em grande parte das suas antigas aspirações. Já hoje estão dando todo o seu esforço para o engrandecimento do seu país.

A mulher inglêsa tem hoje acesso aos mais altos cargos. A Inglaterra hoje é já mais forte, mais justa pela intervenção das mulheres na vida pública.

Acho que fizeram bem em escolher o título Congresso Feminista e de Educação para esta assembleia feminina. Há muito tempo que as mulheres teem uma acção mais directa na orientação das sociedades; dêse que passaram a ser a educadora do homem se veem impondo à consideração de todos nós. As mulheres a quem está confiada a educação dos nossos filhos teem o direito de intervir na vida pública do seu país.

A Sr.^a D. Adelaide Calute referiu-se, no seu discurso, ao receio que alguns homens teem de que a mulher os suplante na vida. Já de há muito que os homens receiam o domínio da mulher e que sobre êles exerce pela irradiação da sua graça moral; mas o receio intelectual é infundado pois o que se pretende é que ambos os sexos cooperem igualmente na grande obra do interesse comum.

Tive grande prazer de ouvir a Mrs Milna as palavras de adesão que nos enviou a Marquesa de Aberdeen que se encontra à frente da grande legião de mulheres, empenhadas em todo o mundo na obra da dignificação e libertação feminina. Em nome do meu país agradeço as palavras que a Marquesa de Aberdeen nos enviou.

Quanto ao discurso da Sr.^a D. Aurora de Castro

e Gouveia o desenvolvimento de sua tese é importante e tanto mais que enquadrou as aspirações da mulher no movimento ideológico da democracia e chegou a conclusões que não podem ser batidas.

Torna-se necessário a intervenção das mulheres na administração do país.

As conclusões que a oradora tirou da Guerra parece-lhe que divergem dos factos que se tem verificado. A Guerra não trouxe os resultados que se supunha. Julgava-se que ela trouxesse o princípio do internacionalismo, mas assim não sucedeu, desenvolveu-se o princípio do nacionalismo e venceu-se mais, as nacionalidades apareceram mais fortes. Em alguns países, mesmo onde êsse espírito estava adormecido, a Guerra insuflou-lhes nova vida. Isto porém, não significa que se deixe de trabalhar para uma cada vez mais íntima colaboração internacional.

Seria bom tomar em conta que Portugal é um país á parte, com uma raça muito sua, uma índole definida e costumes absolutamente diversos.

Não se preocupem com o que se passa lá fóra. As reformas tem que ser subordinadas ao espírito da nossa nacionalidade e acomodemos a grande jornada do Feminismo no limite dos moldes portugueses.

Temos, cada vez mais, de aceitar o Feminismo no país e preparar os indivíduos para a intervenção na administração pública.

As mulheres portuguesas, cuja dedicação através da história nunca foi desmentida, hão de prestar bons serviços ao país.

Envio os mais ardentes votos para que êste Congresso abra as portas das aspirações feministas à mulher portuguesa num sentido de maior justiça, para bem de todos e para bem de Portugal.

1.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Em 5 de Maio de 1924
Às 21 horas e 15 minutos

Presidente

Dr. Bernardino Machado

1.^a Secretária

D. Deolinda Lopes Vieira

2.^a Secretária

D. Albertina Gambôa

Dr. Bernardino Machado :

Sou antigo soldado desta campanha. Pugnei sempre pela tripla causa, da creança, do povo e da mulher. A minha fé nos altos destinos femininos não data de ontem. Exprimia-a incessantemente em tôda a minha longa carreira pública. Recordo-o com desvanecimento. Já há 40 anos, na minha estreia parlamentar, eu, dizia: «Eduquêmos as mulheres, que assim preparamos à Nação os seus primeiros e mais dedicados mestres». E, desde logo, reclamava os liceus femininos, cujo plano de estudos me coube oficialmente elaborar, como vogal da secção permanente do Conselho Superior de Instrucção Pública. Por ocasião do Centenário do Colombo, em 1892, ilustres professores colaboraram comigo na exposição que fiz do nosso ensino ao Congresso Pedagógico de Madrid, onde proclamei o igual direito de ambos os sexos a todos os ramos e graus de cultura. Ministro em 1893, ocupei-me com igual diligência da educação e do trabalho da mulher. Multipliquei os cursos femininos das escolas técnicas, dotando-as de oficinas de lavôres regionais. E pude então valer a algumas indústrias caseiras, como a sericicultura, e levar ainda o subsídio do Estado a uma pobre velhinha, única depositária da tradição artistica, dos nossos belos tapetes de Arraiólos. Decretei o regulamento do trabalho dos menores e da mulher, e criei as bolsas de trabalho e os tribunais de árbitros avindores para o operariado dum e

doutro sexo. E, fóra do govêrno, realizei depois pelo país sucessivas conferências em prol do descanso semanal de todos os trabalhadores e para todos pedi instantemente a aplicação do horário dos 3 oitos, já consagrado na pedagogia. Implantada a República, solidarizei-me no Govêrno Provisório com o titular da Justiça nos decretos de dissolução das Congregações e de emancipação da mulher na família, assim como com os meus colegas do Interior e do Fomento na promulgação do direito da «grêve». E, chefe do govêrno em 1914, meti ombros à construcção da piedosa casa da Maternidade na capital.

Fui sempre partidário declarado da Associação Feminina de Classe. Estudante ainda da Universidade, fiz parte, sob os auspícios de minha mãe, presidente de honra, do grupo fundador duma das primeiras que se constituíram entre nós, graças sobretudo à iniciativa dum dos nossos mais beneméritos paladinos do princípio associativo, Olimpio Nicolau Ruy Fernandes. No dia em que, pelo desenvolvimento cooperativista, também a mulher lograr ascender livremente aos postos de direcção profissional, da sua competência, quanto o seu comprovado talento administrativo não acrescerá as forças vivas da riqueza e bem estar nacional!

Professor, na minha cadeira de antropologia, mostrei, a tôda a luz, como as faculdades do homem e da mulher se completam, sem nenhuma hierarquia ou privilégio. A mentalidade feminina é diversa, mas não inferior. E, na sala dos Capelos, em acto solene de teses, reivindicando os direitos da mulher, só um argumento transitòriamente concedi ao doutorando, o do actual desalinho do Parlamento, que está bem longe de ser sempre um salão digno de senhoras. Alguns dos nossos políticos são ainda, por vezes, muito insociáveis. Mas, até por isso, embóra elas

possam padecer na sua melindrosa delicadeza convém dar-lhes lá o logar que lhes pertence, para que a sua distincta presença contenha os assomos inestéticos dos desmandos partidários.

Uma sociedade é tanto mais perfeita quanto mais couberem dentro dela tôdas as liberdades. Os povos bárbaros são povos menos livres e reciprocamente. Porque a mulher revêla as mais acrisoladas virtúdes domésticas, não se segue sem flagrante injustiça que, em paradoxal homenagem, a condenemos à escravidão fóra da família. Pelo contrário, êsse sacerdócio íntimo, nimbadó da mais abnegada modéstia, confere-lhe uma indispensável capacidade social. Ninguém defenderá melhor do que ela a causa do lar, que neste momento, suscita tamanhos sobressaltos. Essa é mesmo hoje a questão capital da civilização.

Não se duvida dividir a família, arrancando a mulher aos cuidados e enlevos da casa, arrancando-lhe dos braços os próprios filhos recém-nascidos, para a arremessar desabridamente à frágua ardente dos azares revoltos da luta pela existência, pelo pão. E não se lhe há de permitir que, até para moderar êsses choques tremendos, tome parte nos debates políticos, ainda tão ásperos, decerto, mas debates que, quando mesmo cruzem de lado a lado interesses poderosos, se travam na arena dos princípios, onde prevalecem sobretudo os conceitos puros da razão, que ela, pelas graças naturais do seu espírito, saberá como ninguém tornar insinuantes, persuasivos, reconciliadores!

Receiam-se os excessos passionais da sua religiosidade? Mas o seu tenaz sentimentalismo hereditário é um patrimonio sagrado. Se ela carece de vida política, nós carecemos muito de vida religiosa. A religião não desaparece, nem diminue; acendra-se, purifica-se, progride também, cada dia mais livre e

C. 2nd ed.,
21-2-724

Minute Index.

Agreement made on several occasions at

Constitutional Convention of the United States, 1787,

and also at the Convention of 1790.

and also at the Convention of 1791.

and also at the Convention of 1792.

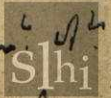
and also at the Convention of 1793.

present.

A. F. L.

at the Convention of 1787.

Bernardine M. ...



Ex.ª e muito apreciada,
Senhora:

Muito me lembrou a
gentileza de V.ª, lembrando-se
da minha pessoa, para tomar
parte no Congresso feminista
de educação. Afland, sem hesi-
tas, a iniciativa, tomada pelo
Conselho Nacional das Mu-
lheres Portuguezas, e de todo
o meu coração me associo
a ella. Ninguém, como a
mulher, poderá contribuir
para a obra, tão necessaria,
da educação nacional. No
momento presente, e' o maior

serviço a prestar á Republica
fazendo ardentes votos pelo
espito do Congresso, que marcará
uma bela pagina na his-
toria da Democracia portu-
guesa, aqui exprimio as suas
presencas e a minha maior
Solidariedade na Causa comu-
n. folgará em poder contribuir
com a minha quota parte,
para o seu resultado que
a todos aproveitará.

Seu, com singular considera-
ção,
D. M. B.

Venerados amigos e gratos
Magalhães Lima

Luiz, 7/11/1924

mais humana, mais dêste mundo e mais universal. Seja cada confissão o culto da fraternidade, e nenhuma será para nós herética. Não demolimos sectariamente nenhum dos seus antigos altares. Compreendemos com tristeza como a superstição enleia as almas infelizes, acabrunhadas por sofrimentos incomportáveis, que se podiam e deviam mitigar, e, no entanto, se deixam ainda tanto ao desamparo, sem dó, encruescer alucinadoramente. Á invocação fanática do sobrenatural oponhamos a da providência social mais desvelada e atractiva. E, para levarmos a todos os casais o alívio das dores e desalentos, estreitemos cordealmente em volta da desgraça o círculo bemdito das nossas estoicas irmãs de caridade, que sem jãmais dobrarem a cerviz perante nenhum potentado, a pedir-lhe de joelhos o prémio dos seus generosos sacrificios, espalham infatigavel e adoravelmente o bem sôbre a terra. Demonstremos pela evidência tocante dos factos que a felicidade do futuro dos nossos filhos, está na sua emancipação, na sua dignificação, custe o que custar; e qual será a mãe ímpia que, à busca de visionarias bemaventuranças, queira sujeitar a sociedade em que êles teem de viver, aos golpes desvastadores do império humilhante da reacção?

Os que temem que a mulher faça um arriscado uso do voto político, lembrem-me os antigos pedagogos, que não confiavam um aparelho qualquer de laboratório às mãos indéstras do estudante, para que ele o não partisse. Nada contudo mais desastroso. Os reveses a que se poupava o material escolar, vinham recair mais tarde sôbre a cabeça inexperiente do antigo aluno. Para dissipar todas as apreensões, dir-lhes hei hoje o mesmo que disse ao povo, quando o chamei ao combate pela República. Lutem pelas suas franquias em todos os campos. Se não puderem

alcançar logo a representação no Parlamento, esforcem-se por a alcançar no seio das corporações locais. Quem, desde já não votará na mulher para os pelouros municipais da educação, da enfermagem e da assistencia? Darão aí pelos seus actos as provas incontestáveis de idoneidade, como nós, republicanos, as demos na vereação de Lisbôa, sob o velho regimen; e como nós, vencerão.

Por mim, não posso esquecer que nos nossos mais ansiados lances, lhes pedi inspiração, conforto e apoio. Durante a propaganda da República, fui, ao lado de insignes personalidades femininas, um dos promotores da Liga das Mulheres Republicanas, e ao efectivarmos a nossa intervenção na guerra, dei, como Chefe da Nação, todo o meu concurso á Cruzada das Mulheres Portuguesas, promovida por aquela que tem sido constantemente a corajosa companheira de tôdas as minhas lides patrióticas. Nessas duras horas de ansiedade, por vezes tão cruciantes, a mulher portuguesa conquistou irrecusavelmente os mais nobres laureis cívicos. Com ela, na luta contra a ditadura monárquica, implantámos a liberdade no nosso sólo, com ela firmámos a nossa independência contra o assalto do despotismo externo. As vitórias da democracia foram também vitórias feministas.

Não precisa o nosso povo de incitamentos estranhos para cumprir os seus briosos deveres. Precisarão os governantes? Aliados da Inglaterra nos transes da guerra, sejamo-lo também agora nas demandas da paz. Não se limitaram os ingleses a glorificar-se nos campos da batalha. Para honrar os seus troféus, lá estão os trabalhistas no poder, lá está a mulher no Parlamento e no Ministério.

EXPEDIENTE

Do Dr. Bernardino Machado:

C. Quebrada, 21-2-924

Minha Senhora:

Agradecendo o amável convite do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, tenho a honra de cumprimentar a V. Ex.^a consignando-lhe a minha sincera solidariedade com as aspirações e programa da bela campanha a que V. Ex.^a tão dignamente preside.

De V. Ex.^a,
C.^{do} e Adm.^{or} M.^{to} Obg.^{do},
Bernardino Machado.

Do Dr. Magalhães Lima:

Ex.^{ma} e muito apreciada Senhora:

Muito me penhorou a gentileza de V. Ex.^a, lembrando-se da minha pessoa, para tomar parte no

Congresso feminista de educação. Aplaudo, sem reservas, a iniciativa, tomada pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, e de todo o meu coração me associo a ela. Ninguém, como a mulher, poderá contribuir para a obra, tão necessária, da educação nacional. No momento presente, é o maior serviço a prestar à República, fazendo ardentes votos pelo exito do congresso, que marcará uma bela página na história da democracia portuguesa, aqui exprimo às suas promotoras a minha maior solidariedade na causa comum, folgando em poder contribuir, com a minha quota parte, para o seu resultado que a todos aproveitará.

Sou, com singular consideração,

De V. Ex.^a

Venerador afeiçoado e grato,

Magalhães Lima.

Lx.^a, 7-III-924.

Do Dr. Jacinto Nunes:

Grandola, 1-3-924

Ex.^{ma} Sr.^{ra} Presidente do Conselho
Nacional das Mulheres Portuguesas

Lisboa

Por ter estado de cama sofrendo duma bronquite é que não tenho podido responder ao convite que V. Ex.^a me fez em data de 21 do mês próximo passado, para eu assistir aos trabalhos dum Congresso Feminista e de Educação que se realizará

em Lisboa no corrente mês. Agradecendo muito e muito penhorado a honra do convite que V. Ex.^a me faz, cumpre-me dizer-lhe que, no estado de fraqueza, em que ainda me encontro, e sob o pêso de 84 anos, não poderei, como aliás desejaria, assistir aos referidos trabalhos. Felicito porém calorosamente as ilustres Sr.^{as} que organizaram e constituem o referido Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, e desejo vivamente que a sua justíssima iniciativa seja coroada de bons resultados. Não faz realmente sentido que a mulher possa ser rainha, médica, advogada, engenheira, professora de cursos de instrução superior, e não lhe seja reconhecido o direito eleitoral que, a meu vêr, se acha garantido nos artigos 5.º e 71.º da Constituição (a mulher goza actualmente dos mesmos direitos civis que o homem). A Suécia, há muito, que reconheceu à mulher os direitos políticos, iguais aos do homem, e do parlamento inglês fazem já parte algumas senhoras. Ao concluir sinto comunicar a V. Ex.^a que se extraviou de tal forma o folheto, a que V. Ex.^a se refere, que não logrei encontrá-lo.

De V. Ex.^a,
At.º e C.º Obg.º,
Jacinto Nunes.

Grandola, 2-3-924

Ex.^{ma} Sr.^{ra} Presidente do Conselho
Nacional das Mulheres Portuguesas

Lisboa

Tenho uma ideia vaga de que na carta, que hontem tive a honra de dirigir a V. Ex.^a, citei o

artigo 71, em lugar do 74, da Constituição. A ter-se dado o equívoco, fica por êste meio desfeito.

De V. Ex.^a,
At.^o e C.^{do} Obg.^{do},
Jacinto Nunes.

De D. Elzira Dantas Machado:

Cruz Quebrada, 7-3-924

Ex.^{ma} Senhora:

Não tendo ainda acusado a recepção da carta de V. Ex.^a de 1 de Fevereiro, devido à minha falta de saúde, venho hoje agradecer a V. Ex.^a a sua amável atenção, protestando-lhe a minha adesão à justa causa a que V. Ex.^a tão dignamente preside.

Com os meus dedicados cumprimentos.

Sou de
V. Ex.^a M.^{to} At.^{ta} e Obg.^{da},
Elzira Dantas Machado.

Da D.^{ra} Carolina Michaëlis de Vasconcellos:

Pôrto, Rua de Cedofeita, 15
29-IV-924

Minha Ex.^{ma} Senhora:

Esperei até hoje, na esperança de vêr melhorar a minha saúde, infelizmente nêste inverno muito

abalada (conto 74 anos) de sorte que pudesse ir a Lisboa, como desejava, afim de tomar parte nos trabalhos importantes do Conselho Nacional das Mulheres, que tanto me interessa.

Pelos materiais que V. Ex.^a teve a bondade de me remeter vejo quão variados são os assuntos tratados, e se mais tarde se publicarem juntas as teses e a sua discussão, estou pronta a colaborar com V. Ex.^a naquelas que mais me interessarem.

Se como receio não tiver fôrças para assistir nem mesmo à sessão inaugural, declaro que enviarei um telegrama de felicitações no dia 4 de Maio.

E V. Ex.^a esteja certa de que acompanharei com vivo interêsse a campanha de V. Ex.^{as} na esperança de que dará bom fruto.

De V. Ex.^a,
admiradora e sincera,

Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Da Marquesa de Aberdeen:

29 de Abril de 1924.

Ex.^{ma} Sr.^a Cabete :

Agradeço calorosamente a sua presada carta e o amável convite.

Lamento infinitamente não poder assistir pessoalmente a essa assembleia mas espero que M.^{me} Fenerbeern, La Rosa, Pinhão—Douro possa representar-me e enviar-me um relatório.

Actualmente está em viagem, mas espera estar de volta a tempo do Congresso.



MARQUESA DE ABERDEEN

Porém, se as circunstâncias a impedirem de ir a Lisbôa, sua amiga Mrs. Milne que muito se interessa pelo movimento feminista e que fala o Português muito bem, será a minha representante e muito grata ficaria se as recebessem uma ou outra ou talvez ambas como se fosse eu.

Envio alguns exemplares de um folheto impresso aqui, em Londres. Talvez que este apêlo seja próprio para distribuir pelos congressistas.

Aceite os meus melhores votos por um grande sucesso e receba as expressões da minha afectuosa dedicação.

Isabel Aberdeen e Temair

Presidente do Conselho Internacional
das Mulheres

Da Federação Nacional das Associações Femininas de Cuba:

Habana, 7 de Março de 1924.

Ex.^{ma} Sr.^a D. Adelaide Cabete

Ex.^{ma} Senhora:

Esta Federação recebeu com alegria a notícia do vosso proximo Congresso de Mulheres pela importância dos temas que nêle se propõem tratar.

A Federação Nacional das Associações Femininas de Cuba deseja contribuir com a sua modesta adesão para o exito que indefectivamente hão de obter. Assim, a Federação solicita a honra de ser Membro Benemerito do Primeiro Congresso de

Mulheres Portuguesas e incluso junta um cheque do valor da quotisação deixada pelo regulamento.

Como a escassês do tempo nos impede de enviar Delegadas que nos representem, rogamos a V. Ex.^a, Ex.^{ma} Senhora, que aceite a nossa representação no vosso Congresso. Se o pedido tiver a honra de ser atendido a nossa satisfação e reconhecimento serão imensos.

A nossa Presidente, Sr.^a Pilar Marlon de Menendez, envia por vosso intermédio uma mensagem de cordial adesão ás mulheres portuguesas e as exorta a que persistam na lucta pela mulher para redimir o seu sexo, e consequentemente, aliviar a Humanidade que geme e aneia renovar-se.

Reitero senhora, os mais ardentes votos pelo êxito do Congresso e fico como sempre sua muito afeiçoada.

Pilar Jorge de Tela

Secretária Geral

Do Comité Central Feminista da União Cívica Radical:

República Argentina, La Plata, 21-2 de 1924.

Á Ex.^{ma} Presidente do Conselho Nacional das Mulheres.

D.^{ra} Adelaide Cabete

Portugal

Chegou ao nosso poder sua atenta circular datada de 1 de Novembro p. p. e lamento o atraso, sem embargo, hoje mesmo me dirigi á D.^{ra} Paulina

Luísi, de Montevideo, pedindo-lhe que, em caso de concorrer ao 1.º Congresso Feminista que vão realizar em Março próximo, nos represente as mulheres radicais argentinas, em tão magno acto.

Muito prazer teríamos enviar uma tésé do nosso modo de pensar sôbre o grande movimento feminista mundial, mas não há tempo suficiente e em substituição da tésé envio-lhe uma fraternal saudação nestas breves palavras: «A mulher radical argentina, fraternalmente, envia a todas as mulheres de Portugal, um ósculo de paz e progresso, fazendo votos fervorosos para que laços espirituais liguem os sentimentos e o character da Mulher Latina, a tôdas as mulheres do mundo, em cujos corações vibra o anelo de um mesmo ideal, o Bem para tôda a Humanidade».

Uma fraternal saudação desta sua irmã de ideais.

A Presidente

Rosa F. M. de Vidal

A Secretária

Robustiana Domingues

Do Conselho Nacional das Mulheres Francesas:

Paris, 13 de Março de 1924.

Ex.^{ma} Sr.^a A. Cabete

Presidente do Conselho Nacional das Mulheres
Portuguesas.

Senhora Presidente:

Recebemos, muito tarde, o convite que nos foi dirigido para tomar parte no congresso das mulheres



M.^{me} AVRIL DE SAINTE-CROIX

portuguesas. Como as senhoras, nós queremos ver resolvida a questão da nacionalidade da mulher casada; como as senhoras, queremos ver as mulheres latinas obter os seus direitos cívicos e não ficar atrás das mulheres dos outros países. Igualmente como as senhoras, somos pela unidade da moral, pela protecção das mães, pela educação sexual, etc. Estes problemas, estamos nisso confiadas, acharão bem depressa a sua solução visto que as mulheres do mundo inteiro estão envidando todos os seus esforços neste sentido.

Sentir-me hia muito feliz, Senhora Presidente, de estar entre vós outras para este primeiro congresso das mulheres portuguesas, mas a sua carta chegou-nos hoje, 13 de março, tarde de mais para que uma de nós pudesse estar em Lisbôa em tempo.

Esperamos ter o prazer de a encontrar em Copenhague, o que me regosijaria bastante.

Queira, Sr.^a Presidente transmitir ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas os sentimentos fraternais do nosso Conselho e os nossos votos pelo êxito do vosso congresso.

Aceite Sr.^a Presidente, os meus muitos affectuosos cumprimentos.

A Presidente

G. Avril de Sainte-Croix

Do Circulo Arenal:

Á D.^{ra} Adelaide Cabete

Ex.^{ma} Senhora:

Depois de a saudar com o maior respeito, apresento-lhe os meus agradecimentos mais sinceros

pelo seu amável convite para tomar parte no primeiro Congresso Feminista e que gostosamente aceito contribuindo com o meu modesto trabalho.

O «Círculo Arenal» que fundei em Barcelona em 1911 e que é o primeiro em Espanha, tem tido sempre estas mesmas aspirações, mas não tem podido avançar tanto como era o meu desejo, porque a mulher espanhola, embora bôa, moral e inteligente e ainda com um certo grau de cultura, é muito apática e amiga de seguir a rotina que lhe deixaram seus maiores. Não obstante e para que conste, devido aos esforços de um punhado de mulheres espanholas logramos que se introduzisse e se estudasse, no Senado, as nossas justas aspirações, em Novembro de 1919.

Mas, como sempre, as freqüentes mudanças de govêrno prejudicaram-no.

Teremos mais sorte com o govêrno dos militares? Parece-me que sim. Assim o prometeu o Presidente do Directorio às minhas companheiras do Conselho Supremo Feminista de Espanha, em Madrid, na última entrevista com a Sr.^a Presidente do mesmo e que presidia à comissão que o procurou.

Receba respeitável Senhora, as minhas cordiais felicitações, rogando-lhe que torne extensiva a minha simpatia a todas que a ajudam nos seus árduos trabalhos, e entre tanto, espiritualmente teem-me a seu lado.

Maria Pallarés Roca de Sreñol

Barcelona, 15 de Março de 1924.



M.^{me} EUGÈNE SIMON

De M.^{me} Clarisse Eugène Simon:

Paris, 18 de Março de 1924.

Ex.^{ma} Senhora:

Em resposta à vossa carta, eu lastimo que minha saúde me não permita testemunhar-vos a minha viva simpatia, assistindo ao Congresso de Lisbôa.

Eu estou de tal modo cansada que sou obrigada a continuar a minha tarefa pela noite fóra. Não me posso queixar disso visto que é o successo da Liga da Bondade que me dá tanto trabalho. Os resultados são maravilhosos por tôda a parte onde elas se organizam.

Espero, Ex.^{ma} Senhora, que podereis enviar-nos, em breve, notícias das Ligas no vosso tão simpático país. Estou certa, de antemão, que os resultados em Portugal serão tão bons como noutras partes. Não podendo enviar delegada ao vosso Congresso, eu enviarei um relatório.

Na esperança de vos tornar a vêr em França, peço-vos para bem crêr nos meus sentimentos de de profunda amizade, querida senhora.

Clarisse Eugène Simon

Da D.^{ra} Laurinda Alambre:

Ex.^{ma} Colega:

Por ter estado doente só hoje posso responder ao distinto convite de V. Ex.^a sôbre a minha adesão ao Congresso Feminista.

Grandola 1-3-924

Exma. Srs. Presidente do Conselho Nacional
das Mulheres Portuguezas
Lisboa

Por ter estado de cama sofrendo d'uma bronchite,
é que não tenho podido responder ao convite
que V. Excia me fez em data de 26 do mez
proprio passado, para eu assistir aos traba-
lhos d'um Congresso Feminista e de Educa-
ção que se realisará em Lisboa no corrente
mez. Agradecendo muito e muito penho-
rado a honra do convite que V. Excia me fez,
cumpro-me dizer-lhe que, no estado de fra-
queza, em que ainda me encontro, e sob o

pêso de 84 annos, não poderei, como aliás
desejaria, assistir aos referidos trabalhos.
Felicitto porém calorosamente as ilhas
tres senhoras que organizaram e constituem
o referido Conselho Nacional das Mulheres
Portuguezas, e desejo vivamente que a sua
justissima iniciativa seja coroada de
bons resultados. Não faz realmente
sentido que a mulher possa ser sa-
luba, medica, advogada, engenheira, pro-

ferrora de cursos d' instrução superior, e
nãõ lhe seja reconhecido o direito elei-
toral que, a meu ver, se acha ga-
rantido nos artigos 5.^o e 71 da Consti-
tução (a mulher goza actualmente dos mes-
mos direitos civis que o homem). A
Suécia, ha muito, que reconheceu á
mulher os direitos politicos, eguaes aos
do homem, e do parlamento inglez fazem
já parte alguemos senhores. Ao concluir

vinte communicar a 3.^a Esq.^a que se estaviam de
tal forma o foheto, a que 3.^a se refese, que
não logrei encontrar-o

De Pa Esua
Attº e Cidº Ods
Jacintho Nunes

Orto, Rua de Cedofeita 15^o
29-IV-24

Minha Ex.^a Senhora

espero até hoje, na esperança
de ver melhorar a minha saúde, infelizmente
mente neste inverno muito abalada,
(com 44 anos) - de sorte que pudesse ir
a Lisboa, como desejava, a fim de tomar
parte nos trabalhos importantes do Conselho
Nacional das Mulheres, que tanto me interessa.

Por materias que V. Ex.^a teve a bon-
dade de me remeter, vejo - quanto variadas
são os assuntos tratados, e se mais
tarde se publicarem juntas - as Actas
e a sua discussão, estou pronta a
colaborar com V. Ex.^a naquellas que

mais especialmente me interessarem.
Se como receio não tiver forças
para assistir nem mesmo à sessão inaugural,
claro que enviarei um telegrama de
felicitações no dia 4 de Maio.

E.V.C. esteja certa de que acompanharei
com vivo interesse a L. companhia
de W.E.C. na esperança de que dará
bom fruto.

S. E.
Admiradora sincera
Carolina Michaëlis de Vasconcellos

Grandola 2-3-1924

Exma Senta Presidente do Conselho Nacional
das Mulheres Portuguezas

Lisboa

Tenho uma idéa vaga de que na carta, que
hontem teve a honra de dirigir a V. Excia.,
citei o artigo 71, em lugar do 74, da
Constituição. A ter-se dado o equívoco,
fica por este meu defeito,

De V. Excia.

Atto do Sr.

Jacinto Nunes

Inteira e absolutamente de acôrdo com o pensamento que inspirou tão interessantes trabalhos, dou desde já todo o meu concurso ao referido Congresso, ficando para isso ao inteiro dispôr de V. Ex.^a.

De V. Ex.^a

Colega muito reconhecida

Laurinda Alambre

Lisbôa 22-2-924.

Do Alto Comissário de Angola:

Ex.^{ma} Senhora:

Em resposta ao officio de V. Ex.^a de 9 do corrente, tenho o maior prazer de dizer que dou a minha adesão ao Congresso Feminista e de Educação e que muito folgarei em poder prestar-lhe todo o auxílio e colaboração que ao meu alcance estejam.

Saúde e Fraternidade

Alto Comissário da República em Angola, Lisbôa 25 de Março de 1924.

Á Ex.^{ma} Presidente de Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, D. Adelaide Cabete—Lisbôa.

O Alto Comissário

Norton de Matos

Do Conselho Nacional das Mulheres da Suécia:

Stoctholm 24 de Março de 1924.

Á Presidente do Conselho Nacional das Mulheres
Portuguesas, D.^{ra} Adelaide Cabete.

Senhora Presidente

Agradeço muito vivamente a vossa carta anunciando-me o vosso proximo Congresso Feminista, carta que chegou muito atrasada pelas enormes massas de gelo no Baltico que interromperam as nossas comunicações.

Infelizmente não podemos mandar uma delegada ao Congresso, mas eu apresso-me de enviar-vos de parte do Conselho Nacional das Mulheres da Suécia, os nossos votos mais calorosos e mais sinceros pelo sucesso do vosso Congresso.

Comprendemos tão bem tôdas as dificuldades que terão a vencer para alcançar o fim: conquistar para as mulheres os direitos que lhes são devidos como cidadãos tendo nós mesmo de vencer prejuízos e obstáculos que são os mesmos por toda a parte.

Mas tenham coragem e estejam persuadidas que hão de ver os vossos esforços, coroados de bom êxito mais depressa do que dantes. Já muito trabalho está feito, os espíritos estão mais preparados, a causa da mulher melhor compreendida pelos homens esclarecidos e justos.

Incluso remeto o nosso relatório para a Conferen-



BERTHA NORDENSAU

cia do Conselho Internacional das Mulheres, em Copenhague, no mês de Maio.

Aceite, Senhora Presidente, a expressão dos meus mais sinceros cumprimentos.

Bertha Nordensau

Presidente do Conselho Nacional
das Mulheres da Suécia

De M.^{me} Chaponnière-Chaix:

Genève, 26 de Março de 1924.

Ex.^{ma} Senhora:

A sua carta de 7 de Março, que eu muito agradeço, não a recebi senão há dois dias. Lastimo que tenha chegado tão tarde para lhe exprimir os votos que formo pelo inteiro successo do Congresso que organizam neste momento.

Lamento profundamente que não seja possível, nem de assistir eu própria nem de me fazer representar. Além disso na hora actual, as viagens são difíceis e eu não conheço ninguém em Lisboa.

Permita, Ex.^{ma} Senhora, exprimir-lhe os meus ardentes votos pelo Conselho e afirmar-lhe a minha alta consideração.

P. Chaponnière-Chaix



M.^{me} CHAPONNIÈRE-CHAIX

*Da Secretária Geral do Conselho Internacional
das Mulheres:*

Fredrikstad, 27 de Março de 1924

Ex.^{ma} Sr.^a D. Adelaide Cabete, Presidente do
Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

Ex.^{ma} Senhora:

Tive o prazer de receber a sua carta e bem assim o programa preliminar do Congresso que o vosso Conselho Nacional tem intenção de organizar êste mês. Infelizmente, o tempo é pouco para nos permitir considerar a questão de aí enviar uma delegada e eu lamento muito não saber a data exacta da sua realização, não me sendo possível enviar saudações telegráficas pela abertura do Congresso.

Tudo o que posso fazer é publicar uma tradução do vosso programa no nosso *Boletim* e espero que lhe seja possível dar-nos, em ocasião oportuna, um relatório do Congresso e do resultado das discussões de todos os assuntos importantes e interessantes, relatório que, com muito prazer publicaria no nosso jornal.

Esperando as suas notícias, peço que aceite, Ex.^{ma} Senhora, a expressão da minha estima.

Anna Backer

Do Conselho Nacional das Mulheres Belgas:

Bruxelas, 1-4-924.

Ex.^{ma} Senhora:

Comuniquei ao nosso Conselho Nacional o amável convite para o vosso Congresso e lamentamos



M.^{me} ANNA BACKER

vivamente não poder fazer-nos representar, mas ao menos, Ex.^{ma} Senhora, queira ter a bondade de se encarregar disso.

É de todo o coração que fazemos votos e a respeito do 10.^o aniversário do vosso Conselho Nacional enviamos as nossas mais calorosas felicitações.

Muito cordialmente vossa

Elisa Soyer

Da Sociedade Espanhola de Abolicionismo:

Ex.^{ma} Senhora D. Adelaide Cabete

Minha senhora da minha muita
consideração:

Tendo-se inteirado a Sociedade Espanhola de Abolicionismo, por notícias da imprensa, que no Congresso Feminista e de Educação, que V. Ex.^a organiza activamente, se fará uma profissão de fé abolicionista, encarrega-me ela de testemunhar a V. Ex.^a a nossa adesão e o nosso mais fervoroso entusiasmo pela sua attitude.

Fique certa, senhora, que os abolicionistas espanhóis fazem votos por que a acompanhe o êxito que a nobre ideia merece.

E cumprido êste dever, muito grato lhe apresento os meus cumprimentos.

Dr. Cesar Juarros



M.^{me} ELISA SOYER

Da D.^{ra} Paulina Luisi:

Roma, 23 de Abril de 1924

Ex.^{ma} Senhora Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, D.^{ra} Adelaide Cabete:

Retida em Londres pelas reuniões do Conselho Directivo da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, cujas reuniões se efectuarão a 3 e 4 de Maio, e a que devo assistir na qualidade de Membro do Conselho e Presidente da Comissão de Moralidade, tenho o maior pezar em vêr-me privada de assistir a êsse Congresso organizado pelo vosso Conselho de que me honro de ser uma modesta associada.

Levem estas linhas, às valentes companheiras de ideais, às expressões mais sentidas dos meus votos sinceros pelo maior brilho dessa reunião que há de deixar, sem dúvida alguma, recordação inolvidável do que vale e pode a mulher consciente da sua própria personalidade.

Êsse Congresso, o primeiro celebrado em Portugal, será uma nova demonstração prática do que vale a mulher portuguesa, que em horas trágicas e angustiosas em que se gestava a vossa gloriosa República, soube combater valentemente na propaganda audaz e denodada contra o antigo regimen, e contribuiu com o seu esfôrço para o triunfo do ideal republicano.

Novo título de honra para a mulher portuguesa, seja êste Congresso o início da sua emancipação política já bem merecida.

Paulina Luisi

*Da Juventude Universitária Feminina:*Ex.^{ma} Senhora:

Na Junta Geral da Juventude Universitária se acordou, por unanimidade, aderir ao Congresso Feminista e de Educação que há de celebrar-se em Lisboa em Maio corrente, e expressar ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas o nosso agradecimento pelo convite que nos foi feito e pela honra que representa para nós, lamentando que causas estranhas à nossa vontade nos impeça de enviar uma delegada que pessoalmente nos representasse.

Com a nossa fraternal adesão e para conhecimento dêsse Congresso e do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas firmam a presente em Madrid a 1 de Maio de 1924.

A Presidente

D.^{ra} Elisa Soriano

A Secretária

D.^{ra} Maria Bardan

TELEGRAMAS:

New-York, 5 de Março de 1924

Desejamos êxito Congresso, recebam adesão.

Elena Arizmendi

Pôrto, 4 de Maio de 1924

Saudações e votos pelo seu grande êxito.

Carlos Pereira

Pôrto, 4 de Maio de 1924

Sentindo não poder assistir às sessões por falta de saúde envia a expressão da sua adesão e simpatia.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

ANTES DA ORDEM DO DIA

Secretário Geral do Congresso:

Antes de se iniciarem os trabalhos e para que êstes possam seguir normalmente, como questão prévia, proponho que êste Congresso adopte nas suas sessões o regulamento elaborado pela Comissão Organizadora do Congresso e que tôdas as moções e propostas apresentadas durante a discussão das teses sejam a elas apenas e depois entregues à Comissão Revisora de Pareceres para serem votadas na última sessão de trabalhos.

(Aprovada a questão prévia).

D.^{ra} Adelaide Cabete:

Proponho a seguinte saudação:

«O Congresso Feminista e de Educação ao iniciar os seus trabalhos saúda calorosamente o Venerando Chefe do Estado, o Governo e o Parlamento e confia no seu esforço patriótico para o bem da Pátria e da República».

(Aprovada).

D. Domingas Lazary Amaral:

Proponho que seja exarado na acta um voto de sentimento pela morte da mãe da consócia D. Rosalina Simões, que por êste motivo não pode comparecer ao Congresso.

(Aprovado).

Tito de Sousa Larcher:

Como êste Congresso além de ser feminista é também de educação, é de tôda a oportunidade tomar-se conhecimento pelos seguintes números extraídos da estatística últimamente publicada e que mando para a mesa, quais os concelhos em que há maior número de mulheres sabendo lêr do que homens.

Por êles se vêem que nos Açores há maior número de mulheres sabendo lêr que homens.

Nêstes termos propunha um voto de saudação às mulheres açoreanas que, no meu entender, deve partir da mesa, dada a alta categoria social do seu Presidente.

Luís Marques Migueis:

Tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte proposta de saudação:

O 1.º Congresso Português Feminista e de Educação reúnido em Lisboa saúda efusivamente as mulheres de todo o Mundo e faz votos para que vejam efectivadas, o mais breve possível, as suas justíssimas aspirações morais, políticas e materiais.

(Aprovada).

Fernão Bôto Machado:

Envio a V. Ex.^a, Sr. Presidente, as minhas mais sinceras e calorosas felicitações e às senhoras congressistas as saudações por terem vindo a esta assemblêa, abrilhantá-la com a sua presença e com o labor da sua inteligência e termino enviando para a mesa duas moções:

O Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas, composto de feministas, que também são pacifistas:

Considerando que em Portugal se não fez ainda a política de depois da guerra, a não ser que por essa política se entendam as festas militares que se têm realizado, insistentes ao ponto de darem a impressão de sermos um país militarista, o que não é verdade e repugna à nossa índole de paz e de solidariedade humana;

Considerando que nessas festas se tem exaltado combatentes mortos e vivos, mas de todo em todo se têm esquecido aquelas que à guerra sacrificaram — além do seu melhor amparo e mais confiantes esperanças, — o fruto dos seus amores, a carne da sua carne, o sangue do seu sangue, a própria alma das suas almas, e essas são as que na guerra viram dilacerar os seus filhos como carne de canhão;

O Congresso, reunido na sua 1.^a sessão de labor, saúda, enternecido, e em geral, tôdas as mães portuguesas, símbolos de amor, de bondade e de beleza moral, e muito especialmente aquelas que viram matar os seus filhos às ordens dos que deflagraram a guerra, autênticos verdugos da humanidade.

Lisboa, Sala das Sessões, aos 5 de Maio de 1924.

O congressista

Fernão Bôto Machado

O Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas, composto, na sua maioria, pela *élite* feminina mais lúcida, mais culta e mais brilhante da sociedade lusa:

Tendo ainda profundamente doloridos os corações pela campanha, tão vigorosa e tão humanitária, que, há anos, no *Século*, produziu o ilustre médico Sr. Samuel Maia, na

qual à saciedade demonstrou que Lisboa, pela ignorância puericultural e pelo pauperismo das mães, era um cemitério de crianças, e o país uma fábrica vasta de anémicos, raquíticos, microcéfalos, anormais e candidatos à tuberculose, e a todas as enfermidades de carácter gástrico, provocadas pela má alimentação;

Considerando que essa tremenda fatalidade, pela espantosa progressão na carestia da vida, se agravou de então para cá, como há pouco, num Congresso da Guarda, trovejou o ilustre clínico Sr. Armando Paúl, muitos outros médicos distintos o afirmam, e as estatisticás à evidência confirmam;

O Congresso, verdadeiramente alarmado com tão pavorosas revelações, conjura os governos a provêr de remédio uma tal calamidade, sob pena de serem considerados indiferentes às misérias do povo e ao assassinato lento da população da pátria portuguesa.

Lisboa, Sala das Sessões, aos 5 de Maio de 1924.

O congressista

Fernão Bôto Machado

(Aprovadas).

Manuel da Silva:

Em nome da União do Professorado Primário saúdo o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas por ter levado a efeito êste Congresso onde vão ser ventilados importantes assuntos de educação, não podendo, por isso, o professorado primário ficar indiferente perante esta iniciativa. Os meus mais ardentes votos são para que dêste Congresso saiam alguns resultados práticos e que as suas aspirações tenham realidade.

Sr.^a D. Judith Rocha:

A propósito das considerações do Sr. Tito de Sousa Larcher, das quais se vê que a mulher aço-

reana é menos analfabeta que o homem, eu quero lembrar o nome de duas propagandistas do feminismo e da educação da mulher nos Açôres, as senhoras D. Alice Moderno e D. Maria Evelina de Sousa, e apresento a seguinte proposta de aditamento à do Sr. Tito Larcher:

Proponho que dessa saudação proposta à mulher açoreana se destaquem os nomes das dedicadas propagandistas da instrução e das reivindicações femininas a professora D. Maria Evelina de Sousa e a poetisa D. Alice Moderno.

(Aprovada).

Dr. Bernardino Machado, presidente:

Associo-me com todo o prazer ao aditamento apresentado pela ilustre congressista Sr.^a D. Judith Rocha, saudando as Sr.^{as} D. Alice Moderno e D. Maria Evelina de Sousa.

Secretário geral:

Tenho a honra de informar o Congresso que, além das teses que vão ser discutidas, se encontram sobre a mesa e à disposição dos srs. congressistas algumas memórias que gentilmente nos foram enviadas pelas suas autoras.

Êstes trabalhos são:

Les Lignes de Bonté, por M.^{me} Eugène Simon.

Juventud Universitaria Femenina, pela D.^{ra} Elisa Soriano.

Escuelas Domesticas, idem.

Educacion Sexual, idem.

Sobre el voto femenino, por Maria Pallarés.



D.^{ra} AURORA DE CASTRO E GOUVEIA

ORDEM DA NOITE

Discussão de teses:

Tese: *Reivindicações políticas da mulher portuguesa*, pela D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia.

Conclusões:

- I—É chegado o momento de Portugal conceder à mulher o gôzo dos direitos políticos.
- II—O eleitorado e a elegibilidade da mulher devem ter a mesma amplitude que o eleitorado e a elegibilidade do homem.

Secretário geral:

Êste congresso, o primeiro Congresso Feminista e de Educação que se realiza em Portugal, vai encetar os seus trabalhos discutindo a tese *Reivindicações políticas da mulher portuguesa* da autoria da D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia, ilustre notária em Lisboa.

Razão teve a comissão organizadora em escolher esta tese para início de discussão. É uma tese essencialmente feminista, é uma tese que versa o sufrágio feminino, parte do Feminismo que maior discussão tem sofrido e que tem feito extremar os campos quando se abordam êstes assuntos. Não podia, pois, a comissão organizadora proceder de outro modo.

Deixando estas considerações prévias que eram indispensáveis vou referir-me à tese na qualidade de congressista.

Endereço as minhas felicitações à ilustre relatora pelo seu esplêndido trabalho que é uma verdadeira e valiosa dissertação. Não posso deixar de estar de acôrdo com as suas conclusões. Por um rudimentar princípio de justiça é preciso conceder direitos políticos à mulher que do seu uso se encontra esbuhlada por um feroz egoísmo do homem e por uma falsa concepção de fruição de direitos.

As restrições de exercício de quaisquer direitos, baseadas na diferenciação dos sexos é injusta e iníqua, portanto ofensiva do mais rudimentar princípio da igualdade.

Sou abertamente partidário da concessão do voto político nas mesmas condições em que é feito ao homem.

Nesta ordem de ideas tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que a mulher é intelectual e moralmente igual ao homem;

Considerando que a mulher, tal como o homem, tem a sua personalidade jurídica;

Considerando que, adentro da natureza e do fundamento do direito de sufrágio, e da capacidade dos eleitores, só por uma iniquidade é que se pode manter a exclusão das mulheres no direito de sufrágio;

Considerando que a mulher portuguesa se acha já preparada para exercer os direitos políticos;

O Congresso Feminista e de Educação entende que à mulher portuguesa devem ser concedidos, sem restrições, o direito de sufrágio e o de elegibilidade.

Manuel da Silva:

Devo começar por felicitar a ilustre autora da tese e declarar que em princípio estou de perfeito acôrdo. Mas analisando a afirmação feita no final da página 9, parece-me que é pôr ser a mulher fisiológica e psicologicamente diferente do homem que se lhe dá uma educação diferente ou estarei eu em êrro, humilde e obscuro professor primario.

E quanto à 4.^a afirmação acrescento que se o estado portugûês está em condições de estabelecer a igualdade de direitos políticos, não era necessário êste congresso e já há muito deviam ser dados os direitos políticos à mulher.

Não me parece, pois, que a 4.^a afirmação e a 2.^a conclusão possam exprimir bem as aspirações do congresso e a realidade dos factos.

Assim, tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Á afirmação 4.^a:

A sociedade portuguesa, que já muito beneficiada tem sido pela influência social da mulher, deve lucrar muito com a sua cooperação directa em tôda a actividade nacional;

Á conclusão 1.^a:

Por dignidade e coerência, impõe-se ao estado portugûês o dever de decretar o sufrágio feminino.

D. Judith Rocha:

Louvo a autora da tese *Reivindicações políticas da mulher portuguesa* porque está, na verdade, um trabalho bem feito. Não significa isto que eu esteja de acôrdo, em absoluto, com algumas das suas afirmações. Já o sr. Manoel da Silva fez algumas considerações e estou plenamente a seu lado.

Discordo também da 4.^a afirmação e da 2.^a conclusão.

Entendo que se não deve imitar o que se passa lá fóra, por isso o feminismo deve ser português, nacional, um problema de educação; até aqui muito se tem malsinado o feminismo, mas não sei se por ignorância do que é o Feminismo.

Eu estou certa de que a mulher portuguesa há-de saber fazer uso dêsse direito. Lá fóra tem dado bons resultados, porque os não há-de dar entre nós?

Mas parece-me, contudo, que não está ainda capaz, temos por isso de encarar a questão pelo lado prático.

Que deve ser concedido o voto à mulher portuguesa, já não há duas opiniões contrárias, mas que êste problema deve ser nacional ninguem o duvidará. E assim, eu sou partidária da forma restritiva e não ampliativa como se apresenta na tese. Deve-se dar antes o direito de voto àquelas que já têm um diploma, e talvez começando pelos municípios e freguesias por intermédio das quais e sob a sua influência poderiam fazer ressurgir algumas indústrias.

Terminando, acho extemporâneo o voto ampliativo.

Fernão Bôto Machado:

Sou um velho feminista, já há 20 anos eu fazia uma conferência « A mulher no passado, no presente e no futuro » e é para lamentar que ainda hoje se faça a reivindicação do voto quando já se devia reclamar as grandes reivindicações, as mais avançadas.

Mas o que representa o direito político para a mulher em face do régimen económico? Êste deve-lhe dar independência para ela própria fazer um casamento seguindo os ditames do seu coração e não fazer uma venda como hoje é.

A tese está brilhantemente feita, e hoje já não se trata da inferioridade do sexo, já ninguém a admite, o que há, sim, é uma relatividade. De resto eu entendo que o voto, o direito eleitoral, deve ser um meio transitorio para alcançar as grandes reivindicações de character social. Dou o meu voto às conclusões da tese.

Ferreira de Simas:

Eu desejo interrogar a mesa sôbre o tempo que cada orador tem para fazer as considerações que desejar sôbre a tese em discussão.

Secretário geral:

Nos termos do artigo 3.º do regulamento aprovado pelo congresso, os srs. congressistas podem usar da palavra duas vezes mas não devem gastar mais de 10 minutos de cada vez, fazendo-se excepção aos relatores das teses que falarão o tempo que julgarem conveniente.

Dr. Jaime de Gouveia:

Quanto às considerações do congressista sr. Manuel da Silva, na sua essência, estou de acôrdo com elas. A mulher tem todos os requisitos para intervir directamente na vida política do país, exercendo os direitos políticos nas mesmas condições de igualdade do homem.

A mulher foi considerada como escravo, por isso mesmo ela hoje ainda se ressentida da sua antiga situação social; a recusa obstinada que se vem fazendo sôbre a concessão dos direitos políticos são ainda um reflexo dêsse antigo estado de coisas.

Mas a vida portugueza já democratizada, só agora é que começa a sentir que a mulher deve intervir, que é preciso que intervenha, que é útil para nós todos a sua intervenção. Esta intervenção não pode deixar de ser nas mesmas condições da igualdade do homem.

Discordo da opinião da sr.^a D. Judith Rocha. As questões feministas são actos de justiça e não de favor. Sôbre o sufrágio, agora, não há que atender à escola de direito político. Parece-me que se deve reclamar o direito de voto, e assim, deve-se reivindicar a igualdade perante a lei:

Bernardino Reis Azevedo:

É com regosijo que eu saúdo o ilustre presidente da mesa sr. Dr. Bernardino Machado bem como o sr. Fernão Boto Machado. Discordo da opinião da sr.^a D. Judith Rocha, que é afinal o princípio evolucionista. Nós desejamos o voto para o homem e para a mulher em igualdade de condições.

D. Judith Rocha:

Devo uma explicação. Com a opinião por mim exposta não quiz originar uma tão grande discussão, regosijo-me, porém, porque foram aqui expendidas doutrinas. Eu não quero que, na parte referente ao voto, se faça uma cópia do que se faz no estrangeiro, como tem acontecido sôbre outros problemas de magna importancia. É preciso fazer conhecer à mulher que é necessário que ela intervenha na vida social, mas esta intervenção deve ser feita com conhecimento, e daí, a sua opinião de que só à mulher, devidamente preparada, deve ser concedido o direito de sufrágio.

D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia (relatora):

É com grande prazer que vejo estarem todos plenamente de acordo e assim, responder a um sr. congressista é responder aos restantes.

Fizeram-se referências a uma passagem da minha tese mas ela não tem em vista senão fazer sobressair as conclusões. Quanto à 4.^a afirmação da tese eu mantenho-a porque assim o entendo.

Duvida-se que a mulher esteja preparada para exercer os direitos políticos. Em igualdade de circunstancias ella está tão bem preparada como o homem. A tese encara a questão sôbre o ponto de vista de justiça. Há até certos ramos de administração pública para que a mulher tem especial competência. Nestes, sobretudo, é imprescindível a sua intervenção. A mulher é a maior vítima da libertinagem. A mulher é prostituída pelo homem. A mulher é a vítima sofredora dos ímpetos crueis e brutais do marido alcoolico. E, enquanto o marido se embrutece e aniquila na taberna e no bordel, é ainda à mulher,

rodeada de prole e de miséria, que está reservado o hediondo espectáculo de vêr succumbir os filhos corroidos de fome, ou saírem porta fóra, míseras crianças destinadas ao roubo, à vadiagem, à prostituição, ao lamacento enxurro do martírio onde só reverdecem as pobres flores do mal.

Quem, melhor do que as mulheres, com mais coração e piedade, faria abortar, por meio de medidas eficazes e salutaes, estes cancores da sociedade que corroem uma Pátria pelos mais fundos dos seus alicerces?

(Longos applausos).

D. Judith Rocha:

Peço licença para mandar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que honrar a memória dos mortos é um dever de civismo;

Considerando que a D.^{ra} Carolina Beatriz Angelo exercendo o direito de voto em 1911 deu enorme passo para a causa feminista;

Considerando que o magistrado Dr. João Baptista de Castro tendo dado interpretação favorável à reclamação apresentada por aquela senhora reconhecendo por sentença o direito de sufrágio à face da lei eleitoral.

Neste momento em que se trata da reivindicação dos direitos políticos da mulher

Proponho que esta sessão se interrompa por 2 minutos em homenagem à memória da D.^{ra} Carolina Beatriz Angelo e Dr. João Baptista de Castro.

(Aprovada).

PARECER

Tese: Reivindicações políticas da mulher portuguesa:

Tendo sido apresentadas uma moção e uma proposta de alteração da autoria dos congressistas Arnaldo Brazão



D.ª CAROLINA BEATRIZ ANGELO

e Manuel da Silva, durante a discussão da tese «Reivindicações políticas da mulher portuguesa» e depois de terem sido devidamente apreciadas pela comissão de pareceres, constatou-se que a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Manuel da Silva é uma questão de redacção, e assim a comissão emite o seguinte parecer:

Que sejam aprovadas as conclusões da tese de harmonia e conjuntamente com a moção apresentada pelo congressista Arnaldo Brazão.

Tese: *Bibliotecas infantis*, pela
Sr.^a D. Ilda Pinto de Lima.

Conclusões:

Visto que reconhecemos necessidade urgente na criação das Bibliotecas infantis;

Visto que há insuficiência de livros para as crianças;

Concluimos que:

1.^o se faça um apêlo aos professores primários para que dêles parta a iniciativa das Bibliotecas infantis dentro das suas escolas.

2.^o se faça um outro apêlo aos escritores para que escrevam livros para as crianças e as orientem segundo os preceitos da moderna pedagogia.

D. Albertina Gambôa:

O assunto da tese é de-veras interessante e estou plenamente de acôrdo. Apresento à Ex.^{ma} Relatora as minhas felicitações bem como ao Sr. Ferreira de Simas, director do Instituto Feminino de Educação e Trabalho por êste estabelecimento ter enviado a tese ao Congresso.

É preciso vêr que livros devem constituir a biblioteca.

Pelo que me diz directamente respeito, vou envidar todos os meus esforços para que, na escola



D. ILDA PINTO DE LIMA

aonde preste serviço, seja criada uma biblioteca infantil, tal é o meu entusiasmo.

Entendo que o professorado primário deve prestar tôda a sua atenção a êste assunto pelo que envio para a mesa a seguinte moção :

Considerando que a leitura de livros úteis e compreensíveis para as crianças, produz nelas alegria e prazer, criando-lhes amor por êste trabalho;

Considerando que o professor primário pode influir duma maneira eficaz para despertar em seus alunos interêsse e amor pela leitura.

O Congresso Feminista e de Educação julga que todos os professores se devem interessar pela criação das Bibliotecas Infantis em suas escolas e continua na ordem do dia.

Dr. Luís Passos:

Saúdo o sr. presidente da meza pelo seu passado de educador, o Congresso que será mais uma afirmação de vitalidade nacional, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas pela sua bela iniciativa de um tal Congresso, a relatora da tese que já fôra minha discípula e o sr. Ferreira de Simas, director do Instituto de Odivelas por nos mostrar o cuidado e interêsse que há pelas questões de ensino naquele estabelecimento educativo.

Estou plenamente de acôrdo com a essência da tese e proponho que se faça um apêlo para se estabelecer prêmios a fim de criar livros próprios, podendo o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas proceder como julgar conveniente.

Os autores não encontram remuneração para os seus esforços pelo que compete às estações competentes auxiliarem essas iniciativas e darem-lhe alento. São precisos incitamentos.

Nesta ordem de ideas eu apresento uma proposta

de adição de mais uma conclusão e que mando para a mesa e é assim concebida:

3.º Se faça um outro apêlo ao Estado, ou corporações administrativas, individualidades particulares que o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas entenda para que estabeleçam premios e auxiliem a publicação de livros reconhecidos nas condições do apêlo 2.º.

D. Júlia Franco:

Saúdo o sr. presidente como antigo soldado da Democracia, do tempo em que ser soldado era um sacerdotio. Saúdo as congressistas jovens que ontem vi, verdadeiras flores vivas no meio de uma profusão de flores naturais que me encheram de júbilo. Isto me diz que não está tudo perdido, uma vida nova ressurgirá.

Eu, velha professora, tenho deixado bibliotecas por onde tenho passado e avalio bem o que elas influem no espirito da criança. Sobre livros poderá julgar-se que os não há próprios para crianças. Há, contudo tentativas felizes embora não sejam muitas. Há obras que são nossas e aonde se encontra a alma portuguesa.

Em princípio sou contrária aos contos de fada mas tenho de encarar a alma da criança que sente a maravilha.

Já fui adversária do maravilhoso, mas a minha prática de longos anos no professorado, levam-me a dizer que não podemos deixar de o aceitar e por isso louvo a obra das Sr.^{as} D. Virgínia de Castro e Almeida e D. Ana de Castro Osório.

Poderá o maravilhoso ser atenuado?

Pode. Temos uma forte tradição e é preciso viver a vida portuguesa.

Ferreira de Simas:

Ao Sr. presidente e ao congresso apresento as minhas saudações. A biblioteca infantil que funciona no Instituto Feminino de Educação e Trabalho nasceu quasi por indicação das próprias alunas, elas próprias pediram livros e dinheiro e assim, pelo seu esforço a biblioteca existe. É para lamentar que eu tenha, por vezes, de fazer censura aos jornais dedicados às crianças.

Manuel da Silva:

Tenho boa impressão de leitura da tese e nem outra coisa era de esperar da sua autora.

Torna-se, porém, necessário efectivar as conclusões, achando que se deve nomear uma comissão para dar cumprimento ao voto do congresso. Nestes termos envio para a mesa a seguinte proposta:

«Como incitamento mais concreto, proponho que seja conclusão do Congresso:

O Congresso Feminista e de Educação aprova as conclusões da tese em discussão e resolve como complemento lógico e necessário:

a) Escolher uma comissão composta da relatora da tese, do Presidente desta assembleia e da Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas que desenvolverá mais elucidativamente o que é e como se criou a Biblioteca Infantil do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1.^a secção), exposição que acompanhará o apêlo a fazer ao professorado primário pela mesma comissão, mostrando-lhe assim melhor o facto concreto que desejava ver generalizado;

b) Encarregar-se a mesma comissão de fazer um apêlo aos escritores a que se refere a 2.^a conclusão da tese e o apêlo n.º 3 a que se refere a proposta do Sr. Dr. Luís Passos».

Fernão Bôto Machado:

Discordo da opinião expendida pela sr.^a D. Júlia Franco porque o maravilhoso não é senão uma mentira.

A hora actual que estamos passando já não é própria para fadas, príncipes encantados e varinhas de condão.

A mentira, sempre perniciosa, é mais perniciosa ainda quando é assimilada por uma criança a quem se deve dizer a verdade e só a verdade.

As mentiras envenenam as almas das crianças.

D. Júlia Franco:

Quero prestar um esclarecimento. Em princípio sou contrária a essas alusões, como já tive ocasião de o afirmar há pouco. Receio a mentira na criança porque mentirosa já ela é, por excesso de imaginação e outras vezes por nós ensinada.

Mas o passado ainda poetiza a vida.

A alma do passado ainda vibra naqueles que hoje, pelos ares, vão em procura da Índia.

Canhão Júnior:

A Associação dos Professores de Portugal saúda este Congresso, o primeiro Congresso Feminista Português, e em nome da Internacional dos Educadores, as feministas de todo o mundo.

Reforço as palavras do sr. Bôto Machado. Se nós queremos cultivar a imaginação temos o maravilhoso moderno e não o antigo.

Não temos respeitado a criança, a criança não é tradicional e fornecer-lhe contos tradicionais é dogmatizá-la, torná-la mentirosa. Para poetizar a vida temos o maravilhoso do futuro, a verdade.

D. Ilda Pinto de Lima:

É com desvanecimento que agradeço as referências que os senhores congressistas se dignaram fazer ao meu trabalho. Isto demonstra a oportunidade do assunto e a sua magnitude.

No que diz respeito à proposta do Sr. Dr. Luiz Passos, já eu me manifestei nesse sentido numa entrevista que eu concedi ao jornal *A Capital*, mas, dada a situação embaraçosa do tesouro público não podemos hoje pedir qualquer coisa ao Estado, eis a razão por que as bibliotecas infantis têm de ser obra dos professores.

Sobre livros, eu direi que já há alguma coisa boa, os de Maria Paula de Azevedo.

(Aplausos).

PARECER

Tese: *Bibliotecas Infantis.*

Sobre a tese «Bibliotecas Infantis» foram apresentadas, enquanto se discutia, uma moção e uma proposta de aditamento, respectivamente da sr.^a D. Albertina Gambôa e Dr. Luiz Passos.

Tendo sido dadas explicações pela relatora D. Ilda Pinto Lima sobre a razão, aceitável, da falta do 3.^o apêlo, mostrou concordar com a proposta do Dr. Luiz Passos, mas em ocasião oportuna.

A comissão de pareceres, apreciando as conclusões, a moção e a proposta de alteração entende que elas sejam aprovadas, nos termos apresentados durante a discussão.

2.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Em 6 de Maio de 1924

Às 21 horas e 30 minutos

Presidente

Dr. Magalhães Lima

1.^a Secretária

D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia

2.^a Secretária

D. Berta Garção

Dr. Magalhães Lima:

Convidado a presidir a esta sessão do Congresso Feminista, não oculto nem o meu júbilo nem o meu reconhecimento. Afirmo os meus princípios feministas, que mantenho, nas minhas obras. — *A Atualidade, Primeiro de Maio, Livro da Paz, Socialismo na Europa*, etc. Congratulo-me pois, com este congresso que, para mim, reveste as proporções de um acontecimento e que revela uma nobre coragem nas senhoras que o promoveram.

Desvanece-me a escolha para presidir a uma sessão deste congresso. É a compensação dos meus esforços de propagandista do feminismo. Recordo que há anos, em Paris, a minha querida amiga M.^{me} Avril de Sainte-Croix — a quem deve ser feita uma saudação especial, enviando êste congresso um telegrama, — me pediu para organizar em Lisboa um Conselho Nacional de Mulheres. Felizmente, êsse Conselho já se encontra instalado e tem trabalhado com êxito, pelo que felicito a sr.^a D. Adelaide Cabete.

Quando Tito entrou no templo de Jerusalem, uma voz clamou: « Vão-se os deuses »!

Mil anos depois, ouve-se ainda o mesmo eco: Vão-se os deuses e fica a humanidade; vão-se os preconceitos e fica a razão; vai-se o arbítrio e fica o direito.

Na fachada da *Casa do Povo*, de Barcelona, lê-se a seguinte divisa: « Esta casa não é minha,

nem é tua, é de todos». E tal é, com efeito, o que sucede a tôdas as obras da civilização. Nem pertencem a um país, nem a um partido, nem a um indivíduo. A todos aproveitam os seus benefícios. O feminismo está neste caso, como obra civilizadora e universal que é.

Nunca a democracia terá uma razão de ser, enquanto não forem estabelecidos nas instituições, assim como nos códigos o direito da mulher e o direito da criança. Há um direito fundamental — o direito à vida do qual derivam todos os demais direitos — o direito à alimentação, o direito ao trabalho, o direito à instrução, o direito à alegria. O feminismo baseia-se, como o socialismo, no direito à vida.

Os progressos e as transformações sociais operam-se na razão directa do progresso e da liberdade das mulheres e as decadências da ordem social operam-se na razão do decrescimento da liberdade das mulheres.

Assim falava Fourier.

Os reformadores de 1830 tiveram ideas muito mais nítidas sôbre feminismo do que os revolucionários de 89. A grande revolução emancipou metade da humanidade, deixando a outra metade mergulhada na escravidão.

Mirabeau exclamou: «Se tivermos as mulheres por nós, venceremos». As aspirações de Condorcet não se realizaram, nem mesmo em 1848, apesar dos esforços empregados para êsse fim.

Teem sido sucessivamente abolidos todos os prejuízos — os prejuízos de casta, de raça, de religião, etc., e, sem embaraço, mantem-se ainda o prejuízo do sexo. Pode bem dizer-se que, sob o ponto de vista jurídico, a escravidão, embora mais temperada, pelos usos e costumes, existe ainda para a mulher.



Entre os progressos de espírito humano, os mais importantes para a felicidade que devemos contar a inteira destruição dos prejuízos que estabeleceram entre os dois sexos uma desigualdade de direitos, funesta para aquele mesmo que pretendeu favorecer, escreveu Condorcet, que foi, entre os homens da sua época, o único a reclamar a igualdade dos dois sexos.

Em 1830, uma escola filosófica e social, cujo pres-tígio foi enorme, tornou suas as reivindicações femi-ninas. Queremos referir-nos à escola de Saint-Simon.

Os *saint-simonianos* prescreveram a herança, por a considerarem um flagelo para a mulher. Quan-tas vezes é essa fortuna uma infelicidade e uma ver-gonha para ela. Só o acaso faz com que se nasça homem ou mulher. Não é pois, uma verdadeira ini-quidade que as leis tornem a mulher uma vítima desde o berço?

Foi nesta época que George Sand, na *Indiana*, e Victor Hugo na *Marion Delorme*, se pronuncia-ram sôbre a sorte que a sociedade reserva não só à mulher pobre senão à mulher rica.

Êste belo movimento de solidariedade humana encontrou éco noutros escritores. Mas o silêncio fez-se novamente até 1848, que cessou com o triunfo do ideal socialista que alastrou pelo mundo. Foi a revolução mais cosmopolita que a história regista.

Consideradas outrora como loucas utopias, as reivindicações femininas constituem hoje uma viva realidade.

A guerra provou que a mulher é tão capaz como o homem, de exercer as mais variadas funções sociais. Cessavam todos os motivos de excomunhão.

Estamos atravessando uma crise de progresso. Quem se adapta ao espírito da época, progride; quem não se adapta, suicida-se. A mulher reclama

a satisfação dos seus direitos. É a democracia que fala pela sua voz. Os parlamentos atendem as suas reclamações, em nome da justiça. Que as mulheres portuguesas prossigam, na sua obra benemérita, com o mesmo ardor e a mesma tenacidade, com que se apresentaram neste interessante congresso. O reconhecimento completo das suas justíssimas reclamações será uma questão de tempo. Da sua satisfação, dependerá, no futuro, o desenvolvimento da democracia portuguesa.

(Prolongados aplausos).

EXPEDIENTE

Telegrama:

Coimbra 6. — Alunas 3.º ano Escola Normal Coimbra saüdam congresso ambicionando êxito completo. (a) Branca Alves (*prolongados aplausos*).

Carta:

Do Dr. Armelim Junior:

Il.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.^a

Quis a gentil amabilidade de V. Ex.^a honrar-me com um convite, não só em seu nome pessoal, senão também em nome do « Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas », de que V. Ex.^a é digníssima Presidente, para que eu — velho feminista, que « tem publicamente manifestado a sua opinião favorável à emancipação feminina » — tome parte, e com V. Ex.^{as} colabore no « Congresso Feminista e de Educação », ontem auspiciosamente inaugurado, e o primeiro realizado em Portugal.

Para corresponder, de alguma maneira, a essa gentileza, que muito me penhorou e muito agradeço; — afirmar a minha maior consideração por V. Ex.^{as} e ter direitos a receber os seus interessantes e valiosos trabalhos presentes ao Congresso, fiz-me inscrever como congressista, embora afirmando desde logo, a algumas de V. Ex.^{as} que impossível me era — por vários e ponderosos motivos, que calaram nos seus esclarecidos e justos animos — assistir às suas sessões.

Não fiquei, porém, inibido de vir, por êste meio, com a singeleza e sinceridade, que são timbres do meu character, endereçar a V. Ex.^a e às suas illustres Cooperadoras, as minhas mais respeitadas saudações e entusiasticas felicitações, pela sua bela e útil iniciativa, com os mais ardentes votos pelos mais proficuos e práticos resultados dessa *Obra*, de que V. Ex.^a é a alma e o maior estímulo; e, ao mesmo passo, afirmar a V. Ex.^{as} que tanto mais me cativou e lisongeou êste amável convite, por partir de quem perfeitamente sabe, porque me tem lido e apreciado, que há um *Feminismo*, que não é o meu, que não é o que eu sempre tenho propugnado; *Feminismo*, que eu repilo e profligo, e que importa a inversão e a luta dos sexos, a idealização da mulher-homem, da mulher-virágo, a masculinização da mulher, com um individualismo e egoísmo exagerados e extremos, profundamente hostis ao outro sexo; com ideias, sentimentos e volições inteiramente pervertidas e perversas!...

O meu *Feminismo* é bem outro, profundo e radicalmente diferente.

É aquele que V. Ex.^a conhece, e que — inteligente, ilustrada, boa e digníssima, como é — aplaude.

É aquele que, no meu discurso, proferido na 5.^a sessão do «Primeiro Congresso Nacional de Mutua-

lidade, em 21 de Junho de 1911, escorei, na seguinte síntese: — « Velho feminista, tradicionalmente feminista, do puro, são e equilibrado feminismo, que não quer a masculinização da mulher, nem a inversão da sua sexualidade, nem a perda dos seus encantos e atractivos peculiares, da sua gracilidade e do seu *pudôr*, que é a *coragem das mulheres*, na bela e expressiva máxima oriental; que a não quer, *filha*, emancipada da autoridade paterna; *esposa*, da autoridade marital; *mãe* e *ama*, dos deveres do seu lar; mas sim emancipada para a moral e o dever, para o direito e a justiça, para a sciencia, a arte e as indústrias, habilitando-a para a luta pela vida, para a sua independência económica e jurídica, para a sua libertação da acção depressiva, desmoralizadora, dissoluta dos viciosos, crapulosos e maus ».

Quanto me foi, pois, consolador e grato, ver e notar que os trabalhos, que até hoje me foram entregues, e que consegui ler e estudar, relatam com proficiência, e alguns com brilho, interessantes e valiosas teses, de altíssimo ensinamento e utilidade doméstica e social; como as relatadas por V. Ex.^a sôbre a « Protecção à mulher grávida e à criança » — « O Ensino doméstico em Portugal » — « A luta anti-alcoolica nas Escolas » — como as duas, tão inédita como conceituosamente relatadas pela distinta notária e jurista Sr.^a D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia, « Reivindicações políticas da mulher portuguesa » — « Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal »; como a sôbre « Assistência às delinquentes » com emoção e justiça relatada pela Sr.^a D. Angélica Porto; a sôbre « Educação sexual », pela ilustre médica Sr.^a D. Paulina Luisi, e tantas outras, cuja enumeração omito, para não alongar mais esta carta.

Termino, pois, e já é tempo — reiterando as minhas saudações, felicitações e votos, subscrevendo, com a maior consideração e estima.

Lisbôa c/ de V. Ex.^a 5-V-1924.

De V. Ex.^a

Admirador sincero e Cr.^{do} Ob.^{mo}

M. V. de Armelim Júnior

ANTES DA ORDEM

D. Júlia Franco:

Tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que o projecto de Reforma de Educação Nacional, da autoria do Ex.^{mo} Sr. Dr. João Camoezas, representa um notável progresso, e encarna as aspirações nacionais, pelo que respeita ao problema educativo;

O Congresso Feminista e de Educação resolve saudar calorosamente o Ex.^{mo} Sr. Dr. João Camoezas, pela sua obra, e dirigir um apêlo ao Congresso da República Portuguesa, para que o referido projecto de Reforma de Educação Nacional seja em breve discutido e se torne lei do país.

(Aplausos).

Sr. Manuel da Silva:

A moção apresentada pela sr.^a D. Júlia Franco está no espírito da illustre assemblêa e torna-se indispensável empregar todos os esforços para que o projecto de Reforma de Educação Nacional venha a ser lei. Assim tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte proposta de aditamento:

Dirigir-se por intermédio da mesa desta sessão a todos os organismos profissionais e colectividades educativas no sentido de secundar o objectivo da moção apresentada.

Sr. Alberto Marques Craveiro:

Tenho a honra de mandar para a meza a seguinte moção:

Considerando que o efeito da ingestão de bebidas alcoólicas é um dos maiores males que aflige a Humanidade;

Considerando que a restrição do uso do alcool é de grande vantagem, tanto sob o ponto de vista fisológico, como do moral e social;

Considerando que, enquanto não conseguirmos por meio de educação, a abolição completa do seu uso, devemos auxiliar tôdas as medidas para a diminuição do mesmo;

O Congresso Feminista e de Educação, resolve:

Saudar o ilustre autor do projecto de lei restritivo do uso de bebidas alcoólicas—Sr. Ferreira Simas—e congratular-se com o facto de essa lei ter entrado em execução no nosso país; incitar todos os congressistas a que façam a maior propaganda para o seu cumprimento.

Secretário geral:

Como está para ser discutida uma tese sôbre alcoolismo relatada pela D.^{ra} Adelaide Cabete proponho que esta moção seja apensada à referida tese e entre em discussão simultâneamente.

Dr. Jaime de Gouveia:

Proponho que a moção seja aprovada por aclamação: (*Grandes aplausos*).

Sr. Manuel da Silva:

Afim de não protelar a discussão das teses que são numerosas e só estarem duas discutidas tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte proposta:

Proponho que cada orador possa falar duas vezes sôbre o assunto em discussão, falando da primeira 3 ou 4 minutos e da segunda 2 ou 1, de forma que o total não sejam mais de 5, triplicando-se o tempo ao relator das teses na discussão especial sôbre elas.

(Aprovada sem discussão).

ORDEM DA NOITE

Discussão de teses:

Tese: *As pensões de estudantes*, por
Tito de Sousa Larcher.

Conclusões:

- I — É preciso regulamentar o pensionato de estudantes menores em todo o país.
- II — Deve haver rigorosa fiscalização sobre a capacidade moral e pedagógica dos dirigentes de colegios e cursos para menores.

Dr. Jaime de Gouveia:

A tese do sr. Tito de Sousa Larcher, é uma tese generosa principalmente a 1.^a conclusão. Os estudantes encontram-se abandonados nos grandes meios quando aqui não têm pessoa de família ou amiga. É de urgente necessidade preparar os pensionatos sobre o ponto de vista moral e higiênico para que eles possam corresponder às exigências que os seus mestres fazem no cumprimento da sua missão.

Mas quanto à segunda conclusão, parece-me que

traz um entrave ao exercício do comércio. Há já um regulamento que, pelo que se pode depreender, não é suficiente, deve-se pois tornar mais rigoroso.

Entendo que as conclusões devem ser modificadas neste sentido: Quanto aos collegios particulares o Estado deve fiscaliza-los melhor; quanto às casas de pensões, entendo que é perigoso intervir nelas.

Sr. Tito de Sousa Larcher (relator):

Não posso deixar de refutar algumas afirmações do orador que me antecedeu. Eu não sei até aonde chega a liberdade do comércio. Por isso, todó e qualquer exercício de actividade humana que pode afectar a vida da colectividade deve ser fiscalizado. Estas pensões a que nos estamos referindo põem em grave perigo moral os estudantes, principalmente os estudantes do sexo feminino.

Secretário geral:

O assunto que se está discutindo está no ânimo de todos os srs. congressistas e não se torna necessário fazer mais algumas referências. De resto os oradores já collocaram a questão segundo o seu ponto de vista com explanações que torna desnecessário repetir. Limito-me, nestes termos, a enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que a falta de um ambiente moral apropriado ao desenvolvimento da criança, tem sido um dos factores da indisciplina social e mental da sociedade portuguesa;

Considerando que a alta carestia da vida tem levado os estudantes de ambos os sexos quando longe de suas familias a procurar alojamento, por vezes em casas incapazes quer sob o ponto de vista higiénico, quer sob o ponto de vista moral;

Considerando que dêste facto resultam graves prejuizos para o individuo, para a família e para o ensino;

Considerando que é urgente regulamentar o pensionato de estudantes menores em todo o país e tornar mais rigorosa a fiscalização dos colégios particulares;

O Congresso Feminista e de Educação, apreciando a situação moral precária em que vivem alguns estudantes, chama desde já a atenção de todos os directores de escolas e dos educadores em geral para êste mal moral e continua na ordem do dia.

PARECER

Tese: As pensões de estudantes.

Durante a discussão das conclusões da tese «As pensões de estudantes» foi apresentada uma moção, a comissão de pareceres emite o seguinte voto: Que sejam aprovadas as conclusões e a moção apresentada pelo congressista Arnaldo Brazão.

Tese: A mulher na administração dos municípios, por D. Maria Correia Manso.

Conclusões:

- 1.^a—A intervenção da mulher nos negócios municipais é moral e útil, dela advirá uma melhor aplicação dos rendimentos camarários.
- 2.^a—A mulher edil, por natureza e por sentimento, melhor compreende a necessidade de organizar no seu concelho uma obra de solidariedade e de assistência social.

D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia:

Como relatora da tese em que defendi e sustentei a doutrina de que o homem e a mulher devem



D. MARIA IZABEL CORREIA MANSO

ter os mesmos direitos políticos não posso deixar de dar a minha inteira e absoluta aprovação à tese que agora se discute.

Quem pode o mais pode o menos.

Se é chegado o momento, como na sessão de ontem sobejamente ficou demonstrado, de à mulher portuguesa serem concedidos os direitos políticos, como se poderá duvidar que lhe não deva ser concedido o eleitorado e elegibilidade administrativa?

Sim, meus senhores, é chegado o momento.

Na evolução dos fenómenos sociais e jurídicos, sempre que a consciência colectiva de um povo sinta a necessidade do uso dum direito, deve dizer-se e diz-se com critério, que é chegado o momento de o efectivar. Eis o caso. A consciência colectiva do povo português reconhece neste momento a necessidade imperiosa de as mulheres do nosso país intervirem na administração pública; é chegado, pois, o momento de reclamarmos, altivamente e sem desânimos, êsse direito perante os poderes constituídos.

Nesta conformidade, eu tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que, tendo sido reconhecido por êste Congresso a necessidade e a justiça do pedido dos direitos políticos para a mulher portuguesa;

Considerando que a mulher, estando preparada já para o exercício dêles, está implicitamente, e com maior razão ainda para o exercício do eleitorado e elegibilidade administrativos;

O Congresso Feminista e de Educação entende: Que deve ser desde já concedido às mulheres portuguesas o direito do sufrágio e da elegibilidade administrativos;

E segue na ordem do dia.

PARECER

Tese: A mulher na administração dos municípios.

Sobre esta tese houve discussão e afirmou-se que a consciência colectiva do povo português reconhece neste momento a necessidade imperiosa de as mulheres intervirem na administração pública e neste sentido foi apresentada uma moção pela congressista D. Aurora de Castro e Gouveia.

A comissão revisora dos pareceres é de opinião que sejam aprovadas as conclusões da tese e a moção.

*Tese: Assistência e educação à infância desvalida, por A. C. do Amaral Frazão.**Conclusões:*

- 1.^a — Que se resolva convenientemente o problema da assistência em todas as suas modalidades e se lancem urgentemente as bases da sua reforma, quanto possível descentralizadoras;
- 2.^a — Que se aplique a todas as modalidades da assistência e muito em especial à infantil, sistema racional da assistência social; e
- 3.^a — Que a educação nos institutos de assistência infantil seja essencialmente profissional e prática.

Sr. Tito de Sousa Larcher:

Infelizmente, o que se diz na tese é verdade. Hoje os asilos estão de tal maneira organizados que de lá saem meninas habilitadas para tudo menos para governar ou dirigir uma casa. Não se pode continuar assim. Entendo que, uma das maneiras de efectivar a doutrina contida na tese é criar escolas

agrícolas que têm o duplo fim de educar e preparar futuros trabalhadores da terra.

Dr. Bentes Castel-Branco:

A tese que está em discussão relaciona-se com a tese *Solução biológica do problema educativo* de que sou autor e proponho que se adiasse a discussão para se discutirem simultaneamente.

Secretário geral:

A fim de não haver delongas nem perda de tempo, requeiro que entre imediata e simultaneamente em discussão a tese *Solução biológica do problema educativo*.

(Aprovado).

Dr. Bentes Castel-Branco:

Todos os pais e mães de famílias normais desejam para seus filhos saúde e fortuna.

Uma fada bemfazeja, a Natureza, lhe deseja também a alegria de viver. Todos os Estados civilizados desejam que a sua população seja formada por indivíduos úteis à sociedade e à Patria.

Tais dons podem ser facultados a qualquer indivíduo normal, pela boa educação, na qual se atenda, com igual solicitude ao seu desenvolvimento físico, moral, profissional e intelectual.

Em tôda a parte a boa educação tem os seus fundamentos nas Leis da Natureza, que regem a evolução natural da espécie humana.

A educação pública está ainda por fazer em Portugal.

A instrução literária encontra-se ainda restrita aos antigos moldes de ensino didático, dedutivo, autori-

tario e monótono, odioso para as crianças, que estraga os alunos, constituindo ao mesmo tempo uma verdadeira fábrica de palradores, sem aptidões funcionais, sem senso comum e sem espírito prático.

A educação deve estar ao cuidado da iniciativa particular e o Estado deve ser um auxiliar, um fiscal, um estimulante de melhores escolas.

A solução deve ser a base fundamental em que deve assentar um plano de educação. Selecção física e selecção intelectual.

Os vencedores das provas devem ser elevados às classes superiores e desta forma se irá preparando a sociedade para ser guiada pelos seus membros de maior capacidade produtiva e elevação moral, para que sirvam de exemplo à grande massa popular.

Secretário geral:

Da tese do sr. Amaral Frazão sôbre *Assistência e educação à infância desvalida* se constata que as crianças entregues aos cuidados da Assistência Pública não recebem aquela educação que a sua situação exige.

Estando plenamente de acôrdo com as conclusões da referida tese, tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que a educação ministrada à infância desvalida nos Institutos dependentes da Assistência Pública, não é assás consentânea com o objectivo que se tem em vista—criar individuos úteis à sociedade;

Considerando que a educação a ministrar nos Institutos de Assistência Pública deve ser essencialmente profissional;

O Congresso Feminista e de Educação formula o voto de que os serviços de assistência à infância desvalida sejam reformados nos modernos moldes pedagógicos e continua na ordem do dia.

Dr. Jaime de Gouveia:

Refiro-me à tese do congressista Dr. Bentes Castel-Branco e devo, porém, chamar a atenção da ilustre assembleia que a solução científica do problema está preocupando todos aqueles que aos assuntos educativos dedicam a sua actividade.

A tese é um trabalho perfeito, sob o ponto de vista biológico. O seu plano, sôbre o ponto de vista prático, é irrealizável.

O homem tem uma vida bem mais ampla, bem mais perfeita, que é a vida social regulada pelas leis da solidariedade, leis estas que o relator esqueceu arrastado pelo ponto de vista biológico, quando é certo que a mulher tem uma vida social elevada com o homem.

Não aceito em absoluto as considerações do ilustre relator, porque, não sendo assim, as considerações feministas que temos vindo frisando neste Congresso não tinham razão de ser. A mulher é companheira do homem não só no lar como também na sociedade.

Dr. Bentes Castel-Branco:

A Biologia é a sciencia que estuda as leis que regem a vida dos indivíduos. As leis dos homens não podem de modo algum refutarem as leis da Natureza porque só estas são imutáveis. O homem em face da natureza acerta sempre, enquanto que as leis humanas que hoje satisfazem e são morais, amanhã já são imorais. Só a mulher é capaz de ser educadora. Elevo-a para ter o papel de educar moral, intelectual, científica e profissionalmente. O homem deve ser o auxiliar da mulher, deve ser o trabalhador.

Sr. Manuel da Silva:

Os dois ilustres oradores que me antecederam encaram a questão sob pontos de vista diferentes.

Se a felicidade humana está dependente da mulher não era preciso o homem. O assunto que está debatendo-se é de magna importancia e, só depois de uma larga discussão se devem emitir opiniões. Uns escassos minutos não bastam, por isso eu proponho que a tese do Dr. Bentes Castel-Branco seja retirada da discussão para ser apreciada no último dia do congresso conjuntamente com uma outra do mesmo congressista, ficando em discussão a tese do sr. Amaral Frazão sôbre a qual já foi apresentada uma moção.

(Aprovada).

PARECER

Tese: Assistência e Educação à Infância desvalida.

Tendo sido apresentada uma moção pelo congressista Arnaldo Brazão subordinada às conclusões da tese, a comissão revisora de pareceres opina pela aprovação das conclusões e da referida moção.

ORDEM DA NOITE

Tese: *Nacionalidade da mulher casada*, pelo Dr. Jaime de Gouveia.

Conclusões:

- 1.^a — A mulher casada com um estrangeiro não deve perder a sua nacionalidade de origem, excepto se no acto do casamento fizer a declaração formal de que opta pela nacionalidade do marido;
- 2.^a — No caso de a mulher ter optado pela nacionalidade do marido, deve poder recuperar a nacionalidade de origem, se enviudar ou divorciar-se ou separar-se de pessoas e bens, mediante simples declaração;
- 3.^a — Para solução de conflitos de leis resultantes da diferente nacionalidade dos conjuges, devem ser adoptadas normas de direito internacional que traduzem o principio equitativo da concórdia das leis pessoais.
- 4.^a — Deve modificar-se a legislação portugueza, e designadamente, o artigo 18.^o n.^o 6.^o e o artigo 22.^o n.^o 4.^o do Código Civil, no sentido das três primeiras conclusões.

Dr. Jaime de Gouveia (relator):

Um problema que está na tela da discussão é a *nacionalidade da mulher casada com estrangeiro*, agravado pela guerra que provocou alterações formidáveis em todas as instituições economicas, políticas ou jurídicas e que parecem tocadas pela invalidez. Esta nossa civilização, após a guerra, afigura-se a um colossal edificio em ruinas, que seja preciso reformar de *fond en comble*. E o direito internacional não podia ficar indemne à fúria do vendaval, e perante as circunstâncias derivadas da Guerra, os seus princípios, os seus sistemas e as suas normas que pareciam solidos e adequados às necessidades da nossa vida social, revelaram-se frágeis injustos e desumanos.

O princípio da *unidade de direcção da família* foi aceite por todos os jurisconsultos e quasi todos os países, como consequência daquela unidade de vistas, introduziram normas de direito preceituando *que a mulher casada tenha a nacionalidade do marido*, julgando assim terem resolvido o problema.

Ora, quando foi das declarações do estado de guerra, no número dos espectáculos mais dolorosos e dos dramas mais emocionantes podemos contar a expulsão de muitas centenas de milhares de mulheres que, vítimas das disposições tiranicas de naturalização forçada, tiveram de abandonar o lugar onde nasceram, os pais que enternecidamente adoravam e a família a que estavam ligadas pelos dôces laços do coração.

Os proprios lares que tinham herdado dos seus maiores foram confiscados.

A expulsão da pátria assim motivada é uma monstruosidade.

Princípios que na prática conduzem a applicações

tão injustas e desumanas, estão condenados, porque no domínio das sciências sociais só é verdadeiro e aceitável o que é útil e bom.

As teorias jurídico-sociais modernas, já consagradas pela legislação portugueza, reivindicam para a mulher os mesmos direitos fruídos pelo homem. E o princípio de igualdade em que se alicerça, juridicamente, o casamento não pode e nem deve ser sofismado por disposições jurídicas draconianas. A mulher não deve perder a sua nacionalidade, *ipso facto* do casamento, do mesmo modo que o marido, na generalidade das legislações, a não perde por mera virtude do casamento.

O preceito que bem se ajusta com a moderna doutrina da igualdade de direitos dos conjuges será o seguinte: *a mulher que casa com um estrangeiro conserva a sua nacionalidade, excepto se fizer, no acto da celebração do casamento, a declaração expressa de que deseja optar pela nacionalidade do marido.*

É certo que, tendo cada um dos conjuges sua nacionalidade, surge um problema de direito internacional, os chamados *conflitos de leis* e que consiste na determinação da lei que deve aplicar-se à espécie jurídica — se a lei da nacionalidade do marido, se a lei da nacionalidade da mulher.

Mas os conflitos de lei já hoje são freqüentes e nem por isso os Estados deixam de cumprir a sua missão.

De importante, o que há a fazer é introduzir nas legislações de cada país normas uniformes e harmónicas para a solução de conflitos.

O que não pode subsistir, em nome do princípio da igualdade dos direitos dos conjuges e dos invioláveis deveres da humanidade, é a naturalização *forçada* da mulher pelo facto do casamento, a

qual arrasta a conseqüências tão dolorosas como são a expulsão da terra natal e a confiscação dos bens herdados e mantidos na família através de longas gerações.

Secretário geral:

A questão da nacionalidade da mulher casada há muito que está posta no programa das reivindicações feministas, mas só agora, só depois da Grande Guerra é que o problema começa a ser encarado pelos Estados. Foi preciso que a guerra viesse demonstrar na prática aquilo que as mulheres em teoria há muito vinham reclamando.

Nos Estados Unidos já foi promulgada uma lei sôbre a nacionalidade da mulher americana em face do seu matrimónio com estrangeiro. A mulher americana só mudará de nacionalidade se no acto do casamento optar pela do marido; os filhos seguem a nacionalidade americana se algum dos progenitores fôr americano.

Na Inglaterra, na França e na Holanda já foram apresentadas nos seus Parlamntos propostas de leis neste sentido.

No Congresso Internacional Feminista, de Roma, realizado em maio de 1923, êste magno assunto foi debatido com grande interêsse e com toda a prudência. Foram encarados os possíveis conflitos de leis, formularam num voto a aspiração de a mulher manter a sua nacionalidade resolvendo leva-lo perante a Liga das Nações a que já está affecta a solução deste problema.

Eu estou plenamente de acôrdo com as conclusões da tese, dou-lhe o meu voto, mas entendo também que êste congresso se deve manifestar num tal sentido, que reforce os trabalhos internacionais

já encetados. Nestes termos, eu tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

O Congresso Feminista e de Educação, julgando que o principio da nacionalidade da mulher casada é um problema de direito internacional que já está affecto à Liga das Nações, aceita as conclusões apresentadas na tese *Nacionalidade da mulher casada* e espera que a Liga das Nações se pronuncie nesse sentido por uma questão de principios.

Dr. Jaime de Gouveia:

Sendo convertidas em lei as conclusões da tese fica resolvido o problema. As deliberações do Congresso Internacional Feminista representam uma aspiração. Segundo o meu modo de ver a Liga das Nações não tem competência para legislar para todos os países.

A capacidade civil dos cidadãos é regulada pela lei do país natal e a nacionalidade da mulher casada com estrangeiro é um problema de Direito Internacional Privado e portanto da competência dos estados a sua regulamentação.

O que desde já há a fazer é pedir às Côrtes que aprovem as alterações ao Código Civil.

PARECER

Tese: *Nacionalidade da mulher casada.*

Sobre este ponto de Direito Internacional Privado foi apresentada uma moção pelo congressista Arnaldo Brazão no sentido de serem aprovadas as conclusões desde já e fazendo votos que a Liga das Nações se manifeste sobre este magno problema.

A comissão revisora de pareceres emite o seguinte voto: Que sejam aprovadas as conclusões da tese «Nacionalidade da mulher casada» e a moção apresentada.



D. ANGÉLICA PORTO

Tese: *Assistência às delinquentes*
por D. Angélica Porto.

Conclusões:

A obra de assistência às delinquentes consubstancia dois intuitos afins. Ela deve ser, para atingir a sua culminância, perservativa e modificativa ou vice-versa.

Um dos intuitos a efectivar, envolve implicitamente a defesa de justas regalias económicas, e o combate a perniciosos vícios e injustos preconceitos.

O outro, requiere, para proficuamente actuar, uma bem orientada assistência não só quando privadas de liberdade como também em estando no uso desta, porque, só salvaguardadas de escolhos que moral e materialmente lhe impedem o caminho recto na vida, é que será possível e justo contar com a sua regeneração.

Sr. Reis Azevedo:

Concordo plenamente com as conclusões da tese e por isto mesmo é que proponho que a assistência nelas preconizada seja extensiva aos delinquentes.

D. Judith Rocha:

Entendo que esta tese está bem elaborada e é de grande alcance social. Julgo o problema bem pôsto e aprecio a acção da mulher dignificando-se por si própria e contribuindo eficazmente para melhorar moralmente a sociedade.

O assunto está tratado com proficiência e com a humana concepção de que os delinquentes devem ser tratados como *doentes* e não como *réprobos*.

Eu tenho grande culto pela justiça, — e aí das sociedades quando êsse espírito individual en-

fraquece! — mas o espírito é inato no *ser racional* e não na justiça regulamentada dos códigos, falíveis, imperfeitos, convencionais.

Posta de parte a teoria do criminoso nato de Lombroso, em Sociologia moderna, em princípios verdadeiramente científicos, chegamos à conclusão de que o *crime* é um fenomeno sociológico em cuja gênese entram duas ordens de factores: as condições fisio-psicológicas do indivíduo e as do meio social, concepção esta do meu antigo professor e ilustre antropologista, Dr. Mendes Correia.

Por isso entendo que a distinta relatora pôs muito bem o problema.

Os códigos são iníquos porque vêem « crimes » e não vêem « criminosos », aplicando para determinado delicto determinada pena.

Produto de taras, — tristes heranças, (em boa parte) o criminoso é principalmente, contudo, o produto do meio social. A sociedade isolando o criminoso, defende-se por meio de leis. Lança-o para dentro do cárcere; mas quem produz êsse criminoso é quasi sempre a mesma sociedade. É claro que não admitimos hoje a teoria de Rousseau, de que todos nascem bons e a sociedade é que perverte. Mas a sociedade pretende corrigir o mal com o proprio mal porque nas condições actuais o cárcere não regenera, degrada ainda mais.

Laurent diz que não há um « tipo criminal » mas estigmas, há portanto o ser predisposto. Mas o tal indivíduo predisposto ao crime não cometerá crimes se a sua predisposição fisio-psíquica não fôr determinada pelas condições do meio telúrico e social.

Há portanto factores sociais e individuais da delinquência. E a êste Congresso que tem uma característica feição social e educativa, foram apresentados vários trabalhos, como a tese anti-alcoólica, por

exemplo, em que se trata de combater êsses factores. Mas vai-se ainda um pouco mais longe e é pôsto o problema do criminoso condenado que é mister regenerar para o tornar útil à mesma sociedade. É preciso que se melhorem as condições sociais das prisões que são principalmente produtoras de alienados e tuberculosos. E é necessário atender ao regímen penitenciário (e recorde a acção jornalística de D. Luthgarda Caíres, nesse sentido) que lá fóra já tem solução dando-se ao delinqüente a liberdade condicional, tornando-o útil à sociedade

Vou por isso apresentar uma moção de aditamento às conclusões da tese, que acho muito bem elaborada mas antes de terminar devo citar o facto lisongeiro para a mulher, de que as estatísticas de todo o mundo accusam muito menor percentagem de crimes cometidos por ela. Isto viria dar fôrça àquele conceito de Jaubert de que moralmente a mulher seria superior ao homem...

Nestes termos envio para a mesa a seguinte moção:

« Considerando que na opinião dos mais autorizados sociologos criminalogistas e antropologistas o crime é um fenomeno sociológico em cuja génese se encontram duas ordens de factores: *a)* as condições physio-psíquicas do indivíduo, *b)* e as condições do meio telúrico e social;

« Considerando que o actual regime prisional penitenciário não regenera antes degrada;

« Considerando que é um dever imperioso de humanidade aperfeiçoar o código que só vê « crimes » e não vê « criminosos »;

« Proponho que às 3 conclusões da tese « Assistência às delinqüentes » se acrescente:

4.^o — Que se procure modificar urgentemente o actual regime penitenciário no sentido de formar colónias agrícolas e sob o princípio da *liberdade condicional*;

5.^o — Que nos códigos se estabeleça o princípio humano assente em bases scientificas de individualizar a

pena, tendo em vista o conhecimento fisio-psicológico do criminoso e as condições determinantes do crime.

(Prolongados aplausos).

Sr. Manuel da Silva:

A tese satisfaz-me e apláudo a oradora antecedente pela sua exposição, discordando no entanto no que ela quási se deixa inclinar para a doutrina de Rousseau.

A regeneração do criminoso não se deve fazer exclusivamente em colónias agrícolas mas também em outras oficinas de trabalho. Nestes termos faço o seguinte aditamento:

Que ao n.º 4.º da moção da Sr.ª D. Judith Rocha e a seguir às palavras «colónias agrícolas» se acrescente «e outras oficinas de regeneração pelo trabalho manual».

D. Angélica Porto:

Longe de mim a idea de me persuadir que êste plano de assistência a delinqüentes seja um trabalho de valor e muito menos um trabalho perfeito tanto quanto ele o podia ser, tratando-se de uma obra desta natureza.

Porém o que asseguro, por isso ser inteiramente verdadeiro, é que êle foi ditado na melhor das intensões.

Pelo que acabei de ouvir estou intimamente capacitada de que os Ex.^{mos} Congressistas aliam a sua muita competência para amplamente apreciarem todos os assuntos ventilados no Congresso àquele nobre e levantado desejo de cooperar no bem estar geral da Humanidade.

Vejo com muito prazer as opiniões que se hão manifestado e sôbre as quais a comissão revisora de

pareceres concretizará o seu critério para depois o submeter à apreciação dos ilustres congressistas.

PARECER

Tese: *Assistência às delinquentes.*

A tese « Assistência às delinquentes » sofreu discussão e foram apresentadas uma moção da congressista Sr.^a D. Judith Rocha, uma proposta e um aditamento respectivamente dos Srs. Congressistas Reis Azevedo e Manuel da Silva.

A proposta do Sr. Reis Azevedo sôbre a alteração do nome da tese, não é de atender visto a essência da tese.

Não deve ser modificado o título porquanto ela é um plano de assistência às mulheres embora a autora reconheça a necessidade de assistência aos homens.

No actual regime penitenciário já está restabelecido oficinas de trabalho manual.

A comissão revisora de pareceres entende que sejam aprovadas as conclusões a moção:

Tese: *Educação de anormais*, por D. Deolinda Lopes Vieira.

Conclusões:

Que a fundação de escolas especiais para educação de anormais impõe-se e é necessária:

- 1.^o — Como medida preventiva contra o crime;
- 2.^o — Como medida de economia social, porque utiliza energias até aqui desprezadas.

D. Albertina Gambôa:

Apresento os meus cumprimentos à ilustre relatora



D. DEOLINDA LOPES VIEIRA

da tese pelo seu trabalho que está bem feito e bem orientado.

Na minha já longa carreira de professora, o meu trabalho tem sido em aproveitar os normais e os anormais, e tenho verificado que não podem ser educados conjuntamente.

É um crime duplo obrigar os anormais a frequentar as aulas dos normais e vice-versa.

Nestes termos e porque estou plenamente de acôrdo com as conclusões da tese tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que é perniciosa a convivência de crianças, anormais e normais nas escolas;

Considerando que é grande e difícil a luta do professor para harmonizar o seu trabalho de forma a que uns e outros aproveitem;

Considerando ainda que no nosso país pouco se tem feito neste sentido;

O Congresso Feminista e de Educação faz um apêlo ao Estado para que no mais curto espaço de tempo se faça a selecção entre anormais e normais em tôdas as escolas primárias do país e que a estes seja administrado ensino são adaptado às suas faculdades, quanto possível, até que haja pessoal especializado para êste fim e continua na ordem do dia.

Sr. Manuel da Silva:

As minhas primeiras palavras são de bom louvor para a ilustre relatora e tanto mais quanto é certo que ela representa neste congresso a Associação dos Professores de Portugal federada na Internacional dos Educadores. Se as suas qualidades não tivessem já sido reveladas como professora distinta e estudiosa, a tese hoje em discussão seria o suficiente para nós avaliarmos dos seus vastos conhecimentos pedagógicos.

Estou de acôrdo, embora a relatora tenha encarado o problema só sob o ponto de vista social e não sob o ponto de vista psico-pedagógico como devia ser.

Eu sei que o ensino de anormais é delicado, mas no ensino é exactamente êstes pontos que interessam aos educadores.

Entendo que se deviam alterar as conclusões no sentido exposto e assim mando para a mesa a seguinte proposta:

Proponho que as palavras «escolas especiais» sejam substituídas por «escolas ou classes especiais» e que seja aditada mais uma conclusão nestes termos: «Como processo psico-pedagógico de melhorar e mais facilmente se educarem todos os indivíduos».

Sr. Cesar da Silva:

Não discuto a tese porque não tem que discutir visto ela estar no ânimo de nós todos. Já não é novo o tema, mas entre nós muito pouco se tem feito ainda.

Em tempos houve uma escola de anormais em S. Bernardino que dera resultado mas que, por qualquer circunstância foi transferida para S.^{ta} Isabel.

É ocasião oportuna de prestar justa homenagem ao ilustre pedagogo de saudosa memoria Dr. Antonio Aurelio da Costa Ferreira.

D. Deolinda Lopes Vieira:

Agradeço as elogiosas referências da Sr.^a D. Albertina Gambôa, e quanto ao sr. Manuel da Silva, devo dizer-lhe que este congresso não é de espe-

cialistas mas sim de interêsse social, basta o seu nome, congresso feminista e de educação, e por isso encarei o problema sob o ponto de vista social.

Eu quero escolas especiais para anormais mas revestidas de todos os cuidados para que aqueles que lá vão receber a sua educação não possam mais tarde, pela vida fóra, sofrer com o sistema da sua educação. Os cuidados com estas escolas devem ir até ao seu próprio nome para que os próprios pais das crianças não se envergonhem de ter filhos que necessitem de uma educação tão especial.

É por estas razões e por muitas outras que eu não posso aceitar a maneira de ver do sr. Manuel da Silva concretizada na emenda, querendo *classes* para anormais.

Não pode ser.

Se tal fizessemos tínhamos que, na mesma escola, fazer a selecção, o que viria a agravar o mal não só dos anormais como dos normais com graves prejuizos do ensino.

As crianças sofriam, os pais envergonhavam-se e o ensino não melhorava.

Além disto há ainda que atender ao pessoal pedagógico que não está devidamente habilitado com esta especialidade e portanto incapaz de poder bem desempenhar a sua missão, sempre impossível de o fazer se tivéssemos as crianças separadas por classes e não por escolas. (*Aplausos*).

Dr. Luís Passos:

Tenho o prazer de saúdar a ilustre relatora da tese que já foi minha aluna na Escola Normal de Bemfica onde tive ocasião de apreciar os seus belos dotes de inteligência e as suas grandes qualidades de trabalho.

Estou de acôrdo com a explanação que foi feita pela relatora, a educação dos anormais deve ser, neste congresso, encarada sob o ponto de vista social.

De resto, começando por preparar professores especializados para anormais poder-se-ia depois estudar e encarar o problema sob o ponto de vista psico-pedagógico, mas, enquanto o ensino normal não tiver especialidades, não pode o nosso professorado primário desempenhar a sua missão melhor do que o tem feito até aqui para o que recebe os conhecimentos necessários e que êle tão bem sabe cumprir embora a sua missão seja árdua e tantas vezes tão pouco apreciada. (*Aplausos*).

O que urge é criar professores especializados.

PARECER

Tese: *A Educação dos Anormais.*

Sobre a tese «Educação de anormais» foi apresentada uma moção da Sr.^a D. Albertina Gambôa e uma proposta de emenda do Sr. Manuel da Silva.

A comissão revisora de pareceres emite o voto de que sejam aprovadas as conclusões e a moção.

3.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Em 7 de Maio de 1924
Às 21 horas e 15 minutos

Presidente

Dr. Abranches Ferrão

1.^a Secretária

D. Angélica Porto

2.^a Secretária

D. Rosa Pereira

Dr. Abranches Ferrão:

É com enorme satisfação que eu vejo um grupo de senhoras portuguesas, cõscias dos seus direitos, enfrentar corajosamente uma complicada engrenagem de preconceitos de tôda a ordem e expôr desassombadamente, com verdade e com lógica, o que deve ser a situação da mulher portuguesa a dentro do Estado e a dentro da família.

Por tôda a parte se está formando uma evolução tendente a reconhecer à mulher a plenitude dos seus direitos civis e políticos. Nalguns países, mesmo essa evolução chegou, por assim dizer, ao seu termo, mas para isso foi preciso trabalhar, lutar, vencer mil dificuldades. Mas não se compreenderia que em Portugal, e em plena democracia, não surgisse um movimento que, agrupando esforços isolados, concretizasse as aspirações da mulher portuguesa, e procurasse arrancar dos poderes públicos o reconhecimento, para a mulher, da condição jurídica a que ela tem incontestável jus. Felizmente, que êsse movimento surgiu, disfrutando simpatias de todos os espíritos desempoeirados e justos e de crêr é que muito em breve, sobretudo se V. Ex.^{as} continuarem intensificando os seus esforços, nós vejamos introduzidas na legislação do país as modificações que hão de dar completa satisfação às reivindicações formuladas.

Não desanimem V. Ex.^{as} na sua cruzada, e não se iludam. Hão de encontrar no seu caminho e terão de vencer escolhos de tôda a ordem. A luta que vão travar pelos seus direitos é nobre pelos seus objectivos e corajosa pelas dificuldades que vão encontrar. O homem, egoísta e tirano, só com dificuldade se resolverá a aprear-se do pedestal em que as circunstâncias do passado o collocaram. Mas na cruzada que V. Ex.^{as} estão empreendendo, terão a acompanhá-las, de alma e coração, uma enorme multidão de criaturas que tem sido o joguete do interêsse ou dos caprichos de tantos homens sem escrúpulos, sem possibilidades de uma eficaz defesa legal e ainda muitíssimos cidadãos que, acima de possíveis comodismos, põem os princípios da justiça e da verdade.

O que a mulher portuguesa precisa, a meu ver, desde já, é que de um modo geral lhe seja reconhecido o direito de participar na vida do Estado, de forma a poder intervir eficazmente na confecção das leis sobretudo naquelas que ao seu sexo especialmente digam respeito, e que o Parlamento faça sem demora desaparecer a situação vexatoria — direi mesmo imoral — em que a mulher, quanto a bens, actualmente se encontra no casamento em relação ao marido. Para obviar, em grande parte, uma tal situação, já eu tive a honra de quando ministro da Justiça, apresentar ao Parlamento uma proposta de lei, que infelizmente nem discutida foi, e no entanto, os princípios consignados nessa proposta representam já um grande passo no melhoramento da condição jurídica da mulher casada. Mas tenho esperança de que ela ainda será, num futuro próximo, lei do país.

Agradeço a gentileza das referências à sua proposta, feitas pela Sr.^a D. Aurora de Castro e

Gouveia, e como ela o notou, também eu reconheço que não é isenta de defeitos, mas julga boa orientação ir conquistando, pouco a pouco, aquilo que se torna indispensável para melhoramento da situação jurídica da mulher.

O brilhantismo com que teem decorrido as sessões dêste congresso são uma garantia do brilhantismo com que elas hão de decorrer até final e espero que dêste congresso e da propaganda feminista resulte uma grande corrente de opinião que imponha ao Parlamento a aprovação de muitas medidas de urgente necessidade e que as senhoras feministas há tanto tempo reclamam.

Terminando, agradeço a honra que me deram para vir presidir a esta sessão e faço ardentes votos pelo bom resultado dêste Congresso.

(Prolongados aplausos).

EXPEDIENTE

Telegrama:

Beja, 7 — Impossibilidade comparência saúdo congresso e faço votos ver satisfeitas aspirações feministas portuguesas.

Delfina Serrão.

Cartas:

Dos Sindicalistas Revolucionarios:

Limoeiro Grupo B

Lisboa, 7 de Maio de 1924.

(Ao Primeiro Congresso Feminista de Educação)

Ex.^{mas} Congressistas:

Embora tardiamente vêm os presos por questões sociais, que se encontram na cadeia do Limoeiro, trazer-vos por este meio, as suas mais efusivas saudações e bons desejos de que dêste congresso saiam trabalhos e vontades suficientemente grandes para a consecução do vosso e nosso desejo: A

emancipação integral da mulher ou a mulher igual ao homem em direito e deveres.

Porém, numa sociedade como a presente — onde desde os bancos da escola se insinua no ânimo das crianças que a mulher deve ser escrava do homem a tal ponto que êste a poderá assassinar, em certos casos, com aplauso da justiça; onde a mulher apenas tem um direito que por si só constitue a mais formal condenação de todo o edificio social existente: o de prostituir-se; — a Emancipação da Mulher é impossível.

Mas conforme reconhecemos esta impossibilidade também reconhecemos que a mulher tem o dever de fazer tudo quanto necessário seja para conquistar nesta sociedade o maior número possível de regalias e educar os seus filhos de forma que num Amanhã muito próximo não tenham que ser vítimas dos erros de seus pais como nós o somos actualmente.

A emancipação integral da mulher só será um facto quando a actual sociedade vier definitivamente dando lugar a uma Sociedade Nova onde a mulher seja livre na Terra Livre de todos os convencionalismos balofos e hipôcritas que agora constituem verdadeiros dogmas.

E por assim o compreendermos é que nós combatemos por todos os meios esta sociedade procurando destruí-la até ao mais fundo dos seus alicerces.

Podeis ficar certas que na luta terrível que ides travar, encontrareis a vosso lado todos os revolucionarios sociais, porque a vossa causa é justa além de justa, é a nossa.

Sem mais desejamos-vos
Saúde e Emancipação Integral

Os presos sociais da cadeia do Limoeiro.

(Aplausos).

Da Universidade Livre:

Lisboa, 5 de Maio de 1924.

Ex.^{ma} Sr.^a Presidente do Congresso
Feminino — Lisboa

Ex.^{ma} Sr.^a

Vem esta colectividade junto de V. Ex.^a apresentar-lhe as suas saudações e fazer votos sinceros pelos bons resultados do Congresso Feminino e ao mesmo tempo louvar os organizadores do mesmo, pela brilhante iniciativa, que permite estudar assuntos úteis à Educação da Mulher em Portugal, base de tôda a educação moderna.

Repetindo as nossas saudações, pedimos licença para nos subscrever com a maior consideração.

De V. Ex.^a

M.^{to} At.^{os} Ven.^{res} Ob.^{dos}

Pelo Conselho Administrativo

O Presidente

Alexandre Ferreira

ANTES DA ORDEM

D. Deolinda Lopes Vieira:

O problema da «Escola Única» está chamando a atenção dos educadores e algumas organizações feministas estrangeiras se interessam sobremodo.

Torna-se, pois, necessário que êste congresso feminista que também é de educação, se manifeste e por isso eu tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que entre os problemas pedagógicos ultimamente e universalmente ventilados se destaca sobremaneira interessante o problema da «Escola Única»;

Considerando que da resolução de tão momentosa questão só benefícios podem advir para o triunfo das ideas pacifistas e de Solidaridade Humana;

Considerando mais, que êle está sendo defendido por alguns Conselhos Nacionais de Mulheres destacando-se entre êles o «Conselho das Mulheres Argentinas» que no Congresso de Copenhague se propõe tratar e defender o assunto, eu alvitro que o Congresso Feminista e de Educação tome na devida consideração tão magno problema e convide o «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas» a estudá-lo e a proceder a um inquérito consultando para êsse fim algumas individualidades em destaque no nosso meio pedagógico e social assim como a tôdas as associações afins com os assuntos de Educação.

Sr. Manuel da Silva:

Proponho que esta moção seja aprovada por aclamação. (*Prolongados aplausos*).

D. Angélica Pôrto:

Tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte proposta:

Proponho que se officie à Câmara Municipal de Lisboa manifestando-lhe o agrado do Congresso por haver a mesma Câmara criado um pôsto médico para tratamento de doenças venéreas. Porquanto essa medida de salubridade pública e social é das que se encontram preconizadas no programa das reivindicações feministas bem assim que se manifeste os votos do Congresso para que tão salutar inovação se propague de forma a corresponder às necessidades da profilaxia das terríveis conseqüências que das mencionadas doenças promana.

(*Aprovada*)

ORDEM DA NOITE

Discussão de teses:

Tese: *Assistência e trabalho*, por
D. Maria O' Neill

Conclusões:

1.^a — Para a pobreza envergonhada, a mais digna de dó, procurar-lhe trabalho e dar-lhe esmola sem reclames. Os médicos podiam prestar nestes casos optimas indicações e serviços.

2.^a — Para que os pobres aproveitem os fatos que se lhes dão, recomendar-lhes aceio e limpeza e, quando os vestirem, dar-lhes um cartão que afirme que o fato foi donativo e nele se peça que se não negue esmola. Carimbar êste na junta de paróquia ou em qualquer associação.

3.^a — Dar só esmola enquanto se não consegue trabalho e procurar fornecer êste com a possível brevidade. Criar oficinas e atelieres para êste efeito.

4.^a — A exploração das crianças deve ser perseguida e castigadas as mulheres (que alugam os filhos e as que andam com eles) com dias de prisão.

5.^a — O profissional da esmola, quando não tenha doença justificada, que impeça de trabalhar, não deve ser socorrido se não aceitar trabalho. É um modo de o fazer vencer a preguiça.



D. MARIA O' NEILL

As mães, já que ninguém lhes impõe, devem na época actual impor-se a obrigação de amamentar os filhos. Se quiserem dar-se ao trabalho de pensar no pouquíssimo que deixo dito teem matéria, para vastíssimas considerações. Uma observação sem a qual não ficaria bem comigo:

É preferível, na dúvida, socorrer um mau do que deixar de prestar auxílio a um necessitado.

Antes nos enganem do que nos enganemos.

Tese: *A influência da mulher na extinção da mendicidade*, por Jorge das Neves Larcher.

Conclusão-projecto:

Art. 1.º — Na séde de cadâ distrito, constituir-se há uma comissão, denominada «Comissão de assistência à pobreza no distrito de.....» e composta pelo Governador Civil, como presidente, e 8 vogais de ambos os sexos, representando as fôrças vivas da séde do distrito.

O secretário e tesoureiro serão eleitos entre os vogais.

N.º 1 — Esta comissão tem por deveres:

- a) — Instalar a comissão de cada concelho.
- b) — Organizar as estatísticas, que devem acompanhar o relatório anual elaborado pela comissão, e que deverá ser publicado num jornal local e remetido ao Ministério do Interior.
- c) — Resolver qualquer dúvida suscitada às comissões do concelho.
- d) — Fiscalizar todas as comissões, de forma a que só os necessitados sejam socorridos.
- e) — Tratar de todos os assuntos superiormente.
- f) — Promover o maior número de festas de forma a obter receitas para o cofre da assistência.
- g) — As receitas desta comissão, serão distribuídas pelas freguesias mais necessitadas.

Art. 2.º — Na séde de cada concelho, constituir-se há uma comissão denominada «Comissão de assistência à pobreza no concelho de.....» e composta pelo administrador do concelho, que servirá de presidente e de 6 vogais de ambos os sexos, representando as fôrças vivas do concelho. O secretário e tesoureiro serão eleitos entre os vogais.

N.º 1 — Esta comissão tem por deveres:

a) — Instalar a comissão de cada freguesia.

b) — Organizar a estatística, que deve acompanhar o relatório anual a enviar à Comissão do distrito, para esta poder elaborar o relatório anual.

c) — Resolver qualquer dúvida às comissões de freguesia, e, quando não a possa resolver, recorrer à comissão do distrito, e apreciar as propostas submetidas à sua apreciação.

d) — Fiscalizar as comissões de freguesia, de forma a que só sejam socorridos os verdadeiros necessitados.

e) — Promover o maior número de festas, a fim de obter receitas que serão distribuídas pelos cofres das comissões de freguesia.

Art. 3.º — Na séde de cada freguesia, constituir-se há uma comissão denominada «Comissão de assistência à pobreza na freguesia de.....» e composta pelo professor ou professora, pelo regedor, pelo pároco e 3 pessoas de ambos os sexos, das mais categorizadas da freguesia, sendo o presidente escolhido pela comissão do concelho, e o secretário e tesoureiro eleitos entre a comissão.

N.º 1 — Esta comissão tem por deveres:

a) — Promover que todos os habitantes da freguesia, se inscrevam com uma quota, variável segundo os recursos de cada um, para o cofre da assistência da freguesia.

b) — Organizar escrupulosamente a lista dos verdadeiros pobres da freguesia.

c) — Remeter à comissão do concelho, mensalmente, a nota da receita obtida e a lista dos pobres a socorrer.

d) — Propor à comissão do concelho, as mensalidades a distribuir aos pobres, segundo as necessidades de cada um.

e) — Promover, mensalmente, a distribuição das quantias que cabe a cada um dos necessitados.

f) — Promover o maior número de festas, cuja receita reverterá para o cofre da assistência da freguesia.

Art. 4.º — Decorrido um mês depois da declaração da comissão de cada distrito que está apta a funcionar, será proibido o peditorio da esmola.

Art. 5.º — Os individuos encontrados a pedir, serão presos, e as pessoas que tenham dado esmola serão multadas sendo pela primeira vez 20\$00 e sendo reincidentes 50\$00.

§ único As multas que trata o art. anterior reverterão

para o cofre de assistência da freguesia, onde reside o multado.

Art. 7.º — Pedir auxílio do Governo, para que pelo Ministério do Interior, pela repartição competente, sejam dadas as convenientes ordens para que as autoridades administrativas procedam dentro dum limitado praso à constituição das comissões e prestem todo o auxílio a esta obra de beneficência.

(Estas duas teses foram discutidas conjuntamente a requerimento da Sr.^a D. Domingas Lazary do Amaral)

D. Domingas Lazary Amaral:

Pedi a palavra não para aprovar as conclusões a que chegaram os ilustres congressistas, Sr.^a D. Maria O'Neill e o Sr. Larcher, nem tão pouco para censurar as teses em questão. Como uma destas teses é a consequência da outra, propus a discussão em conjunto para facilitar os trabalhos e poupar a atenção de todos os senhores congressistas.

São evidentes os sentimentos de generosidade que ressaltam numa e noutra tese, e portanto a devida homenagem a êsses dotes de bondade, discordo todavia das conclusões a que os seus ilustres relatores chegaram. E as razões que me levam a esta discordância, julgo devê-las apreciar à seleta assembleia que se encontra nesta sala.

Quanto a mim, que sinto a alma confrangida e ao mesmo tempo revoltada ao vêr a cada passo «êsse triste e degradante espectáculo do peditório na via pública» para me servir da frase do Sr. Larcher; quanto a mim, repito, entendo que as palavras *pobreza, miséria, necessitados, beneficência*, etc., deveriam ser banidas tôdas do vocabulário português como dos de todos os outros países, e

que a junta de paróquia a que a Sr.^a D. Maria O'Neill se refere na sua conclusão 2.^a tenha mais altas missões a desempenhar que as de carimbar os cartões, em que «se afirma que o fato foi donativo» (!) segundo a expressão da mesma senhora. Isto só representa, a meu vêr, uma coisa: a falência dos salutareos princípios sociais que devem ser erguidos ao mais culminante dos píncaros!

A Humanidade, em geral, tem direito a um bem estar comum: comer quando tem fome, beber quando tem sede, e repousar a pesada ossada num leito asseado quando o corpo sente disso necessidade. E porque todos temos direito à vida, é urgente que cessem os actos de generosidade comodista e ostensiva de uns, condoída e expontânea de outros, mas que não evitam o «espectáculo triste e degradante» que se pretende debelar. Dar um fato e ao mesmo tempo marcar com o ferrete do cartão carimbado a esmola que se dá, lançar um óbulo na mão que se nos estende, as *acções de graças* que se ouvem balbuciar em reconhecimento à esmola que se deu é, a meu vêr, um dos espectáculos mais dilacerantes que é dado a olhos humanos observar! E êste espectáculo anti-social, anti-humanitário só acabará, creiam-no, quando cada um se absteriver de dar esmolas, quando todos se compenetrarem de que a esmola vexa tanto quem a dá como quem a recebe.

Não aprovo, pois o óbulo que se lança no chapéu esburacado; não aprovo as caixas patentes ao público em muitos estabelecimentos para os «pobrezinhos de tal...» não aprovo o envio de uma determinada quantia à autoridade principal da aldeia para «os pobrezinhos da freguesia»; não aprovo o pagamento de uma cota especial de miséria pública e não aprovo finalmente o cartão carimbado porque

não concebo também que uns gosem faustosamente, outros se contorcem entre as garras da miséria, estando à mercê das migalhas que as alvas toalhas de damasco deixam cair para o chão.

Portanto é convicção minha que a reconhecida miséria persistirá enquanto se não enveredar pelo caminho radicalmente humano e equitativo. Assim como possuímos as belas estradas por onde deslizam suaves as nossas carruagens; assim como, com a maior regularidade recebemos e expedimos as missivas e telegramas que nos causam as mais variadas sensações; assim como atravessamos com toda a segurança a ponte que se ergue sôbre o rio sem nos lembrarmos de que somos todos que para êsse bem-estar contribuimos, assim também todos devemos contribuir por igual forma para a fundação de casas próprias onde todo aquele que precisa matar a fome, mitigar a sêde e repousar a matéria, encontre tudo isso sem precisar saber de onde vem semelhante benefício; e se possam manter casas em profusão onde se ensine a trabalhar aqueles que ainda o possam fazer.

Eis Sr. Presidente e senhores congressistas no que defiro das conclusões há pouco ouvidas. E para concretizar esta minha apreciação, peço licença para ler e enviar para a mesa a seguinte proposta :

Considerando que a pobreza é uma condição de vida que não deve existir:

Considerando desumano e anti-social a existencia de seres necessitados que passeiam a sua miséria pelas ruas, e a criação de um cartão que identifica a esmola recebida.

Considerando atentatorio ao brio humano o acto de se lançar na mão do nosso semelhante a esmola implorada, ou ainda o levar-se a sua casa o óbolo angariado;

Considerando deprimente para uma sociedade que se diz civilizada e de bons costumes o pagamento de uma cota especial de miséria pública, proponho:

1.º — A criação de novas casas de trabalho;

2.º — A criação de estabelecimentos próprios custeados por uma contribuição obrigatória como as que existem para a manutenção regular e natural de todos os serviços públicos dos quais todos gozam o bem-estar, impondo-se cada um a obrigação de não dar a chamada esmola que, deprimindo quem a dá não engrandece quem a recebe:

3.º — Que nesses estabelecimentos publicos exemplarmente organizados se faça realçar a hygiene e o conforto indispensável a fim de que todo aquele que a eles recorre, longe de se sentir vexado se sinta como em sua própria casa.

Sr. Jorge Larcher (relator):

Não tive pretensão de fazer um trabalho completo sôbre extinção de mendicidade. De resto eu estou de acôrdo com as palavras acabadas de pronunciar. Mas desde que as casas de trabalho não existem em número que nós possamos acalentar a herança de uma solução, torna-se necessário encarar o problema por um outro aspecto.

A iniciativa particular é que tem de cumprir com os seus deveres de solidariedade humana e não foi outro o meu intuito ao criar as comissões distritais, concelhias e de freguesia. As funções que lhes attribui no projecto, não são e nem podem ser taxativas.

Dr. Jaime de Gouveia:

O problema versado pelas 2 teses muito interessante e de complexa resolução, foi colocado duma maneira muito elevada.

Como aspiração não posso deixar de concordar com a proposta da Sr.^a D. Domingas Lazary Amaral, que concretiza a idea moderna de assistência social e que o congresso deve aceitar, mas para uma

efectivação rápida, o parecer do Sr. Capitão Larcher tem mais viabilidade.

Sr. Manuel da Silva:

Estou sensibilizado pela idea de se tratar do magno problema da assistência neste congresso e êle tem sido bem visto pelos oradores que me antecederam.

Parece-me, contudo, que há uma congruência entre os arts. 1.º, 2.º e 3.º; as fôrças vivas não são elementos mais idôneos para fazer parte dessas comissões, os membros das comissões devem ser representantes de corporações produtivas e educativas, porque tôdas elas teem interêsse por uma melhor organização do serviço de assistência. Assim tenho a honra de enviar para a mesa duas propostas, a 1.ª referente à tese *Assistência e Trabalho* e a 2.ª referente à tese *Influência da mulher na extinção da mendicidade*:

1.ª PROPOSTA

Considerando que o problema da assistência e trabalho é essencialmente um problema de justiça social que deve ser imediatamente atacado na sua raiz;

Considerando que as conclusões da tese em discussão atacam menos o problema da assistência na sua essência do que o modificam no seu aspecto externo:

Proponho que o Congresso Feminista e de Educação, perfilhando o alto princípio de justiça — *de cada um segundo o seu esforço, a cada um segundo a sua necessidade*, resolva empregar todos os esforços no sentido de se socializar a assistência pelos meios que mais eduquem.

E, assim, emite o voto de que:

a) Em tôdas as freguezias do país se faça o cadastro dos indigentes;

b) Em toda a parte onde seja possível, existam asilos

— oficinas, os quais dêem pão, sim, mas melhorem sobretudo a educação;

c) O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas continui, sôbre este assunto, a sua alta cruzada em prol da felicidade humana.

2.^a PROPOSTA

Proponho que sem prejuízo dos votos emitidos sôbre a tese *Assistência e Trabalho*, antes como meio de conseguir aquele fim, o congresso aprove a tese em discussão com as seguintes alterações:

- 1.^o — Substituir nos Art.^{os} 1, 2 e 3 as frases «fôrças vivas da séde do distrito», «fôrças vivas da concelho» e «pessoas mais categorizadas do freguesia» pela seguinte frase genérica «associações profissionais e sociedades educativas» da respectiva área administrativa, acrescentando que quando elas não existam os delegados a nomear sejam indicados pelas circunscrições administrativas locais;
- 2.^o — Acrescentar que em todos aqueles 3 artigos que o presidente deve ser escolhido nas mesmas condições que o secretário e tesoureiro;
- 3.^o — Que o art.^o 3.^o estabeleça que a comissão de freguesia será constituída por 7 membros, indicando-se apenas o regedor como representante da autoridade. Os professores e o pároco farão ou não parte dela, conforme o povo os escolher ou não;
- 4.^o — Que se estatua mais claramente a interdependência funcional das comissões de beneficência, por forma que a distribuição da justiça no debelar da miséria não seja prejudicada.

Sr. Cesar da Silva:

Os congressos teem sempre uma função muito elevada, êles afirmam princípios e as suas resoluções não vão recaír em minúcias para não falsear a sua missão.

Já não estamos na época de resolver a questão pela esmola.

Em Portugal, adentro da República, a assistência à miséria já se resolveu, basta que saibamos pôr em prática e interpretar as disposições legais que regulam a questão.

O legislador republicano seguiu a moderna corrente da assistência social, basta só que se cumpra o que está determinado e que é a aspiração de nós todos.

Sr. Reis Azevedo:

As palavras proferidas pela Sr.^a D. Domingas Lazary Amaral deram brilho à discussão, mas o certo é que os desgraçados precisam de protecção imediata. Entendo que se devem aprovar as teses tal como estão.

Sr. Jorge Larcher (relator):

O meu plano de assistência baseia-se na iniciativa particular, mas para que esta tenha e consiga aquele valor e brilho que deve ter, entendo também que os representantes da autoridade devem fazer parte das referidas comissões, a fim de serem um poderoso auxiliar.

Dada a sua situação especial, no distrito e no concelho devem elas presidir.

Por *fôrças vivas* que devem constituir a comissão, deve-se entender as figuras mais categorizadas e de maior respeitabilidade, porque são sempre pessoas muito estimadas e de grande influência local e que podem muito contribuir para o bom êxito da comissão.

Sr. Tito Larcher:

A complexidade do problema da assistência é evidente e tão complexo êle é que as disposições que o regulem não podem ser rígidas, devem possuir uma certa elasticidade para serem applicadas a tôdas as terras do país. Terras há onde se aprende a esmolar desde criança, há quem esmole por vício, há então outros que esmolam por necessidade. É a êstes que temos de assistir.

As comissões a que se refere a tese só podem funcionar com êxito, desde que delas façam parte senhoras, porque só elas com a bondade do seu coração são capazes de triunfar de tôdas as contrariedades.

PARECER

*Teses: Assistência e Trabalho e
Influência da mulher na extinção da
mendicidade.*

Pela sua relação íntima estas duas teses foram discutidas em conjunto, tendo sido apresentadas 3 propostas, uma da Sr.^a D. Domingas Lazary Amaral e 2 do Sr. Manuel da Silva as quais foram apreciadas pela comissão revisora de pareceres conjuntamente com as conclusões.

A comissão revisora de pareceres é de opinião que as teses sejam aprovadas com as alterações provenientes daquelas propostas.

Tese: Luta anti-alcoólica nas escolas, pela D.^{ra} Adelaide Cabete.

Conclusões:

- 1.^a—Adopção de livros de leitura em tôdas as escolas e liceus com trechos de propaganda anti-alcoólica;



D.ª ADELAIDE CABETE

- 2.^a — Obrigatoriedade de conferências anti-alcoólicas nas escolas e liceus;
- 3.^a — Distribuição gratuita nas escolas e liceus de folhetos, de cromos e de quaisquer outros meios de propaganda feita por uma Liga Anti-alcoólica e subsidiada pelo Ministério da Instrução;
- 4.^a — Publicação de um jornal escolar anti-alcoólico de distribuição gratuita sob o patrocínio do mesmo ministério podendo ficar ao cuidado daquela mesma liga;
- 5.^a — Projecções luminosas dos graves e variados prejuízos físicos e morais do alcool.

É lida a proposta de saudação apresentada pelo congressista Sr. Alberto Marques Craveiro (vidé pág. 109).

Dr. Jaime de Gouveia:

Para prestar justa homenagem às grandes qualidades de trabalho e inteligência da ilustre relatora da tese, Dr.^a Adelaide Cabete, verdadeira mulher de ciência, alma dêste congresso, eu proponho que esta tese fôsse aprovada por aclamação.

(Muitos aplausos).

Sr. Jorge das Neves Larcher:

O inteligente trabalho da ilustre médica D. Adelaide Cabete, interessa-me vivamente, porque também entendo que é necessária uma larga e intensa propaganda de norte a sul de Portugal, que leve ao conhecimento de todos, os grandes perigos e males que o abuso do alcool produz.

Estou plenamente de acôrdo com S. Ex.^a de que as medidas legislativas proibitivas da venda do alcool devem ser feitas e promulgadas cautelosamente, a fim de que possam ser acatadas e cumpridas.

As conclusões da bela tese da ilustre congressista, D. Adelaide Cabete, devem ser bem recebidas por todos aqueles que desejam uma raça forte e uma Pátria grande, e que portanto procuram por todos os meios combater os principais males que definham a raça e desmoralizam a sociedade.

Há tôda a conveniência, que as conclusões das diferentes teses apreciadas neste congresso, apresentem realizações práticas e de rápida execução, e por isso proponho, que a conclusão 4.^a, da tese «A luta anti-alcoólica nas escolas» fôsse substituída pelo seguinte:

4.^a — *«Que se faça um vibrante apêlo à imprensa portuguesa, para que publique o maior número de artigos, combatendo os males do alcool».*

V. Ex.^{as} sabem perfeitamente que a imprensa está sempre pronta a secundar tôdas as campanhas educativas e moralizadoras que tenham o alto objectivo de engrandecer o torrão querido da Pátria, e ninguém melhor que ela, com a sua larga publicidade e poderosa influência poderá fazer uma mais útil e proveitosa propaganda.

V. Ex.^{as} não conhecem os enormes encargos que traz a publicação dum jornal, e por isso não podemos contar que o Estado, não por falta de vontade, mas por falta de recursos, patrocine a publicação de um jornal escolar anti-alcoólico e de distribuição gratuita, motivo porque submeto à esca-recida apreciação de V. Ex.^{as}, a presente proposta.

Sr. Ferreira de Simas:

Agradeço as saudações dêste congresso concretizadas na proposta do Sr. Craveiro. A lei sôbre o encerramento das tabernas representa o mínimo alcançado e, só assim é que se poderia conseguir

alguma coisa do muito que há a fazer. É na escola que se deve fazer a propaganda contra o alcool, porque só pela educação se pode arrancar tantos infelizes ao terrível flagelo — o alcoolismo.

Dou a minha aprovação à tese.

D. Albertina Gambôa:

Apresento as minhas saudações à ilustre relatora da tese, Dr.^a Adelaide Cabete e presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas a quem se deve a realização desta assembleia de tão brilhantes resultados.

A essência da tese está no espírito de nós todos e não pode haver discrepâncias. Dando-lhe o meu voto, tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que o alcoolismo é um vício que conduz o ser humano à mais baixa degradação moral e física;

Considerando que o alcoolismo predispõe o organismo para uma melhor receptividade de doenças graves;

Considerando que os descendentes dos alcoólicos são portadores por atavismo das doenças paternas, o que leva ao definhamento da raça;

Considerando que a criança é um bom elemento para nela se desenvolver o terror de um tal vício;

O Congresso Feminista e de Educação faz votos para que se intensifique em Portugal a propaganda anti-alcoólica e se estabeleçam várias medidas de profilaxia, tendo-se sempre em vista que a escola é um dos pontos onde se deve concentrar a acção anti-alcoólica.

Sr. Manuel da Silva:

Apresentando as minhas homenagens à autora da tese, julgo também que na escola se deve fazer tôda a campanha anti-alcoólica, tanto mais intensa

quanto possível, e por isso envio para a mesa o aditamento de mais uma conclusão:

6.^a — Constituição de sociedades escolares abstinentes (secções da associação geral em cada escola) que, pelo seu exemplo permanente, desenvolvam hábitos educativos que bem dispensem o uso das bebidas alcoólicas.

Dr.^a Adelaide Cabete (relatora):

Agradeço as palavras elogiosas de todos os oradores e aceito tôdas as ideas sugeridas durante a discussão do meu trabalho, porque tôdas elas têm o mesmo fim — combater o alcoolismo.

A experiência que durante muitos anos tenho feito no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Odivelas, onde sou médica e professora de higiene deu-me a prova que o melhor campo de combate contra o terrível flagelo do alcoolismo é a escola.

Todos os anos eu dou umas lições sôbre alcoolismo e reparo que as crianças durante bastante tempo ficam horrorizadas de tantos prejuízos causados pelo alcool e é interessante ver como nelas se desenvolvem intenções de defesa e de combate.

É pois na escola onde devemos concentrar tôdas as nossas atenções. (*Aplausos*).

PARECER

Tese: Luta anti-alcoólica nas escolas.

Durante a discussão de conclusões da tese foram apresentadas uma moção, um aditamento e uma proposta de alteração, respectivamente pela Sr.^a D. Albertina Gamboa, e pelos Srs. Manuel da Silva e Jorge Larcher e, vinda

da sessão anterior, já estava apensa à tese uma moção do Sr. Alberto Marques Craveiro.

A comissão revisora de pareceres emite o seguinte voto: *a)* Que sejam aprovadas as conclusões da tese, as moções e a proposta do Sr. Manuel da Silva; *b)* que seja aprovada a proposta do Sr. Jorge Larcher que antes deve ser considerada como aditamento do que como substituição.

Tese: *Escolas ao ar livre*, por D. Regina do Carmo

Conclusões:

São muitas as vantagens do ensino ao ar livre, como por opinião médica e por observações directamente colhidas na prática, posso concluir.

Terminando, faço votos para que os professores trabalhem no sentido de obter do Ministério da Instrução, que se criem escolas ao ar livre, à semelhança da Escola do Bosque de Bolonha, ou apenas como as modestas escolas do Estoril e Grafanil, criadas pelo Instituto Feminino de Educação e Trabalho que, algum resultado tem dado já e alguma coisa é para o muito que se deseja.

D. Albertina Gambôa:

Embora não se encontre presente, não deixo de enviar os meus cumprimentos à relatora da tese, Sr.^a D. Regina do Carmo, ilustre professora do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. É sempre com entusiasmo que eu recebo tôdas as ideas boas e todas as boas iniciativas que vêm a melhorar as condições de instrução e de educação.

A minha longa prática de professora, diz-me que as escolas ao ar livre são um precioso sistema de ensino onde o professor, com um modesto material didático, pode, contudo, obter melhores



D. REGINA DO CARMO

resultados que nas outras escolas. As escolas ao ar livre já há muito que deveriam estar disseminadas pelo país. Não se compreende que uma medida que está no ânimo do professorado, não seja um facto entre nós. A tese tem a minha plena adesão, e com grande prazer lhe dou o meu voto.

Sintetizando o meu pensar, tenho a honra de apresentar a seguinte moção:

Considerando que as escolas ao ar livre dispõem bem as crianças, às quais em contacto com a natureza, ocorrem mil perguntas que os professores satisfazem, podendo servir de assunto a belas lições de coisas que muito interessarão as pequeninas inteligências que as escutam;

Considerando que estas escolas têm influência importantíssima também na educação física da criança, o Congresso Feminista e de Educação julga conveniente que desde já se criem estas escolas.

Sr. Manuel da Silva:

A tese merece aplauso, e por isso não há outra coisa a fazer, senão aprová-la. Estou de acôrdo com a moção da Sr.^a D. Albertina Gambôa, mas não basta emitir votos que não são mais do que aspirações, parece-me que se deve pedir e com insistência a generalização destas escolas.

Por isso eu envio para a mesa a seguinte moção:

O Congresso Feminista e de Educação, vendo nas escolas ao ar livre o ambiente educativo que melhor corrige o que a organização social tem ainda de deficiente no campo da educação integral, resolve, por intermédio da mesa, desta sessão, encetar uma larga companhia em prol da sua imediata criação, especialmente na periferia dos grandes centros.

D. Ilda Pinto de Lima:

Lamento que a ilustre relatora da tese não pudesse comparecer hoje para defender o seu trabalho ou para melhor dizer, para ouvir as boas palavras que se pronunciaram. Tendo-me ela encarregado de a representar e defender a sua tese, só me limito a agradecer as elogiosas referências que foram feitas, que só honraram a ela e ao estabelecimento de ensino Instituto Feminino de Educação e Trabalho a que pertence e de que é um dos mais belos ornamentos.

PARECER

Tese: Escolas ao ar livre.

Pela Sr.^a D. Albertina Gambôa e o Sr. Manuel da Silva foram apresentadas duas moções durante a discussão da tese «Escolas ao ar livre» e depois de analisadas, a comissão revisora de pareceres emite o seguinte voto: Que sejam aprovadas as conclusões da tese e as moções.

Tese: A mulher como educadora,
por D. Albertina Gambôa.

Conclusões:

- I — A mulher é a educadora por natureza.
- II — Na educação da criança deve sómente aparecer a Verdade, único motor da civilização.
- III — Deveremos educar, de forma que o ideal do educando seja o de um futuro mais perfeito do que o organismo da sociedade actual, que vive a vida mesquinha, a vida mercantil, ou cheia de desilusões, ou de egoísmo e ambições desmedidas.



D. ALBERTINA GAMBÔA

- IV — O educador deverá basear-se na observação e experiência; nunca nos preconceitos e muito menos em dogmas, fazendo ver à criança que, se o passado não foi igual ao presente, o futuro não poderá ser o que é a actualidade.
- V — Se a influência da mulher abrange a vida inteira, a sua educação deverá ser muito cuidada, e cheia de naturalidade. É na naturalidade que assenta um organismo social perfeito. Só assim se desenvolverão em sua alma as virtudes que ela pôde e deve transmitir àqueles que lhe serão confiados para educar, para guiar.
- VI — Não são os muitos mestres, os conhecimentos vãos, transmitidos por meio de palavras bonitas, sem que a Patria do que elas significam apareça jámais, que dão o material para a vida, mas o desenvolvimento e aperfeiçoamento das virtudes que o coração humano encerra.
- VII — É em tórno do berço que se formam os sentimentos perduráveis.
- VIII — A mulher, ou dá herois à Patria ou assassinos e ladrões, conforme a elevação da sua alma, ou o adormecimento da sua razão.
- IX — As paixões da mulher convertem-se na própria natureza.
- X — Se as indústrias, as sciências, as máquinas, os livros, dão felicidade a uma nação, essa felicidade não será completa, se as faculdades da alma ficarem adormecidas. Teriamos uma nação povoada de entes inquietos pelas paixões que os atormentam.
- XI — Para medir o adiantamento duma nação basta observar o lugar que nela ocupam as mulheres.

Sr. Manuel da Silva:

A tese da Sr.^a D. Albertina Gambôa, está feita com alma, tem boa inspiração, está bem delineada,

mas eu discordo da afirmação de que só um indivíduo pode educar mas não instruir.

Secretário geral do congresso:

A instrução e educação tem merecido sempre grandes cuidados a todos os educadores que se não cançam, em várias tribunas, de reclamar melhoramento do material didático, adopção de melhores e mais modernos sistemas de ensino, enfim teem procurado por todos os meios melhorar o plano de estudos em vigor. E coisa interessante, e o que muito os nobilita, o seu critério próprio de pessoas de um certo gráu de instrução e de educação, não está obsecado pela diferenciação de sexos dos indivíduos que hão de receber ou espalhar a instrução. Honra lhe seja. Há, contudo, ainda uma anormalidade que não se explica. Não compreendo porque as professoras primárias não podem ser inspectoras escolares quando elas recebem o mesmo ensino nas escolhas, regem as escolas pelo mesmo programa, têm os mesmos vencimentos que os seus colegas masculinos.

É minha opinião ser oportuno ventilar êste caso num congresso feminista e que também é de educação. Está explicada a razão porque envio para a mesa a seguinte moção:

Considerando que a mulher portuguesa não tem sido orientada para poder despertar na alma das crianças que lhe são confiadas as virtudes que ela encerra;

Considerando que só o desenvolvimento e aperfeiçoamento das virtudes do coração humano pode modificar o organismo social, preparando assim um futuro melhor;

Considerando que a escola primária é a primeira que a criança frequenta e que esta escola pode ser modificada para substituir, em parte, a educação familiar, preparando à nova geração para um ideal mais perfeito;

O Congresso Feminista e de Educação julga necessário e urgente uma organização adaptada para este fim para as Escolas Primárias devendo ser nomeadas inspectoras para estas escolas.

D. Albertina Gambôa (relatora):

Agradeço as boas palavras que o meu trabalho mereceu. Quanto às observações feitas pelo Sr. Manuel da Silva, eu continuo a manter a minha opinião de que a educação e a instrução não devem ser ministradas pela mesma pessoa, antes pelo contrário, a especialização deve manter-se.

Sr. Manuel da Silva:

Entre educação e instrução há uma interdependência recíproca. Nós, professores, educamos instruindo.

PARECER

Tese: A mulher como educadora

Sobre a tese «A mulher como educadora», o congressista Arnaldo Brazão apresentou uma moção que se baseia nas próprias conclusões da tese.

A comissão revisora de pareceres emite o seguinte voto: Que sejam aprovadas as conclusões da tese e a moção.

Tese: Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal, pela D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia.

Conclusões:

Da exposição dos inconvenientes e injustiças que resultam e são autorizados pela lei portuguesa que disci-

plina as relações matrimoniais dos bens do casal, e do ligeiro confronto feito entre a nossa legislação e as leis mais progressivas de outros povos, concluimos o seguinte:

- I — O regime matrimonial legal deve ser o da separação absoluta de bens.
- II — Deve ser lícito aos esposos, casados até à data da promulgação da nova lei segundo os regimes da comunhão geral de bens ou da simples comunhão de adquiridos substituí-lo, dentro do prazo de seis meses, pelo novo regime legal.
- III — A mulher casada pertencerá, qualquer que seja o regime matrimonial, a ruição e administração dos objectos do seu uso pessoal, tais como vestidos, joias, instrumentos e utensilios próprios do uso da sua profissão; dos bens ganhos pelo seu trabalho fóra da actividade doméstica; dos bens que já lhe pertenceram quando contraíram o matrimónio; e, finalmente, dos que adquiriu por título gratuito com a cláusula de serem por ela administrados.
- IV — A mulher casada segundo o regime da separação absoluta dos bens terá, livremente, a administração e a fruição dos seus bens próprios, podendo adquirir bens e contrair obrigações em cumprimento das quais responderão os seus bens próprios.
- V — A semelhança da legislação mexicana, deve adoptar-se o princípio da mutabilidade do regime matrimonial, em certos e determinados casos e com autorização judicial.
- VI — Poderá ser comerciante, sem autorização do marido, a mulher casada segundo o regime da separação absoluta de bens, e a que no estado civil anterior, exercêsse já o comércio.

Secretário geral:

Não posso e nem devo deixar de emitir a minha opinião sôbre a tese *Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal.*

As conclusões, porque são um protesto contra a legislação antiquada do nosso Código Civil, têm o meu voto. Torna-se necessário e indispensável alterar a legislação portuguesa no instituto dos bens do casal, ela já não satisfaz as aspirações da actual vida social que tem evolucionado vertiginosamente, enquanto que o regimen jurídico ainda é o que foi promulgado há 60 anos.

A mutabilidade, uma das características da lei, não tem acompanhado a vida social e por isso mesmo, ela sofre hoje uma crítica.

Torna-se, pois, necessário uma reforma do nosso Código Civil e neste sentido envio para a mesa a seguinte moção:

Considerando que a evolução social obriga os Estados a reformarem os seus estatutos jurídicos;

Considerando que se torna necessário insuflar na legislação civil portuguesa disposições de harmonia com os modernos princípios de Direito;

Considerando que as disposições do Código Civil Português, relativos às relações matrimoniais da mulher são anacrónicas e, por consequência inadapáveis ao actual estado da sociedade portuguesa;

O Congresso Feminista e de Educação entende que devem ser aprovadas, *in limine*, as conclusões da tese *Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal*.

Dr.^a Aurora de Castro e Gouveia (relatora):

Agradeço as palavras pronunciadas pelo secretário geral do congresso e congratulo-me pelo acolhimento, que nem sequer foi alvo de discussão, tanto ela está no espírito de todos os congressistas.

Dr. Jaime de Gouveia:

Proponho que este congresso aprove um voto

de saúdação ao ilustre presidente desta sessão, Dr. Abranches Ferrão, o primeiro estadista que, sendo ministro, pretendeu dar realização às aspirações feministas que esta tese encerra.

(Prolongados aplausos).

Dr. Abranches Ferrão (presidente):

Agradeço ao congresso a manifestação de carinho de que fui alvo. De facto, como os senhores congressistas acabaram de ouvir, a situação da mulher no casamento é vexatória, sendo urgente modernizar a nossa legislação.

PARECER

Tese: Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal.

O congressista Arnaldo Brazão ao apreciar as conclusões da tese «Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal» e de harmonia com as conclusões da tese apresentou uma moção e por isso a comissão revisora de pareceres entende que devem ser aprovadas as conclusões e a moção.

Tese: Educação dos indígenas nas colónias e suas vantagens, por D. Domingas Lazary do Amaral.

Conclusões:

- I — A substituição do Depósito Geral de Degredados da Província de Angola, por uma ou mais colónias agrícolas disseminadas por



D. DOMINGAS LAZARY DO AMARAL

vários pontos todos êles o mais afastado possível de Loanda onde o Presídio actual-mente se encontra.

Esta medida é de um grande alcance moral para o prestígio da Metrópole e para a educação do indígena que deve ter constantemente ante seus olhos exemplos do mais alto civismo, que os elementos anormais exportados pela Mãe Pátria lhes não podem fornecer, devido à tãra que os faz expiar as faltas cometidas.

- II — A imediata formação de missões laicas que se espalharão profusamente pelos mais reconditos sertões africanos, por entendermos que só o exemplo de elementos de reconhecido valor moral, profissional e cívico terá o poder de educar vantajosamente o indígena de África; e por considerarmos estas a única barreira eficaz a antepôr ao desenvolvimento, cada vez mais crescente, de missões estrangeiras que, desnacionalizando o indígena o subtraem à influência da Pátria Portuguesa.
- III — A mais rápida e ampla divulgação e aplicação do «Projecto de Organização de Instrução Pública na Província de Angola» da autoria de sua Ex.^a o Alto Comissário, general Sr. Norton de Matos, por nêle se encontrarem consubstanciadas, as medidas indispensáveis ao desenvolvimento cívico moral e económico dos indígenas nas colónias e as vantagens que daí advêm a Portugal.

Sr. Manuel da Silva:

Eu só tenho que manter o meu modo de vêr quando se discutiu a tese *Assistência aos delin-qüentes*, a propósito de uma proposta da Sr.^a D. Judit Rocha. Afirmo que se não deve adoptar colónias penais com o carácter exclusivamente agrícola, a actividade humana exerce-se noutros ramos

também e é por isso e nesse sentido que eu envio para a mesa a seguinte proposta de alteração:

Considerando que a regeneração do criminoso não deve ser em caso algum um incitamento ao crime;

Considerando que uma colônia agrícola também pode ser um ambiente que seduza;

Proponho que na conclusão 1.^a em vez de «colônias agrícolas» se diga «colônias de regeneração pelo trabalho», mas sempre em função da felicidade humana.

Dr. Jaime de Gouveia:

Felicito a Sr.^a D. Domingas Lazary Amaral pela tese que trouxe a êste congresso. Este trabalho, afinal, é uma velha aspiração das colônias que ainda não conseguiram transformá-la em factos.

A metrópole tem a função de educação sôbre as colônias e por isso todos os esforços são para que ela melhore e se adapte ao meio.

A política colonial seguida por quási todos os povos é a de assimilação que procura tornar cada vez mais estreitas as relações entre a metrópole e a colônia, fazendo desta um prolongamento daquela e considerando a colônia como uma divisão administrativa da metrópole.

E sob êste sistema de política colonial não podemos deixar de aplicar os mesmos cuidados a uma e a outra. O que é máu para uma é máu para outra, logo a remessa dos criminosos para as colônias é um mal para estas desde que adquiram um certo gráu de desenvolvimento como as nossas. A tese da Sr.^a D. Domingas Lazary Amaral tem o meu voto porque encara bem esta questão.

Secretário geral:

Sôbre esta tese não posso deixar de fazer umas referências ao nosso regímen colonial. Devo princí-

piar por cumprimentar a sua ilustre relatora que em momento oportuno veio tratar de um problema que há muito deveria ter sido resolvido segundo os desejos das colónias, se acaso em Portugal houvesse um plano de realizações imediatas de fomento colonial. A remessa de criminosos para o degrêdo, segundo o nosso sistema penal, não regenera o criminoso nem constitui, já hoje, a solução de um outro problema colonial, a mão de obra, antes ela é uma ameaça constante de alteração de ordem pública, pondo também em perigo a vida do cidadão.

Portugal é a 3.^a potência colonial, pois o ensino colonial entre nós é tudo quanto há de mais vergonhoso.

Há esplêndido pessoal docente, mas o material didático e a falta de condições pedagógicas da Escola Colonial Superior, é tudo quanto há de pior. Excede tôda a nossa imaginação. E o que há deve-se aos patrióticos esforços da Sociedade de Geografia, a quem envio os meus encómios neste momento.

É vergonhoso, é mesmo vexatorio uma escola superior estar assim tão abandonada pelos poderes públicos.

Que contraste se a comparamos com a Escola Colonial de Paris, instalada em edifício próprio, aulas grandes arejadas, esplendido anfiteatro para conferências e projecções, museu, ginásio onde se ministra educação física, etc.

Seja permitido que neste local eu lavre o meu mais enérgico protesto contra o abandono a que está votado o ensino colonial em Portugal.

Para finalizar, e como está funcionando o 2.^o Congresso Colonial, propunha que o Congresso Feminista e de Educação lhe enviasse uma saudação e um exemplar da tese em discussão.

(Aprovado)

D. Albertina Gambôa :

Sendo contrária ao presídio e estando plenamente de acôrdo com os oradores que me antecederam limito-me a enviar para a mesa a seguinte moção :

Considerando que o desenvolvimento económico das nossas colónias ultramarinas depende da educação a dar aos seus habitantes indígenas;

Considerando que, pelo aproveitamento dessa educação sàbiamente administrada como se preconisa na tese cujas conclusões acabam de ser lidas, os próprios indígenas promoverão o desenvolvimento económico da Província evitando assim à Metropole, a drenagem de cabedais que tornam exaustos os seus já debelados cofres;

Considerando que é dum péssimo exemplo para os indígenas, a permanência no Depósito Geral de Degredados da Província de Angola, de indivíduos eivados, como é sabido, de todos os vícios perniciosos a uma sã educação, proponho :

1.^o — A extinção do Depósito Geral de Degredados da Província de Angola, como medida urgente de saneamento moral;

2.^o — A multiplicidade de missões laicas, devidamente organizadas quanto possível por grupos de famílias, exigindo-se dos seus membros a maior soma de bondade, honestidade no seu porte e costumes, a fim de, com o exemplo irrepreensível do seu viver, despertarem nos indígenas que os cercam, os sentimentos honestos tais como: o respeito ao semelhante e o amor ao trabalho, qualidades estas que melhor aproveitam aos indígenas sendo observadas nas pessoas com quem convivem do que decoradas em compendios de pedagogia indigesta para o seu cerebro acanhado e infantil.

D. Domingas Lazary do Amaral (relatora):

Agradeço as boas palavras e o bom acolhimento do meu trabalho. Folgo de ver a unanimidade de opiniões sôbre a remessa de criminosos para as

colónias e encarcerá-los. Há estradas a rasgar, linhas férreas a abrir, portos a construir, enfim há grandes obras de fomento a realizar aonde se podem aplicar êsses braços.

(Aplausos)

PARECER

Tese: Educação dos indígenas nas colónias e suas vantagens.

Durante a discussão das conclusões da tese «Educação dos indígenas nas colónias e suas vantagens» apresentaram-se uma moção e duas propostas respectivamente pela Sr.^a D. Albertina Gambôa e pelos Srs. Manuel da Silva e Arnaldo Brazão.

A comissão revisora de pareceres emite o seguinte voto: *a)* Que sejam aprovadas a moção, e a proposta do Sr. Arnaldo Brazão; *b)* Que seja aprovada a proposta do Sr. Manuel da Silva sob o aspecto interpretativo.

Tese: Abolicionismo, pelo Dr. Arnaldo Brazão.

Conclusões:

- I — O Estado não reconhece a prostituição como modo de vida, constata os males por ela produzidos e procura os seus remédios.
- II — A prostituição não é um delito.
- III — Os regulamentos da prostituição ou outra qualquer medida excepcional contra a mulher, por ineficazes, por imorais, por degradantes e por um rudimentar principio de equidade, devem ser abolidos.
- IV — Como medida de profilaxia social deve procurar-se: — *a)* desenvolver e aperfeiçoar a assistência médica gratuita aos doentes venéreos, devendo suprimir-se os hospitais especiais para tratamento destes doentes. — *b)* Vulgarizar os conhecimentos de higiene individual, as medidas preventi-

vas e os males causados pelas doenças venéreas por meio de palestras populares, folhetos e outros impressos, gravuras, animatografos, museus, etc., etc.

D. Angélica Pôrto:

Em nome da Comissão de Moral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, agradeço ao Dr. Arnaldo Brazão ter vindo tratar dêste escabroso assunto num congresso de senhoras.

Mas a questão foi tão bem colocada, as considerações em volta desta melindrosa e importante questão encarando de frente o problema do Abolicionismo, foram tão bem feitos, que os preconceitos da nossa sociedade tiveram de ceder perante a evidência dos factos e nós podemos afoitamente tratar do Abolicionismo sem que a malêdicência tenha que dizer.

A tese do Dr. Arnaldo Brazão é humana, as conclusões visam a elevação moral da mulher e por isto mesmo ela merece o meu aplauso.

Apresentando ao relator, mais uma vez, os meus cumprimentos, eu tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que, as conclusões da tese sôbre o *Abolicionismo* são consentâneas com o programa internacionalmente aprovado das reivindicações feministas, o congresso aprova inteiramente as referidas conclusões e, ainda em conformidade com o citado programa, resolve mais, pedir para que não seja permitida a exploração de prostibulos por outrem que não a propria prostituta bem assim, junta aos pedidos a fazer junto dos poderes públicos outros que considera instantes para a salubridade pública e dignificação da moral social, e nestes termos pede a difusão de postos médicos para tratamento de doenças venéreas e o desaparecimento das características exteriores que singularizam os prostibulos.

D. Domingas Lazary Amaral:

Como mulher levanto a minha voz para declarar que me sinto verdadeiramente feliz por vêr que os homens da nossa terra pugnam pela justiça que nos assiste e que nós aqui estamos defendendo neste congresso de reconhecida utilidade.

A tese *Abolicionismo* de que é relator o Dr. Arnaldo Brazão tem sido superiormente criticada, tendo chegado até nós a notícia de que vai ser traduzida para espanhol e ser incluída num dos números a sair da importantíssima revista *El Siglo Médico* que se publica em Madrid.

Rendendo a devida homenagem ao Dr. Arnaldo Brazão pela forma levantada e justa como defendeu tão melindroso problema, peço licença para ler a seguinte moção:

Considerando que a regulamentação da prostituição é um erro higienico, uma injustiça social, uma monstruosidade moral e um crime jurídico;

Considerando que as medidas de character excepcional baseadas na diferenciação dos sexos são iníquas e attentatórias da liberdade individual;

Considerando que o princípio de uma só moral é o mais consentâneo com as modernas ideias do Direito, da Justiça e da Igualdade;

Considerando que o exercício do proxenitismo, infame florescente comércio de mulheres que vive por falta de convenientes medidas repressivas, é um dos meios de degradação moral;

Considerando que a supressão das casas de tolerância se impõe como uma medida de profilaxia da moral social:

O Congresso Feminista e de Educação manifestando a sua adesão aos princípios fundamentais da Federação Internacional Abolicionista, continua na ordem do dia.

Dr. Jaime de Gouveia:

O tema abolicionista é daqueles que mais discussão tem sofrido nestes ultimos tempos. Directamente ligado à prostituição, urge encarar esta para tratar daquele depois.

A prostituição é um mal que vem crescendo desde as mais remotas eras, e chega até nós com o estendal de misérias que todos conhecemos.

Através de todos os tempos os homens de estado, teólogos, etc., teem encarado a prostituição e, por um desejo de saneamento moral das sociedades, teem legislado sôbre a prostituição, sempre medidas proibitivas que não lograram alcançar o desideratum dos seus autores.

Se é impossivel abolir a prostituição, se ela apesar de tôdas as proibições e castigos subsiste e se desenvolve, é porque faz parte do nosso meio social, é porque ela é um mal, um mal necessário como o disse Santo Agostinho.

Outro teólogo afirma que a prostituta é para a sociedade como um cano de esgôto é para um palácio.

E se a prostituição é um mal necessário a sua regulamentação talvez o não agrave, antes o minore.

Não se deve de ânimo leve abolir a regulamentação da prostituição que é ainda uma medida de protecção sanitária.

O abolicionismo não pode ser considerado como extirpação, pelo menos, até hoje, as provas ainda não nos levam a supor da superioridade do seu sistema.

E já que esta tese vai ser traduzida não se deve aceitar a conclusão onde se diz que o Estado não reconhece a prostituição como modo de vida,

visto que faz perceber que o Estado a considera como tal.

Dr. Arnaldo Brazão (relator):

Não há formosa sem senão. É o caso da legislação do Governo Provisório da República Portuguesa na parte referente à prostituição.

Ainda há poucos minutos, elogiando eu o grandioso edifício jurídico por êle architectado lamentei que neste congresso não houvesse alguém que apresentasse uma saüdação, tanto mais quanto é certo que, pelo Governo Provisório, foram promulgadas leis de um largo alcance social e de protecção à mulher, verdadeiras leis feministas.

Agora não posso nem devo deixar de lamentar que uma tão gigantesca obra não fôsse coroada com uma lei abolicionista.

O legislador, tendo mexido nas disposições regulamentares da prostituição, não teve coragem de lançar um golpe mortal contra a vergonha de uma sociedade, deixou ficar o que era humilhante e tornando ainda mais oppressivas e mais odientas as medidas já existêntes.

Ouvi dizer que a prostituição é um mal necessário, pois peço licença para contestar esta afirmativa e outras semelhantes que já veem de longe. Não há males necessários mas sim males irremediáveis e estes só até dado momento. A própria sciência médica é um vasto campo de exemplos que podem comprovar a minha afirmação. Hoje tem ela um mal incurável, irremediável e amanhã já ela está de posse do agente terapêutico, específico para a doença.

Mas afinal, estamos tratando da prostituição, o

mal e não do abolicionismo, o remédio e eu, na minha tese, trato dêste e não daquêlo.

Não posso deixar passar em claro a afirmativa de que o abolicionismo não é a extirpação dum mal, e que, pelo menos, não deu ainda provas suficientes que demonstrem a sua superioridade sôbre a regulamentação.

Na tese em discussão encontramos a devida resposta no quadro estatístico, propositadamente introduzido, para servir de base à minha refutação.

É uma estatística inglesa respeitando a 30 anos e elaborada sôbre dezenas de milhares de recrutas examinados e onde se vê que a percentagem dos recusados por sífilis vai diminuindo à medida que as ideias abolicionistas vão sendo abraçadas pelo povo inglês. Êste facto é focado nos 4 períodos de *regulamentação ligeira, regulamentação rigorosa, regulamentação suspensa e abolição completa.*

Se o abolicionismo não consegue diminuir o número das prostitutas, daqui ressalta logo à primeira vista, que pelo menos, faz diminuir o número dos sífilíticos o que já é alguma coisa.

Quanto à proposta de reprovação da 1.^a conclusão onde se diz que o Estado não reconhece a prostituição como um modo de vida porque faz supôr que êle a reconhece, não a aceito. A 1.^a conclusão foi elaborada sabendo eu o que fazia, com o fim de frisar e bem evidenciar, exactamente essa vergonhosa disposição regulamentar (art.º 13.º) onde se lê que são consideradas meretrizes tôdas as mulheres que como modo de vida se entregam à prostituição.

(Aplausos).

PARECER

Tese: *Abolicionismo*

Ao apreciarem as conclusões da tese «Abolicionismo», pelas Sr.^a D. Angélica Pôrto e D. Domingas Lazary do Amaral foram apresentadas duas moções que não alteram a tese, antes a completam.

A comissão revisora de pareceres é de opinião que se aprove as conclusões e as moções.

4.^a SESSÃO DE TRABALHOS

Em 8 de Maio de 1924

Às 21 horas

Presidente

Dr. Barbosa de Magalhães

1.^a Secretária

D. Domingas Lazary Amaral

2.^a Secretária

D. Elisa Lima

Dr. Barbosa de Magalhães (presidente):

As minhas primeiras palavras são de agradecimento à comissão organizadora dêste congresso pela honra que me conferiu para vir presidir a esta tão selecta assembleia o que só devo attribuir às minhas afirmações feministas há muito feitas. Os serviços que tenho prestado à causa feminista, chegando mesmo a apresentar no Parlamento um projecto de lei que muito concorreu para o decreto de 10 de Maio de 1919 e outros, não justificam, contudo, tamanha honra.

Parece-me indiscutível para todos a grande utilidade dêste congresso. Os problemas feministas estavam relegados para um segundo plano e trazê-los para a discussão por intermédio dêste congresso, é pô-los em ordem do dia.

A situação da mulher em Portugal, se não é das mais brilhantes, quando a compararmos com o resto do mundo, também não é daquelas que pode ser classificada de muito má, ela tem atingido um grau de desenvolvimento notável.

A propósito, convém recordar a legislação elaborada pelo Governo Provisório, que marca uma *étape* admirável na marcha do feminismo português como muito bem frizou o Sr. Dr. Arnaldo Brazão na sessão anterior.

Não se tem feito muito, mas alguma coisa se tem feito. É necessário que prossigamos e para isso são poucos todos os esforços que se reúnam. Êste congresso constitui um esforço que não ficará inaproveitado e servirá para que andemos, e agora duma maneira mais decidida, para a frente.

A evolução do direito faz-se e constata-se que pelas condições sociais da actualidade a mulher vai sendo chamada para a vertigem da vida social, perante esta vertigem ela saberá ocupar o seu lugar e saberá ser digna, livre e independente, afirmando-se como um valor real com que há a contar nas sociedades de futuro.

Entre nós já hoje elas ocupam lugares de destaque no magistério dos três graus de ensino, na medicina, na advocacia, etc., etc.

Muito bem andou o congresso tratando conjuntamente as questões feminista e educativa. Tão ligadas andam essas questões que essas questões se tornaram já agora inseparáveis. Muito bem andou a comissão em ter aliado êstes dois problemas.

Tôda a questão entre nós se resolva pela educação. No dia em que se resolver o problema da educação, está resolvido o problema feminista, o económico e o político, e tantos outros que, neste momento, assoberbam a sociedade portuguesa.

Sejam quais forem as diferenças físicas e morais entre o homem e a mulher, esta não pode deixar de ser a boa, a única, a excelsa educadora.

Não posso deixar de fazer referências elogiosas às resoluções já tomadas por êste Congresso, moderadas, mesmo muito moderadas, evitando-se com inteligência, chocar demasiadamente a opinião pública.

No nosso país alguma coisa se tem conseguido já. Embora se caminhe devagar, quanto mais deva-

gar, mais seguramente se marchará e tanto melhores serão os resultados obtidos.

Louvando a maneira modelar como foi organizado êste congresso, eu termino saüdando as mulheres portuguezas na pessoa das senhoras congressistas. (*Prolongados aplausos*).

EXPEDIENTE

Telegrama:

Ponte de Sôr, 8. Impossível ir. Cordeais saudações. Vitória Pais.

Carta:

Lisboa, 8 de Maio de 1924.

Ex.^{mo} Sr.

A Liga Pró-Moral, associação de protecção à infância, que protegendo a infância, protege a mulher, tem acompanhado com interêsse o funcionamento do congresso feminista, seguindo as discussões aí levantadas sôbre as importantes teses que teem constituído a ordem dos trabalhos. E os seus corpos gerentes, de que fazem parte algumas damas, reunidos, resolveram enviar-vós as suas saudações, fazendo ardentes votos pelos resultados práticos desse congresso, na obra de emancipação da mulher. E saudando o congresso em geral, saüdamos em especial às ilustres congressistas D. Angélica Viana

Pôrto, que é a nossa presidente da assembleia geral, há anos, e D. Maria O'Neill, nossa ilustre consócia, que tem secundado a nossa obra.

Aceitai, pois, os protestos da nossa estima e consideração.

Pela Liga Pró-Moral

O Presidente da Comissão Administrativa

J. Fernandes Alves

ANTES DA ORDEM

Sr. Manuel da Silva:

Tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que todos os problemas que a equidade social abrange, precisam duma solução universal para serem verdadeiramente humanos;

Considerando que, por ser assim, os laços internacionais entre os povos devem ter uma estrutura psicológica que melhor lhes mostre e faça sentir as aspirações comuns por que lhes cumpre lutar;

Considerando que a língua auxiliar — o Esperanto — vem correspondendo a esta imperiosa necessidade segundo o atestam altas individualidades científicas e importantes organizações sociais:

O Congresso Feminista e de Educação resolve:

a) Encetar uma larga campanha no sentido da língua auxiliar — o Esperanto — ser o máximo divulgador e urgentemente introduzida nos programas de tôdas as nossas escolas;

b) Delegar na mesa desta sessão a orientação da acção imediata a desenvolver.

Secretário geral do congresso:

Apesar da moção parecer que nada tem com êste congresso, contudo ela pode ser aprovada, ela

vem ao encontro de factos e atitudes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas sôbre o esperimento visto que na sua séde já funcionou um curso de língua esperanto e no congresso internacional de Kristiania defendeu a sua adopção como língua official entre os Conselhos Nacionais. (*Aprovada*).

Sr. Jorge Larcher:

Nesta hora de glória para a Pátria, peço ao Congresso uma saudação frenética e entusiástica, cheia de fé, aos nossos ilustres aviadores Sarmiento Beires, Brito Pais e Antonio Gouveia que estão realizando o *raid* Lisboa-Macau.

(*Prolongados aplausos*).

Tese: *Educação sexual*, pela D.^{ra} Paulina Luisi.

Conclusões:

I

A Educação Sexual é a acção pedagógica que tende a submeter o instinto sexual à acção da vontade sob o domínio da inteligência instruída, consciente e responsável.

Compreende três factores de igual importância indissolúvelmente unidos:

1.^o—A educação da consciência moral aplicada à responsabilidade individual e social, e baseada sôbre a formação do carácter e desenvolvimento e disciplina da vontade, isto é, o hábito de submeter os desejos (fôrça executiva) ao domínio da reflexão, da consciência e da responsabilidade (fôrças deliberativas).

2.^o—A instrução scientifica ou a aquisição de conhecimentos necessários à inteligência para exercer a direcção



D.^{ra} PAULINA LUISI

e domínio da vontade, isto é, o conhecimento da vida e das leis que a regem, compreendendo a História Natural completa, Botânica, Zoologia, Anatomia e Fisiologia Humanas, sem excluir as questões relativas à geração, a Higiêne e a Profilaxia que digam respeito a *todo* o organismo humano e aplicadas à sociedade e à espécie, a Eugénica e a Puericultura.

3.^o — A instrução moral, isto é, o ensino da Ética e da Deontologia Sociais, na parte relativa às questões sexuais.

II

A Educação Sexual deve começar desde o despertar da inteligência da criança e deve prosseguir a partir da escola maternal durante tôda a duração da vida escolar.

III

A Educação Sexual é ao mesmo tempo a obra da família e da escola, como do mesmo modo todo o ensino primário visto que a escola e a família devem colaborar no mesmo objectivo.

IV

A instrução sexual científica e moral depende do ensino organizado e regular: Escolas primárias, secundárias, nocturnas, cursos post-escolares, etc.

V

O ensino das coisas sexuais deve ser progressivo desde a revelação dos fenómenos mais simples da geração até à profilaxia das enfermidades venéreas, a eugénica, a puericultura, a ética e a deontologia sexuais.

VI

Durante tôda a duração da escola primária o ensino da moral sexual deve ser paralelo e concomitante com o das sciências naturais donde derivam as normas daquela.

VII

A Educação Sexual não deve existir como uma matéria especial nos programas escolares, nem na parte

educação, nem na parte instrução. As noções que compreende devem confundir-se nas matérias às quais pertencem, *amalgamadas* por assim dizer, com o resto das noções correlativas análogas, disseminadas nos programas de História Natural, Fisiologia, Anatomia, Higiene, Profilaxia e Moral.

VIII

Sob nenhum pretexto, deve ser dado nas escolas primárias um ensino especial das questões sexuais. A questão do emprêgo das projecções luminosas, a apresentação de imagens, as visitas aos museus, as leituras dos folhetos *ad-hoc*, devem ser reguladas pelos métodos e de harmonia com o resto do ensino. Recorrer-se há ou não a estes processos conforme eles são ou não aceites para o resto do ensino.

As conferências e os cursos *extemporâneos* sôbre as questões sexuais devem ser absolutamente condenados como processo de ensino durante a infância e a adolescência, e em geral, até ao fim dos cursos secundários.

IX

Em consequência, as questões compreendidas no que se chama educação sexual devem estar a cuidado das pessoas encarregadas do ensino: professores e professoras para a escola primária, professores para o ensino secundário e normal. Para estes dois últimos, o ensino das questões sexuais será confiada aos professores das matérias a que pertençam estas questões.

X

Não deve estabelecer-se nenhuma diferença no ensino de ambos os sexos, nem em matéria de educação, nem em matéria de instrução. As escolas masculinas e femininas devem ter os mesmos programas enquanto não seja possível alcançar o desideratum da educação racional: **A Coeducação.**

XI

Em resumo, os conhecimentos compreendidos sob o nome sintético de **Educação Sexual** devem ser ministrados segundo o método pedagógico chamado **Concentrico**, desde os primeiros anos da escola primária até aos cursos

superiores, sem admitir no que se refere a crianças e a adolescentes, especialização de nenhuma espécie que as distingam do resto das noções compreendidas nos programas do ensino, nem como matéria, nem como processo, nem na parte referente ao pessoal de ensino.

Em resumo, a **Educação Sexual** deve desaparecer como tal: **Só deve existir a Educação Integral.**

XII

Como a introdução da reforma de que me ocupo deve ir contra numerosos preconceitos, como por largo tempo ainda, os pais não estarão em estado de colaborar nesta nova tarefa da escola, como numerosos pais de família e outras pessoas se oporão à reforma, alegando que o pessoal de ensino não está preparado para isso:

1.º — Nas escolas normais é preciso incluir nos cursos correspondentes, o estudo dos órgãos e das funções da geração, da Puericultura, da Eugénica, da Ética e da Deontologia Sexual.

2.º — Em todos os estabelecimentos de ensino secundário e post-escolares, devem ser organizados cursos gerais de higiene individual e social, nos quais se introduzirá o estudo das questões sexuais que temos enumerado.

3.º — Serão organizados igualmente, cursos obrigatórios de Higiene, de Profilaxia e de Deontologia Sexual em tôdas as escolas nocturnas para adultos de ambos os sexos.

Ajuntar-se há mais, o ensino da Puericultura e noções de Eugénica.

4.º — Do mesmo modo se organizarão cursos elementares e conferências de pedagogia sexual para os pais de família.

5.º — É para desejar que tôdas as associações populares, qualquer que seja a sua natureza, organisem conferências sôbre as questões aqui ventiladas.

NOTA — Estas conclusões estão concordes com as apresentadas no 1.º Congresso Americano da Criança, Buenos-Aires, 1916; 2.º Congresso de Medicina, Montevideu, 1921; 3.º Congresso Americano da Criança, Rio de Janeiro, 1922; Congresso Internacional de Higiene Social, Paris, 1923, onde foram aceites.

D.^{ra} Adelaide Cabete:

Em homenagem à ilustre relatora e grande amiga de Portugal, D.^{ra} Paulina Luisi, eu proponho que esta tese fôsse aprovada por aclamação. (*Aplausos*).

Sr. Manuel da Silva:

Desejo acentuar que a aprovação desta tese sem discussão envolve responsabilidades e chego à conclusão que o Congresso entra a defender o livre arbítrio.

PARECER

Tese: *Educação sexual*

Sobre a tese «Educação sexual» foi apresentada uma proposta pela Sr.^a D. Adelaide Cabete para que a tese fôsse aprovada por aclamação.

A assembleia manifestou-se imediatamente nesse sentido e assim, a comissão revisora de pareceres não tem mais do que dar o seu parecer favorável propondo que sejam aprovadas as conclusões.

Tese: *Ligas de Bondade*, por D. Maria O'Neill.

Conclusões:

Domina pela bondade
E vence pelo amor

Secretário geral:

A Sr.^a D. Maria O'Neill, ilustre poetisa e relatora da tese *Ligas de Bondade*, na impossibilidade de comparecer neste congresso, deu-me a honra de defender as suas teses.

As Ligas de Bondade são um excelente meio para o professor se assenhoriar do espírito da criança, conhecer-lhe a sua psicologia e educá-la com elementos fornecidos pela própria criança.

Pelos impressos que foram distribuídos por todos os srs. congressistas se vê que as Ligas de Bondade funcionam muito facilmente. O professor constitue socios da Liga os seus alunos que têm por obrigação cumprir uns preceitos bondosos e educativos tais como não dizer mentiras, tratar bem os animais, auxiliar os velhos etc., etc.

A criança deverá em cada dia fazer uma coisa boa e escrevê-la há num papel sem assinatura e quando voltar à escola lança-o numa caixa propositalmente feita para êste fim, e o professor, recolhendo todos êstes pedaços de papel tira deles os elementos para a lição de moral. As ligas de bondade não teem estatutos rígidos

No estrangeiro teem sido bem acolhidas e o seu número cresce vertiginosamente; em França os seus associados atingem o número de 100.000 e os resultados são por todos os professores considerados magníficos.

Em Portugal tem havido várias tentativas, mas ainda se não sabe qual o resultado visto que ainda se não radicou o seu uso nas escolas o que é urgente.

Apresentando à consideração do congresso estas minhas palavras, envio para a mesa a seguinte moção:

Considerando que as *Ligas de Bondade* teem por fim elevar o ideal moral da criança, fortalecendo-lhe a opinião, o discernimento e a consciência;

Considerando que as *Ligas de Bondade* ensinam ás crianças o respeito pelos fracos e pelos animais;

O Congresso Feminista e de Educação faz ardentes

votos para que o professorado primário auxilie o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas na difusão dos salutareos princípios das *Ligas de Bondade* e continua na ordem do dia.

Sr. Tito de Souza Larcher:

Realmente as ligas de bondade são um rico manancial para o cultivo do hábito do bem e da bondade na alma da criança e é de admirar que não estejam em uso nas nossas escolas.

Em Leiria, depois do meu regresso a esta cidade, vou envidar os meus esforços para que ali sejam fundadas ligas de bondade.

PARECER

Tese: As Ligas de Bondade

Foi apresentada uma moção pelo congressista Sr. Arnaldo Brazão sob as conclusões das «Ligas de Bondade».

A comissão revisora de pareceres entende que se devem aprovar as conclusões e a moção.

Tese: A influência dos espectáculos públicos na educação, por D. Vitória Pais Freire de Andrade.

Conclusões:

I

Como medida de aplicação urgente subtrair, desde já tôdas as crianças à acção nefasta dos espectáculos de exhibições dissolventes. Para efectivação desta conclusão, julgo que se devem realizar as conferências em tôdas as escolas, onde se indiquem aos pais todos os perigos que correm os seus filhinhos nos citados espectáculos, evitan-



D. VITÓRIA PAIS FREIRE DE ANDRADE

do-se tanto quanto possível o uso das leis proibitivas que só em último recurso devem ser aplicadas.

II

Reformar todos os espectáculos que se destinem ao recreio do público de forma que à sua organização presida sempre o critério educativo indispensável para beneficiar devidamente todos os assistentes.

III

Para se conseguir esta reforma deve-se estabelecer sem demora uma comissão de censura moral e artistica sobre todos os teatros e cinemas, comissão que ficará dependente do Ministério da Instrução.

IV

Os membros desta comissão devem ser recrutados entre os professores de todos os graus de ensino de reconhecida competência moral e sem distinção de um ou outro sexo, sendo mesmo obrigatório fazer parte dela um certo número de senhoras, devendo também ter nela representação o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

V

Esta comissão terá a seu cargo pôr o visto em tôdas as peças que se exibam nos nossos teatros, assim como nos films dos cinemas sem o qual nem uns nem outros poderão ser apresentados ao público. Terá também os poderes necessários para chamar a atenção de todos os educadores do nosso país para o abuso que entre nós se está fazendo de certos desportos fazendo-lhe sentir que as vantagens que deles advem para a educação fisica, não compensam de forma alguma as vantagens que trazem para a educação social.

VI

Nos cinemas, haverá espectáculos para crianças em dias e horas que se reconheçam de maior utilidade para elas, não se consentindo a sua permanência ali por tempo superior a 2 horas, por mais higiênicas que sejam as

condições das salas, proibindo-se a entrada de crianças antes de 8 anos.

VII

As touradas, como espectáculos desumanos, impróprios na nossa época, que muito prejudicam a educação, devem ser abolidas.

Sr. Jorge Larcher:

A tese da Sr.^a D. Vitória Pais Freire de Andrade, tem um alto fim educativo e moralizador, e o seu admirável trabalho, prende a atenção de todos aqueles que desejam moralizar e educar a sociedade portuguesa. Mas há um ponto da sua tese com o qual de forma alguma posso concordar: «que o foot-ball, seja pernicioso sob o ponto de vista de educação moral».

Cultivam êste desporto as nações mais cultas do mundo civilizado, e dia a dia vai tendo mais adeptos, havendo já em alguns países équipes só compostas de mulheres.

Creio bem se êste jogo tivesse tão nefasta influência na educação da creança, como é opinião da illustre autora desta tese, certamente não seria cultivado com tanto entusiasmo nos países que mais cuidados dedicam à educação da creança, em todos os seus variados aspectos, nem os poderes do Estado lhe prestariam a sua assistência. O foot-ball, segundo opiniões, é uma escola de solidariedade, e na opinião de outros uma optima escola de civismo.

Joguei o foot-ball quando rapaz, e tenho assistido com interesse a dezenas de desafios em que nunca interveiu a fôrça armada para serenar o animo dos jogadores, e ainda mesmo que tal facto se desse, não era razão sufficiente, argumento bastante para

condenar os pais, que levam os seus filhos a assistir a espectáculos desta natureza.

Estes pequenos acidentes são naturais e próprios da idade, e tanto se podem dar no foot-ball, como em qualquer outro ramo desportivo.

O que nós devemos pedir é que seja estabelecida uma vigorosa fiscalização nas escolas e nos clubs desportivos, por técnicos, a fim de cortar excessos desnecessários e os efeitos contra producentes de uma mal orientada educação física.

Depois do que fica dito faço a seguinte proposta:

Proponho que seja alterada a conclusão 5.^a da tese *A influência dos espectáculos públicos na educação*, de forma a que não deixe a impressão de que êste congresso condena o foot-ball como pernicioso sob o ponto de vista de educação moral.

Sr. Manuel da Silva:

Estou de acôrdo com a essência da tese. As considerações feitas pelo Sr. Jorge Larcher devem ser tomadas em devida proporção. Ninguém deve condenar qualquer desporto senão pelos seus prejuizos morais e físicos e o foot-ball está neste caso.

Em Portugal faz-se uso e abuso dêste jogo o que já tem levantado protestos de alguns médicos por causa dos destroços físicos e protestos dos educadores por não se aproveitar devidamente o que o jogo tem de desportivo, mas sim o que êle tem de violento e é isto que prejudica a educação.

Posto isto envio para a mesa a seguinte proposta de alteração:

Conclusão 1.^a—Substituir «conferências em tôdas as escolas» por «conferências em tôda a parte onde fór simultâneamente possível e conveniente».

Conclusão 3.^a— Acrescentar a «teatros e cinemas» — «e outros públicos espectáculos».

Conclusão 4.^a— Acrescentar a «graus de ensino» — «e das associações profissionais respectivas».

Conclusão 5.^a— Substituir o último período pelo seguinte: «Igualmente lhe cumpre actuar persistentemente no sentido de conseguir que a educação física não prejudique quer o desenvolvimento do individuo quer a educação social da colectividade».

Conclusão 8.^a— Se o Ministério da Instrução não constituir a comissão a que se referem as conclusões 3.^a, 4.^a e 5.^a, no prazo de 30 dias, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas promoverá uma campanha especial sobre o assunto.

D. Judith Rocha:

Quero acrescentar alguma coisa mais às palavras do Sr. Manuel da Silva.

A tese está bem elaborada e tem um alto significado. Está reconhecido que o valor de uma nação é o valor dos seus habitantes, mas entendo que deve ser o conjunto do valor físico, intelectual e moral.

Segundo o meu modo de vêr, abusa-se do foot-ball. Não é só o pontapé na bola. Não pretendo e nem é meu desejo contrariar os desportos, deles sai o aperfeiçoamento físico dos individuos. Mas é preciso não cair no ridículo visto que a todo o momento se vêm desafios de foot-ball a ponto de um ilustre escritor ter exclamado e com razão, de que estamos na época do pontapé na bola. E não é só o pontapé na bola que é educação física, o entusiasmo que tem despertado e que por aí vemos, poderia ser repartido por outros desportos sem prejuízos físicos e morais daquele quando em excesso.

Quanto aos cinemas eles são escolas de perversão moral principalmente com a exhibição de fitas policiaes.

Nas escolas os alunos, nas suas brincadeiras,

entregam-se a praticar roubos uns aos outros dos objectos que estão ao seu alcance para depois organizar batidas policiais, cheias de mistério, armando-se cada um em Sherlock Holmes. Isto representa a influência perniciosa do cinema.

Por isso acho justo que haja um *visto* já que os promotores dos espectáculos não tem escrupulo de os escolher.

Quanto à comissão proposta pela relatora creio que ela se ilude com os seus trabalhos; os melhores resultados são os da propaganda e os esforços de todos nós, educando pela pena, pela palavra e pela acção.

Sr. Cesar da Silva:

De um modo geral, todos estamos de acôrdo. Estamos convencidos de que há fitas desmoralizadoras, como estamos convencidos da ineficácia das medidas que queremos adoptar. Muito bem disse a Sr.^a D. Judit Rocha, só a educação pode conseguir um benéfico resultado.

O foot-ball trouxe a decadência de um desporto de grandes vantagens para o homem que o pratica e para o seu semelhante em caso de sinistro, quero referir-me ao desporto náutico.

O adueirismo que entre nós tem tido grandes dificuldades de adaptação é uma boa escola de educação moral e que deve merecer cuidados de todos que se preocupam com o aperfeiçoamento humano.

D. Domingas Lazary Amaral:

Merecendo todo o meu aplauso à generosa e humanitária tese da ilustre congressista D. Vitória

Pais Madeira, não posso deixar de a felicitar pelo seu tão inteligente trabalho. Eu, como essa senhora, tenho pelos espectáculos públicos na tese apontados, a mesma opinião.

Considero, na verdade inverosímil, que se queiram incutir qualidades de solidariedade ao povo, ao mesmo tempo que se lhe ensina a jogar o foot-ball e se lhe fazem correr deante de seus olhos fitas cinematográficas de efeito pernicioso.

Portanto, senhor presidente e illustres congressistas, peço licença para ler a seguinte moção que envio para a mesa:

Considerando que os espectáculos públicos exercem grande influência na educação moral e intelectual do povo;

Considerando que é necessário desenvolver sentimentos artisticos do homem desde a sua infância;

Considerando que há espectáculos públicos que têm influência dissolvente no espirito infantil;

Considerando ainda que há espectáculos que pela rudeza, violência e crueldade influem prejudicialmente nos espiritos dos espectadores e sôbre tudo nos das crianças;

O Congresso Feminista e de Educação reprova todos os espectáculos reconhecidamente nocivos à educação e continua na ordem da noite.

Dr. Bentes Castel-Branco:

O foot-ball sob o ponto de vista médico não pode ser condenado; nas grandes nações usa-se e cultiva-se o foot-ball. Se condenarmos o foot-ball sob o ponto de vista moral, não se pode fazer sob o ponto de vista médico.

D. Albertina Gambôa:

Lamentando não estar presente a illustre relatora que só motivos de saúde a impediram de compare-

cer no nosso congresso a fim de lhe apresentar as minhas felicitações pelo seu trabalho, tenho a honra de enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que os espectáculos públicos exercem uma influência importantíssima na educação moral da criança;

Considerando que a criança freqüenta com assiduidade espectáculos, tais como: combates de box, desafios de foot-ball e touradas;

Considerando que êstes espectáculos são contrários às leis humanitárias e à moralidade dum povo;

Considerando que o teatro deve ser uma escola onde prevaleçam as virtudes e onde se use duma linguagem correcta e pura que possa servir de modelo.

O Congresso Feminista e de Educação julga urgente que as touradas sejam abolidas e que os outros espectáculos sejam reformados para bem da Nação e continua na ordem do dia.

Sr. João Carlos Costa:

Devo informar que no Parlamento foi apreciado um projecto de lei da autoria do senador Sr. Frederico Simas, e que vai de encontro às aspirações dêste congresso. Quanto à comissão preconizada nas conclusões é preciso conhecer que a Constituição Política da República Portuguesa não permite censura prévia.

D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia:

Nobre, altruísta e elevado é o assunto desta tese, que eu classifico de admiravelmente complexa.

A sua relatora, tão conhecida já no nosso meio feminista, D. Vitória Pais Madeira, ilustre professora e não menos ilustre aluna da Faculdade de Letras, englobou nesta tese princípios humanitários e de bondade, princípios científicos e de educação, prin-

cípios essencialmente feministas; por isso que a classificação é admiravelmente complexa.

Analisá-la detalhadamente, como merece, é obra de muito fôlego, e, portanto, impossível de fazer-se num limitado espaço de cinco minutos. Mas ao vêr que a ilustre Assembleia se preocupou, talvez demasiadamente, a meu vêr, com o desporto do «football», eu não quero deixar de salientar algumas das principais afirmações em que esta tese se baseia.

Entende a relatora, e muito bem, que as touradas devem ser abolidas. Eu não compreendo, meus senhores, que espírito de coerência possa haver naqueles que só, única e exclusivamente, por não quererem copiar do estrangeiro, protestam contra a introdução de medidas salutareas para o progresso do nosso meio social, e consentem, no entanto, sem protesto, que se conserve nos nossos costumes, nas nossas leis, na nossa educação, a velha e criminosa rotina das touradas, dêsses espectáculos que, longe de nos evocar do glorioso passado o que de mais glorioso êle tem, nos evocam justamente uma das mais vergonhosas páginas, os célebres espectáculos dos circos romanos.

As touradas constituem um espectáculo criminoso, porque excitam o povo à selvageria, à requintada malvadez, à própria covardia!

Na minha infância protestei sempre não assistir a tais divertimentos; e se então era assim por mero instinto, hoje que tenho a responsabilidade dos meus actos protesto enèrgicamente contra elas.

Quanto aos espectáculos do teatro e cinema deve haver, na verdade, uma rigorosa fiscalização, porque êles não desmoralizam muitas vezes apenas a criança, mas também, e talvez mais ainda, o próprio adulto.

É necessário e urgente evitar-se que a criança,

com a acquiescência dos Pais, vá perder no cinema e nos espectáculos pornográficos os salutareos princípios de bondade e de moral que a professora lhe ministra na escola. Nesta ordem de ideas, eu aprovo as conclusões da tese e bem assim a proposta de emenda e alteração a elas apresentadas pelo congressista, senhor Manuel da Silva.

D. Angélica Porto (Em à parte):

Interpretando o silêncio da Assembleia, êle significa que está de absoluto acôrdo com a proibição das touradas.

D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia:

Não posso concordar com essa interpretação, porquanto o silêncio nem sempre significa aplauso, e sim muitas vezes apatia e indiferença. E eu quero crêr que é êste o caso. No programa dos que fizeram a propaganda da República prometia-se a abolição das touradas. Pois não só isso se não cumpriu, como também se chegou à ousadia de o ano passado se reclamar, perante a Casa do Parlamento, para que fôsem pernítidas as touradas de morte! É contra isto que eu protesto enèrgicamente, e manifesto agora o desejo de êste Congresso pedir aos governos constituídos a abolição de tais espectáculos, que só nos envergonham.

PARECER

Tese: A influência dos espectáculos públicos na educação.

As sr.^{as} D. Domingas Lazary Amaral, D. Albertina Gambôa e os srs. Jorge Larcher e Manuel da Silva apresentaram respectivamente 2 moções e 2 propostas.

Depois de analisadas a comissão revisora de pareceres é de opinião:

1.^o— Que sejam aprovadas as conclusões da tese, com os aditamentos propostos pelo sr. Manuel da Silva.

2.^o— Que sejam aprovadas as moções das sr.^{as} D. Domingas L. Amaral e D. Albertina Gambôa.

3.^o— Que a proposta do sr. Jorge Larcher seja aprovada porque não altera a essência da 5.^a conclusão.

*Tese: Protecção à mulher grávida
e à criança, pela D.^{ra} Adelaide Cabete.*

Conclusões:

Visto que a duração da gestação depende do repouso, principalmente do último mês;

Visto que o pêso e a robustez do feto depende a maior parte das vezes da duração da gestação, porquanto é no último mês que o feto mais se desenvolve;

Visto que o pêso do feto depende do descanso da mãe; sabido, como é, que o desenvolvimento físico depende, em geral, dêsse pêso;

Visto que as mães que não descansam o pêso do feto é tanto maior quanto menos fatigante é a sua profissão;

Visto, ainda, que uma profissão não fatigante não é correspondente ao repouso, isto é, que o pêso dos filhos depende mais do descanso do último mês do que da profissão da mãe; por isto, pedimos aos poderes do Estado:

1.^o— A promulgação de uma lei em que se estatua para as mulheres grávidas, empregadas em fábricas ou outros lugares da dependência particular ou do Estado, o repouso de um mês antes do parto.

2.^o— A criação de maternidades, a começar pela capital, onde a instalação de uma em condições adequadas está sendo há muito tempo urgentemente reclamada.

3.^o— A criação de sanatórios de gravidez, creches e asilos para a infância, fomentação da criação de mutualidades maternais ou outras denominações, tendentes a auxiliar as mulheres pobres na sua gravidez e ministrando-lhes socorros nos domicílios.

4.^o— Arbitramento às mulheres das fábricas, ou outros lugares da dependência particular ou do Estado, de um

abôno ou subsídio pecuniário durante um mês dos seus partos, saindo de um fundo que poderá ser constituído parte por um quantum tirado dos proventos da fábrica, parte pelo Estado e parte de uma cotização mensal, imposta ao pessoal da fábrica de ambos os sexos.

5.^o — Encarecer às autoridades municipais e administrativas a conveniência de promover conferências públicas nas suas áreas, sôbre o momentoso assunto de que vimos tratando.

6.^o — Finalmente (e a êste artigo só por incidente nos referimos, como a tudo o mais que respeita à vida extra-uterina do nascituro), exigir o rigoroso cumprimento do disposto no artigo 21.^o, já citado, da lei de 14 de Abril de 1891, já como um dever de humanidade, já como uma medida puramente de interêsse nacional, já, finalmente, como satisfação ao decôro do poder.

Dr. Jaime de Gouveia:

Estas conclusões já escritas há 23 anos são modernas. Em tôdas as nações avançadas ainda o movimento operário é algo de importante, disciplinado, conhecedor dos seus direitos e das suas obrigações, êstes princípios que estamos ventilando têm realização prática.

Em Portugal, só depois de 1890 é que se começou a legislar para a mulher e êste movimento de protecção acentuou-se cada vez mais em 1893, 1910, 1913.

Dando plena adesão às conclusões, emito o voto que os legisladores portugueses prossigam no sentido de um melhor aproveitamento da actividade social da mulher.

D. Angélica Porto:

Cumprimentando a D.^{ra} Adelaide Cabete pelo seu esplêndido trabalho sôbre *Protecção à mulher*

grávida e à criança, desejo enviar para a mesa a seguinte moção:

Considerando que a assistência às mulheres grávidas e à criança é um dos meios de revigoramento da raça;

Considerando que a legislação portuguesa sobre a protecção às grávidas é rudimentar e na prática inaplicável;

O Congresso Feminista e de Educação julga ser de urgente necessidade a criação de uma obra de assistência às grávidas, a promulgação de medidas legislativas protectoras das mesmas, bem assim a efectivação prática dos preceitos legislativos e continúa na ordem da noite.

Sr. Tito de Sousa Larcher:

Tudo quanto existe, se acaso existe alguma coisa sobre protecção à mulher grávida é uma miséria. O desleixo é criminoso. No respeitante à assistência médica basta citar o que se passa com o distrito de Leiria com uma população de 50.000 pessoas e onde há 5 médicos e 1 parteira. Pela restante província a mesma coisa visto que não é de crêr que o abandono seja privativo de Leiria.

E com respeito à mortandade basta citar do último censo os seguintes números:

Óbitos em 1917	125.018
Óbitos por doenças ignoradas, isto é, sem assistência médica	53.831
Crianças de menos de 2 anos	38.723
» » 2 a 4 anos	10.012
» » 5 a 9 »	4.057
Óbitos em 1918	238.117
» por gripe pneumónica	53.975
» » doenças ignoradas, isto é, sem assistência médica	94.020
Crianças até 2 anos	52.448

Gripe pneumónica	3.461
Doença ignorada	24.580
Crianças dos 2 aos 4 anos	21.204
Doença ignorada	9.730
Crianças dos 5 aos 9 anos	9.083
Doença ignorada	4.920

Depois destes números aterradores pode avaliar-se quanto é árduo o trabalho de arrancar à morte tantas vítimas.

Dr. Bentes Castel-Branco:

Em tese não posso deixar de estar de acôrdo. As conclusões são razões científicas tão verdadeiras que delas se não pode tirar ou pôr qualquer coisa.

É necessário a assistência médica durante a gravidez, durante o parto e na puericultura que traz enormes despêsas que o próprio Estado não pode comportar. A realização prática do problema é a dificuldade e para êle só vejo a solução da iniciativa particular.

Dr. Jaime de Gouveia:

Se há acção do Estado que deva ser intensa, é esta. O Estadô pode e deve dar assistência às grávidas, começando pelo descanso às suas assalariadas.

Dr. Bentes Castel-Branco:

O Estado pode e deve intervir, mas não pode deixar de intervir a iniciativa particular.

Sr. Jorge das Neves Larcher:

A título de informação devo elucidar V. Ex.^{as}, que nos estabelecimentos fabrís do Ministério da Guerra, já alguns benefícios são concedidos às operárias.

Assim no Arsenal do Exército, e segundo o art. 317.º do regulamento dêste estabelecimento: «As mulheres que exercerem qualquér cargo nos estabelecimentos do Arsenal, teem direito ao abono por inteiro do seu jornal, durante o período da maternidade, pelo número de dias que o médico do Arsenal tiver proposto, em harmonia com o art. 387.º». Êste art. 387.º diz «As mulheres que desempenham serviços no Arsenal serão dêle dispensadas, durante o período da maternidade, pelo número de dias que o médico do Arsenal tiver proposto».

Na Manutenção Militar, por iniciativa do Sr. Coronel Vasconcelos Dias, era concedida às operárias licença com direito a vencimento desde o parto até se poderem apresentar ao serviço por opinião do médico, mas esta concessão só era feita às legalmente casadas; devido aos esforços do illustre official Capitão Eduardo Menezes, esta concessão foi tornada extensiva a tôdas as operárias, casadas ou não.

Eis o que posso informar sôbre o assunto, e que já representa da parte do Ministério da Guerra, algum desejo de proteger as suas operárias.

Sr. Carlos Costa:

Informo o congresso que pelo Ministério da Marinha foram adoptadas idênticas medidas de protecção às grávidas da Cordoaria Nacional.

Sr. Fonseca Vidigal:

Em nome da Sociedade Naturista Portuguesa saúdo o congresso pelos seus brilhantes resultados

e lembro que os maiores males das grávidas está no seu afastamento das regras da vida natural.

D.^{ra} Adelaide Cabete:

Só tenho de agradecer as boas palavras que foram pronunciadas. A unanimidade de opiniões é prova de que é urgente cuidar a sério da assistência às grávidas.

Quanto às observações do Sr. Dr. Bentes Castel-Branco direi que o Estado com o actual sistema tem mais prejuízos e maiores despêsas com os cuidados que dispensa às pobres crianças raquíticas e deformadas, defeitos êstes na maior parte das vezes originários de falta de assistência conveniente à mãe do que se tivesse um serviço de assistência apropriado.

PARECER

Tese: Protecção à mulher grávida e à criança.

Tendo sido apresentada uma moção pela sr.^a D. Angélica Porto sôbre a tese «Protecção à mulher grávida e à criança» e baseada nas doutrinas expostas naquela, a comissão revisora de pareceres opina para que as conclusões e a moção sejam aprovadas.

Tese: A mulher e a alimentação vegetariana, por António Carvalho Brandão.

Conclusões:

I

O regime alimentar vegetariano (composto de alimentos vegetais com exclusão de bebidas alcoólicas e com tolerância de ovos e leite) é em todo o sentido mais higiénico do que o usual regime mixto. Ele afasta a doença, eleva

o espírito e corrige o temperamento. Só um restrito número de doentes encontram dificuldade na adaptação ao regime vegetariano.

II

O regime alimentar vegetariano é mais económico do que o usual regime mixto, desde que se escolham os alimentos evitando os mais caros, o que é fácil devido à sua inúmera variedade.

III

O regime alimentar vegetariano é mais humanitário do que o usual regime mixto, porque evita tirar a vida aos animais. A *luta pela vida* é uma lei natural que autoriza os carnívoros a matarem outros animais para dèles se alimentarem. Porém, visto a espécie humana se poder alimentar sem recorrer à matança de animais, não se lhe aplica o direito conferido pela Natureza aos carnívoros.

IV

As refeições vegetarianas têm um maior cunho de beleza sã do que as refeições usuais compostas de destroços de animais mortos.

V

A Mulher, pelo seu desprendimento das misérias da sociedade, pela sua mais delicada affectividade, pode melhor do que o Homem compreender os benefícios do regime vegetariano e ter a intuição da Verdade e da Justiça que nêle se contém.

VI

Pela sua acção no lar, pode a Mulher com facilidade encaminhar progressivamente para a alimentação vegetariana não só o Homem mas a Criança que é Homem de amanhã, tomando desta forma para si o mais importante papel na regeneração física e moral da Humanidade.

Sr. Marques Craveiro:

Desta tese, como V. Ex.^{as} vêem no impresso que teem à vista, é relato do Sr. Carvalho Brandão, presidente da Sociedade Naturista Portuguesa, Capitão de fragata e Director do Serviço Meteorológico de Marinha; e que já tem representado o nosso país em vários congressos internacionais.

Já expliquei ao Sr. Secretário dêste Congresso que êste sr., por motivos particulares, não pôde comparecer a relatar a sua tese e me pediu, a mim, na qualidade de secretário da mesma Sociedade, para a defender.

Faço-o gostosamente, embora com isso perca a causa naturista, porque, embora tenha a mesma Fé, não possuo o poder convincente de Sua Exc.^a para encaminhar V. Ex.^{as} para esta cruzada do Bem; e perdem também V. Ex.^{as} porque não ouvem a sua palavra eloqüente, reproduzindo ideas bem formadas no seu cerebro culto e bem orientado.

O relato desta tese é bem «Uma mens sana in corpore sano».

Dada esta explicação, serei breve nos comentários da tese do Sr. Comandante Carvalho Brandão.

Sigamos a ordem das conclusões e analisemo-las.

Devo em primeiro logar acentuar a V. Ex.^{as} que hoje já não se seguem na causa Naturista os exageros dos primeiros tempos da propaganda. A teoria aliou-se a prática e como tôdas as manifestações da vida, a prática vai aperfeiçoando os erros da teoria. Desta sorte o indivíduo faz a transição do defeituoso regime alimentar e social, por partes: suprimindo os mais perniciosos vícios tabaco e alcool, depois abolindo o chá e café na sua alimentação; supri-

mindando depois a carne e peixe e acabando por só se alimentar de vegetais e frutos.

Claro está que deve fazer esta transição metódica e scientificamente, guiando-se por livros da especialidade ou por conselhos de médicos naturistas.

Estas práticas alimentares devem ser acompanhadas com outras medidas de carácter higiénico, como sejam: vida tanto quanto possível ao ar livre, banhos, ginástica, etc.

Depois de o indivíduo estar identificado com o regime naturista, o próprio instinto que no regime de transição tolera várias substâncias tóxicas, acaba por as repudiar, por desagradáveis ao paladar.

Vem a seguir um bem estar físico, que se vai reflectir imediatamente no moral do indivíduo e que lhe traz calma e boa disposição de espírito, mas que não exclui energia e vontade de trabalho.

Sobre a 2.^a conclusão não precisarei de fazer considerações, para não fatigar V. Ex.^{as} e não atrasar os trabalhos; e só lhes direi que tenho a experiência em minha casa e em casa dos colegas naturistas que todos podem confirmar a afirmação do illustre relator da tese.

Quanto à 3.^a estou perfeitamente seguro de que as ilustres congressistas, sendo na sua maioria senhoras, que são dotadas de sentimentos de compaixão e piedade estarão absolutamente de acôrdo em evitar a morte aos indefêsos animais para darem prazer aos carnívoros; e se tôdas as senhoras ainda hoje não são vegetarianas, é porque a maior parte desconhece o regime alimentar vegetariano e as práticas naturistas e supõem que o naturismo é só próprio de excêntricos e não tem viabilidade!

O contacto de carnívoros com famílias naturistas, vivendo bem, física e moralmente, tem conver-

tido muitos à nossa causa. Há mesmo muitas pessoas que supõem que só são vegetarianos os indivíduos a quem os médicos já condenaram à morte e que seguem êste regime como último recurso! E começando a conviver com naturistas constata-se que não só quasi todos estão restabelecidos dos seus males, como há outros que nunca foram doentes e que adoptam êste regime por sentimentalismo ou filosofia e outros por higiene e que nunca sofreram de qualquer doença!

As refeições vegetarianas têm um maior cunho de beleza sã do que as refeições usuais compostas de destroços de animais mortos.

E porquê? Vejam V. Ex.^{as} como as donas de casas onde se comem carnes e peixe, têm necessidade de fazer acompanhar êsses comestíveis com vegetais, para os tornar mais agradáveis à vista e ao paladar! E como não dispensam, para ornamentar as suas mesas, os frutos que dão tanta alegria, beleza e vida!

Há ainda outro ponto, debaixo do critério estético, a que o illustre redactor não faz referência e que eu quero salientar: É que o indivíduo vegetariano quer seja homem ou mulher conserva durante a sua vida a linha normal e regular da mocidade dum organismo bem constituído, sem obesidade ou qualquer deformação inestética.

Vejam a penúltima parte da tese. Vamos entrar propriamente na parte que mais interessa a êste Congresso: a função da mulher. É ela que, pelas suas qualidades emotivas, pela sua ternura, pela sua bondade, está naturalmente indicada para, observando de perto as vantagens do regimen natural — puro e simples — o aconselhar ao homem, para que êste lhe reconheça as vantagens, pois sendo a sua função mais dentro do lar do que a do homem, ela

possa observar quanto é vantajoso tanto debaixo do ponto de vista físico como moral.

Finalmente, V. Ex.^{as} encontram no naturismo a solução de todos os males da Sociedade. Com uma alimentação sã e um corpo são, com uma vida natural e simples, não haverá mais ambições desmedidas nem desejos de grandezas; não mais conflitos em família; o homem não procurará mais prazêres em cafés, clubes e centros de vício; os filhos serão educados sem maus exemplos, não procurarão os conflitos da política nem os barulhos do Parlamento; o Amôr reinará na família e existindo na família e convivendo tôdas as famílias bem, está estabelecida a harmonia na Sociedade e a Paz em todo o Universo.

Dr. Bentes Castel-Branco:

Antigamente não havia remedios e o homem para tratar as suas mazelas usava os agentes naturais, agua, a luz, o ar. Ainda hoje os agentes da natureza teem mais influênciã no organismo do que se imagina e as curas por seu intermédio são tantas e tantas que vão além da nossa expectativa.

A alimentação natural é a mais higiênica, a mais artística e a mais bela.

Fonseca Vidigal:

Pela alimentação natural se tem alcançado grandes e optimos resultados nas curas de graves doenças; a vida económica do individuo naturista é menos difficultosa, e não é caso para desprezar na época que vamos atravessando, e a mortalidade diminue.

O Naturismo encerra em si mesmo a felicidade humana.

PARECER

Tese: *A mulher e a alimentação vegetariana.*

Sobre esta tese não foi apresentada qualquer proposta ou moção nestes termos, a comissão revisora de pareceres propõe que sejam aprovadas as conclusões.

Tese: *A mulher naturista*, por D. Julieta Ribeiro.

Conclusões:

No estudo mórbido e patológico das sociedades contemporâneas tem as mulheres de todo o mundo, de organizar uma defesa imediata. Do recanto da pátria portuguesa, o feminismo deve acompanhar o movimento de ressurreição social, adoptando normas científicas de apoio moral necessário.

As indústrias malélicas, simultaneamente ruinosas, suicidas e assassinas, produtoras da guerra, do jôgo, do alcool e do tabaco, etc., devem ser combatidas *á outrance*.

A propaganda intensiva do naturismo pela difusão de noções fisiológicas, trofoterápicas, fisioterápicas, etc., será a melhor alavanca do progresso.

A mulher educada sob a égide naturista abandonará de vez o amor à banalidade, ao luxo, à ostentação nociva e imoral. Fará boas filhas, boas irmãs, boas esposas, boas mães.

Os sagrados deveres da natureza voltarão a ocupar o primeiro lugar da actividade humana. A *puericultura* será a ocupação inteligente da mulher ilustrada. Criar cidadãos perfeitos para uma república máscula, forte e virtuosa será o heroísmo mais vitoriado.

Esse dever só a mulher, naturistamente educada, pode cumprir. O naturismo é a regeneração individual e social. É também mais sólida garantia de felicidade universal.



D. JULIETA RIBEIRO

Dr. Bentes Castel-Branco:

Por delegação estou encarregado de fazer a defesa da tese da sr.^a D. Julieta Ribeiro.

É minha opinião que a mulher pela sensibilidade da sua alma e pelos predicados do seu coração há de modificar, atenuar e vencer a ferocidade natural do homem, o seu egoísmo e a sua ambição: A mulher tem, pois, um grande e elevado papel a desempenhar na vida social, sem contudo deixar o seu importantíssimo logar na família.

«O naturismo é a regeneração individual e social. É também a mais sólida garantia de felicidade universal».

E os agentes naturais ainda exercem grande predomínio no organismo humano.

PARECER

Tese: A mulher naturista.

Não tendo sofrido oposição a tese «A mulher naturista», a comissão revisora de pareceres emite o voto de que sejam aprovadas as conclusões.

Tese: Liga de defesa dos direitos femininos, por Boavida Portugal.

Secretário geral:

Segue-se na ordem de discussão a tese *Liga de defesa dos direitos femininos* da autoria do sr. Boavida Portugal. Por motivo dum incidente, êste senhor abandonou o Congresso, por isso, na qualidade de secretário geral do Congresso, em questão prévia, eu consulto a assembleia se esta tese deve ou não

ser discutida estando ausente o seu relator, de resto a sua essência é contrária ao disposto nos artigos 1.º e 4.º do nosso regulamento.

Dr. Bentes Castel-Branco:

Embora o relator esteja ausente entendo que a tese deve ser discutida desde que ela foi aceite pela comissão organizadora do Congresso e por esta distribuída pelos congressistas.

Carlos Costa:

Por enquanto não vejo razão para que a tese não seja discutida. Como o sr. secretário geral informou que houvera um incidente, era bom que se esclarecesse tudo para o congresso poder pronunciar-se livremente.

D. Albertina Gambôa:

Embora esta tese tenha sido admitida pela comissão organizadora o certo é que houve no seu seio larga discussão sôbre ela, e posso afirmar que só com grande trabalho se conseguiu que a tese fôsse admitida.

Eu sou contrária à sua admissão à discussão porque é ofensiva da dignidade da mulher.

D.^{ra} Adelaide Cabete:

Vou explicar o que se tem passado com esta tese.

Já no seio da comissão houve quem protestasse vivamente contra a forma como ela estava redigida, onde se chega a dizer que a mulher é a *fêmea do*

homem — em sentido depreciativo — e outras coisas escritas no decorrer da tese e que os srs. congressistas podem vêr no exemplar que lhes foi distribuído, sendo eu uma das que mais defendi a sua admissão, mesmo para que não se dissesse que tínhamos medo de a discutir.

Mas a tese passou da comissão para o Congresso, devo dizer em abono da verdade, por atenção ao sr. Gomes de Carvalho que foi o intermediário e que nós lamentamos que esteja envolvido neste incidente.

Quando foi da sessão inaugural do Congresso, no domingo último, o sr. Boavida Portugal acompanhado do sr. Calado Rodrigues, que eu não conhecia, nem de nome nem pessoalmente, vieram apresentar-me os seus cumprimentos. Então, dirigindo-me para o primeiro, disse-lhe que fôra pena terem feito teses tão infelizes, parecendo que foram feitas propositadamente para levantarem a nota discordante no Congresso, mas que não o conseguiriam. Em resposta, o sr. Boavida Portugal declarou que se retiravam porque não queriam ser uns tolerados nem que os julgassem perturbadores. Contestei, dizendo-lhes que não fôra isso o que eu afirmara, que tinha chamado infelizes às teses e que parecia quererem levantarem a nota discordante, e quanto à tese do sr. Calado Rodrigues, nem sequer foi apreciada pela comissão porque só fôra entregue na véspera da inauguração, às 22 $\frac{1}{2}$ horas, mas, pelo que já tinha lido, vira que não podia de maneira alguma ser admitida.

Pois dois dias passados, o sr. Calado Rodrigues, numa entrevista, pronunciou tais desconchavos que quem os leu nos deu tôda a razão do nosso procedimento e resolvi, como melhor resposta, guardar silêncio.

O jornal, quero crêr que fôra vítima de uma traição, num rasgo de lealdade e de procedimento digno, mandou ao meu consultório, no dia seguinte, um dos seus redactores pedir desculpa da desastrosa entrevista do sr. Calado Rodrigues e solicitar algumas impressões sôbre o Congresso.

Foi isto o que se passou e é isto o que levo ao conhecimento do Congresso.

D.^{ra} Aurora de Castro e Gouveia:

Fui das que mais combati, a dentro da comissão, a tese do sr. Boavida Portugal e não estou arrependida do que fiz. Depois das explicações da D.^{ra} Adelaide Cabete eu protesto com veemência contra as afirmações contidas na tese referida, proponho que na acta fique lavrado um protesto contra a indelicadeza dêstes cidadãos. Se o Congresso me não acompanhar neste protesto, mantê-lo hei, apesar de tudo, como um protesto isolado da minha consciência revoltada.

(Muitos apoiados).

Sr. Tito de Sousa Larcher:

Em homenagem à D.^{ra} Adelaide Cabete e em consideração aos valiosos trabalhos dêste congresso, proponho que a tese do Sr. Boavida Portugal não seja admitida à discussão.

(Aplausos).

Sr. Carlos Costa:

Louvo o secretário geral por ter pôsto em questão prévia este assunto que deu ocasião a uma troca de explicações que elucidaram o congresso, e manifesto-me de acôrdo com a proposta do Sr. Tito de Sousa Larcher.

5.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Em 9 de Maio de 1924
Às 21 horas e 30 minutos

Presidente

Sr. Francisco Xavier da Costa

Secretário do Sr. Ministro da Instrução

1.^a Secretária

D.^{ra} Laura Côrte Real

2.^a Secretária

D. Justa Mendes

Sr. Francisco Xavier da Costa (secretário do Sr. Ministro da Instrução):

Por motivo de serviço público o sr. Ministro da Instrução não pode comparecer nesta sessão como era o seu desejo.

Deu-me Sua Ex.^{cia} o honroso encargo de o representar já que motivos imperiosos o forçavam a faltar.

Tenho muito prazer em apresentar as mais sinceras saudações ao congresso e faço ardentes votos para que dêle resulte a realização completa das aspirações feministas.

EXPEDIENTE

Da Confederação Geral do Trabalho:

Ao 1.º Congresso Feminista e de Educação

Lisboa

À Confederação Geral do Trabalho de Portugal, como organismo propulsor de ideas novas de fraternidade e de justiça sociais, e de luta pela liberdade integral da espécie humana, não podia ser indiferente a reünião em Congresso das mulheres portuguesas. E tendo, de facto, acompanhado com o máximo interêsse os trabalhos dêsse Congresso e constatado com todo o prazer a orientação progressiva que tem norteado o espírito dessa assembleia, vimos saúdar, nas mulheres que tomam parte nesse Congresso, as mulheres portuguesas que aspiram a conquistar os legítimos direitos que o capitalismo, a moral legislada e a autoridade constituída persistem negar-lhes.

E apesar de estarmos absolutamente convencidos de que não há um problema feminista a resolver, mas uma questão social a solucionar, isto é, que a emancipação moral e política do género feminino

depende da libertação económica dos povos da classe detentora dos meios de Produção e de Vida, não obstante êsse nosso convencimento, fazemos votos pela conquista das reivindicações que o Congresso vem de agitar, esperando aceiteis a « igualdade dos sexos perante a lei », que reclamais, apenas como uma étape da longa jornada que o homem e a mulher precisam ainda trilhar para alcançar a meta da sua felicidade.

Lisboa, 9 de Maio de 1924.

Saúde e Emancipação Social

Manuel da Siva Campos

(Secretário geral da C. G. T.)

(Prolongados aplausos).

ANTES DA ORDEM

Secretário geral:

Como vamos entrar na última sessão do congresso eu quero lembrar a maneira gentil como a imprensa de Lisboa acolheu êste congresso proponho-lhe um voto de louvor e em especial aos seus representantes que fizeram a reportagem dos trabalhos realizados.

(Prolongados aplausos).

D. Deolinda Lopes Vieira:

Desejo mandar para a mesa a seguinte moção:

O Congresso Feminista e de Educação, constituído por trabalhadoras das chamadas profissões liberais, saúda ao encerrar os seus trabalhos, as suas companheiras da oficina, afirmando-lhes a sua solidariedade e consideração pela função social que desempenham e faz votos por que reivindiquem ao lado dos seus companheiros os direitos a que têm jus.

Outro-sim o Congresso manifesta o seu desejo de vêr tôdas as mulheres que exercem profissões, empregar todos os seus esforços para uma conquista consciente e levantada dos seus direitos de trabalhadoras.

(Prolongados aplausos).

Secretário geral:

Está a proceder-se neste momento ao estudo da reforma da Assistência Pública e segundo creio, êste plano de reforma atinge as Misericórdias. É ocasião de actuar para que a mulher possa intervir na administração destas, ficando consignado em texto legal êsse princípio, por isso envio para a mesa a seguinte proposta:

Considerando que brevemente será feita a reforma da Assistência Pública;

Considerando que segundo parece, as Misericórdias ficam tendo a seu cargo a assistência concelhia;

Considerando, ainda, que é de tóda a conveniência que a mulher intervenha na administração das Misericórdias sem qualquer carácter político ou religioso;

Proponho que o Congresso Feminista e de Educação dê incumbência ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas de empregar tódas as suas deligências para que a mulher intervenha na administração das Misericórdias.

(Aprovada).

D.^{ra} Adelaide Cabete:

Proponho votos de saüdação à Marquesa de Aberdeen, presidente do Conselho Internacional das Mulheres, à D.^{ra} Carolina Michäelis de Vasconcelos, presidente honorária do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e à Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa pela cedência das suas salas.

(Aplausos).

D. Albertina Gambôa:

Proponho uma saüdação aos membros do Govêrno Provisório da República Portuguesa que tanto se interessaram pela emancipação da mulher

e em especial, ao ilustre estadista Sr. Dr. Afonso Costa autor das leis do Divórcio e da Família.

(Aplausos).

Sr. Armando Luís Rodrigues:

Apresento os meus cumprimentos ao representante do Sr. Ministro da Instrução e pedia-lhe que manifestasse junto de S. Ex.^{cia} o nosso desgosto porque assuntos de administração pública lhe não permitissem de comparecer no congresso e que muito satisfeito deveria ficar pelos belos trabalhos aqui produzidos.

Não tendo podido comparecer à sessão em que se discutiu a tese *Educação de anormais* não me foi possível enviar para a mesa, um trabalho elaborado por um grupo de médicos, apresentado à Sociedade das Sciencias Médicas e que se liga com aquela tese. Envio-o hoje e peço que seja junto à discussão do citado trabalho da Sr.^a D. Deolinda Lopes Vieira.

Sr. Manuel da Silva:

Desejo saber quando se põe em discussão a tese *Ensino Doméstico* da D.^{ra} Adelaide Cabete.

Secretário geral:

A pergunta feita pelo Sr. Congressista tem tóda a oportunidade e vou elucidá-lo. A tese *Ensino Doméstico*, é extra-congresso, foi a D.^{ra} Adelaide Cabete que desejou oferecer êsse seu trabalho aos Srs. Congressistas e que foi distribuído juntamente com as restantes teses e, daí, a razão da pergunta.

Devo, porém, dizer que, se o Congresso julgar conveniente discutir essa tese o pode fazer, tanto mais quanto ela está no plano do mesmo Congresso e a D.^{ra} Adelaide Cabete aceita de bom grado a sua discussão.

Sr. Manuel da Silva:

Requeiro que a tese *Ensino Doméstico* entre imediatamente em discussão.

Dr. Jaime Gouveia:

Em homenagem ao mérito da sua relatora, D.^{ra} Adelaide Cabete, proponho que a tese, que já foi presente a um congresso internacional seja aprovada por aclamação.

Sr. Manuel da Silva:

Era isso mesmo que eu queria fazer.

Secretário geral:

Conforme resolução tomada pelo Congresso na sessão de 6 do corrente, vão entrar em discussão as teses do Sr. Dr. Bentes Castel-Branco.

Tese: *Solução biológica do problema educativo*, pelo Dr. Bentes Castel-Branco.

Conclusões práticas:

- I— Deve-se criar uma Escola de Demonstração, onde as donzelas aprendam a cultivar em si tôdas as qualidades femininas e a fazer a aplicação das mesmas numa Escola Infantil;

- II—Deve-se organizar uma Cooperativa Paternal montada e administrada por uma Empresa Industrial, destinada a melhorar as condições de consumo, de previdência e produção nas famílias dos sócios, nos estabelecimentos de Educação e nos estabelecimentos de Assistência;
- III—As mulheres deverão encontrar no funcionamento dos Estabelecimentos de Educação e de Assistência os recursos para manter a própria subsistência.

Tese: *Solução biológica do problema da assistência* pelo Dr. Bentes Castel-Branco.

1.º — Solicitar o auxílio dos maridos, pais e filhos para que se reúnam nas Juntas de Freguesia, na grande Federação das Cooperativas Paternais, para o auxílio das famílias, da Educação e da Assistência;

2.º — Solicitar do governo:

a) que lhe dê o voto nas Juntas de Freguesia e nas Misericórdias respectivas;

b) que lhe conceda plena liberdade de fazer o bem, confiando oficialmente às Misericórdias as atribuições da Educação e da Assistência Paroquial.

3.º — Solicitar das mulheres de todo o país para que tomem conta das Misericórdias, afim de poderem exercer livremente a sua grande missão de educadoras dos menores e de protectoras dos infelizes.

Sr. Dr. Bentes Castel-Branco (relator):

Só conheço um tratado de educação, a educação biológica. Há um que se assemelha a educação integral.

As leis superiores da Natureza, que a Biologia procura interpretar, regem tôdas as manifestações da vida, vegetal e animal. O homem é fadado para ser homem e a mulher para ser mulher. A máquina

humana, é regida automaticamente pelos seus sentimentos íntimos e instintivos em tôdas as suas relações com o mundo externo.

Os organismos vivos têm todos o mesmo fim biológico, sustentar-se e multiplicar-se.

Esta finalidade específica, que nas espécies inferiores coexistem no mesmo indivíduo, acha-se dividida nas espécies superiores em *dois sexos diferentes*: ou seja em indivíduos masculinos e femininos que se completam para a manutenção e propagação da espécie a que pertencem.

A mulher cria na família o protótipo elementar das sociedades e o modelo das escolas, da assistência e da justiça que deverá caracterizar a constituição da forma de govêrno, capaz de manter a boa harmonia e o progresso das Nações.

Só com o auxílio da mulher se podem resolver os problemas da Educação e da Assistência Social: combatendo os males nas suas causas e atenuando nos seus efeitos tôdas as misérias sociais.

D. Deolinda Lopes Vieira:

Acabei de ouvir com muita atenção as palavras do congressista Sr. Dr. Bentes Castel-Branco e a propósito da afirmação com que começou as suas considerações de só conhecer como tratado a educação biológica e que há um que se parece, a educação integral, devo dizer, esclarecendo o congresso, que os professores já estão habilitados a exercer a chamada «educação funcional».

Se êstes princípios educativos não têm sido postos em prática, isso é culpa exclusiva do Estado.

Sr. Manuel dã Silva:

Pela leitura das teses do Sr. Dr. Bentes Castel-Branco e pela sua exposição se vê que êle encara os problemas única e exclusivamente sob o ponto de vista biológico, esquecendo-se, ou melhor, abandonando a idea de o encarar sob o ponto de vista sociológico.

Se formos aprovar as teses do Sr. Dr. Bentes Castel-Branco, tal qual como elas se encontram redigidas sem lhe serem feitos êstes reparos, isso representaria a negação dos trabalhos dêste congresso que teve em vista estudar os problemas que se relacionam com a mulher e a educação sob o ponto de vista social.

Não é possível, porque é contra a natureza humana, encarar pelo aspecto biológico, exclusivamente, os problemas da educação e da assistência quando o homem tem uma vida, cada vez, mais intensamente social.

Secretário Geral:

Ouidas as considerações dos senhores congressistas sôbre as teses em discussão, concretizando-as e harmonizando-as, envio para a mesa a seguinte moção:

Considerando que a Ciência Biológica e a Ciência Sociológica se completam;

O Congresso Feminista e de Educação, ouvidas as considerações dos ilustres congressistas que discutiram as teses «Solução biológica do Problema Educativo» e «Solução biológica do Problema de Assistência», passa à ordem do dia.

PARECER

Teses: *Solução biológica do problema educativo, Solução biológica do problema da assistência,*

As teses foram discutidas em conjunto e foi apresentada uma moção pelo congressista Sr. Arnaldo Brazão; a comissão de pareceres julga que devem ser aprovadas as conclusões e a moção.

ORDEM DA NOITE

ENCERRAMENTO

Sr. Armando Luís Rodrigues:

Desejava eu, Sr. Presidente, se exequível fôra, enaltecer em frases de raro brilho, mas faço-o apenas com aquela sinceridade que sempre exornou o meu character, o valiosíssimo e fecundo trabalho que êste Congresso há feito com interêsse benéfico para a Nacionalidade.

E se é certo, Sr. Presidente, que êste Congresso foi imponente pelo número e qualidade dos que a êle concorreram, e pelo calor dos sentimentos que o animaram, eu não poderia deixar de me associar em nome do Grémio Acácia, de que me honro de fazer parte, manifestando, com a minha palavra despretençiosa, a minha grande admiração pelo valor moral e intelectual com que durante 5 dias se defenderam variadíssimas teses, tôdas com o significado de se obter uma melhor perfectibilidade do meio social em que as classes trabalhadoras vivem no nosso País.

Honrado, Sr. Presidente, pelo Grémio Acácia com a indicação do meu nome para falar neste Congresso, indicação que sentidamente agradeço, eu não

podia ficar silencioso neste ambiente, onde tudo indica beleza moral, levantamento patriótico e acendrado amor pelo bem estar dos nossos concidadãos.

E eu tenho o mais subido orgulho e o mais intenso prazer, sobretudo nesta ocasião, em que em Portugal já se pensa em dar às mulheres as regalias de ordem moral e jurídica a que têm jús, e que nas várias camadas sociais se sente já essa admiração profunda de respeito pela obra que aqui se há realizado, como me tem sido dado constatar, dizia eu, que tenho o mais intenso prazer de me solidarizar com esta obra.

Sr. Presidente, tôdas as pessoas que nesta sala se encontram, sabem claramente o que significa o esforço de algumas ilustres senhoras que levaram a bom *terminus* uma obra, cujo êxito desnecessário se torna enaltecer.

O trabalho aqui produzido representará justo orgulho dos portugueses é uma bela vitória, porque em todos os tempos representará uma das mais belas conquistas de civilização de um país, conquista em que a humanidade melhorou e a dignidade humana se viu consagrada.

Assim, eu não me alongo em mais considerações para demonstrar as vantagens que derivam da arrojada iniciativa da Ex.^{ma} Senhora D.^{ra} Adelaide Cabete e suas ilustres companheiras de trabalho.

Limitar-me hei a dizer apenas: é que fazendo eu a psicologia dêste Congresso, que hoje encerra os seus trabalhos, nós, homens, alguma coisa aprendemos pois claramente analisamos quanto pode um esforço, quando orientado por inteligências firmes, por individualidades conscias do seu valor, como são as ilustres senhoras que levaram a cabo tão patriótica obra.

É que estas senhoras, levando a efeito tão importante Congresso lembraram-se apenas do seu e nosso Portugal, a que nós tanto queremos, e os seus trabalhos são motivo de contentamento e de consolação para aqueles que têm pelo seu País o amor que todos nós sabemos ter.

Almas santas da minha terra, que vós sois minhas senhoras, é meu desejo que as minhas modestas palavras possam confundir-se no eco das saudações entusiásticas que a V. Ex.^{cias} endereço e nas felicitações que a tôdas dirijo pelo êxito da obra que acabais de efectivar.

(Prolongados aplausos).

Sr. Manuel da Silva:

Antes de se entrar na ordem da noite da primeira sessão, os delegados da União do Professorado Primário saudaram o Congresso, acentuando que o professorado primário tinha boas esperanças naquele magno certâmen pela coragem do gesto, elevação do propósito.

Vimos aqui para aprender, para ficarmos mais aptos a desempenhar a elevada missão que a actividade educativa em si é.

Havíamos-lo conseguido em parte, se bem que tivéssemos a fazer algumas considerações críticas.

Os assuntos tratados neste Congresso circundaram sete pontos fundamentais na actividade filosófica, pedagógica e social e que eram:

- a) O maravilhoso na educação da infância;
- b) O problema da delinquência;
- c) O abolicionismo;
- d) As leis biológicas e as sociológicas (confronto);

- e) Determinismo e livre-arbítrio;
- f) Instrução e educação-diferenças;
- g) As aspirações feministas justificam-se pela igualdade dos sexos ante os fenómenos da vida social, ou pela desigualdade?

Á parte a minha pessoa, talvez, é justo que se diga que se falou sôbre todos os assuntos com interêsse e elevação,

Pelo grande número de vezes que tomei parte nos debates, devo ter maçado muito o Congresso.

Que, porém, me sirva de atenuante a parte preocupação lógica que domina tôda a minha actividade psíquica.

Eu quis provocar esclarecimentos que melhor nos mostrassem a verdade.

Consegui-o? Julgo que não.

Mas talvez contribuisse para isso.

Porquê? Porque a verdade nestes assuntos de tão grande transcendência psico-filosófica é muito relativa: depende essencialmente do sêr que a sente, que sôbre ela pensa, que a interpreta.

Se não, vejamos:

Discutiu-se o problema da imaginação infantil. Opiniões várias, discordâncias profundas, defendendo uns o maravilhoso do passado, outros o do futuro, ora parecendo que todos tinham razão, ora parecendo que ninguém a tinha.

Conclusão honesta: estudemos mais e muito mais o assunto.

Em redor do problema da delinqüência, disseram-se lindas coisas, belas coisas.

Mas se uns não viam responsabilidade alguma no acto aparentemente criminoso, considerando doente todo o sêr que praticava actos anti-sociais, e

que, como doente, devia ser tratado com carinho, outros ponderavam que a reacção individual ou colectiva perante qualquer acto máu, devia ser sempre educativa, em função de cada um e do seu semelhante, que, portanto, a regeneração do criminoso não devia ser nunca um incitamento ao crime, sob pena dos resultados serem contraproducentes.

Conclusão honesta, estudemos mais e muito mais o assunto.

O abolicionismo foi calorosamente discutido; mas enquanto uns punham em dúvida a possibilidade da educação dos costumes e se inclinavam pela necessidade da regulamentação como um mal menor, discordavam outros daquele ponto de vista, opinando porque o abolicionismo fôsse um facto, e a crença na possibilidade da educação fôsse profunda, ilimitada, no campo dum ideal fecundamente regenerador.

Conclusão honesta: estudemos mais e muito mais o assunto.

Sobre leis biológicas e leis sociológicas, travou-se largo debate, parecendo a uns que elas brigavam e a outros que elas eram concordantes.

Mas em qualquer dos casos, o critério pedagógico a nortear-nos perante elas era divergente.

Conclusão honesta: estudemos mais e muito mais o assunto.

O determinismo e o livre-arbítrio foram também ventilados, não especificada e directamente mas duma maneira geral e indirecta.

E se sobre delinquência o Congresso defendeu o critério determinista, êle aprovou por aclamação a

tese sôbre *Educação Sexual*, que define assim esta:

« A Educação Sexual é a acção pedagógica que pretende submeter o instinto sexual à acção da vontade sob o domínio da inteligência instruída, consciente e responsável ».

Ora esta definição é livre-arbitrista, se nós a não interpretamos mal. E se o êrro fôsse da nossa parte, nós não iamos daqui bem elucidados, como desejávamos, outro tanto sucedendo decerto com uma parte dos congressistas.

Desta maneira ainda que o êrro não fôsse filosófico, que o é, para a nossa interpretação, sê-lo-ia no campo pedagógico.

Conclusão necessária: estudemos mais e muito mais o assunto e mantenhamos uma coêrência doutrinária e uma lógica pedagógica que se imponham.

Sôbre a diferença entre instrução e educação, a divergência foi grande, parecendo a uns que esta dispensava aquela e a outros que elas se encontravam indissolúvelmente ligados, sendo a instrução o indispensável meio de que a educação é o fim essencial.

Conclusão honesta: estudemos mais e muito mais o assunto.

Através de todas as sessões, foi-se de vez em quando acentuando: a mulher deve ter os mesmos direitos políticos e sociais que o homem, porque é uma injustiça negar-lhos em igualdade de circunstâncias.

Outros, porém, acentuaram que aquela doutrina poderia deixar parecer que a mulher era igual ao homem. Por isso, acharam êstes de tôda a conve-

niência frizar que a grande razão porque à mulher devia ser facultada tôda a sua natural expansão, estava na diferença fundamental, fisiológica ou psicológica, que existia entre os sexos.

Duas correntes, pois, se estabeleceram, quando por outra coisa não fôsse, devido a um equívoco de recíproca interpretação.

Entendemos, por isso, que a conclusão honesta a tirar não pode deixar de ser a mesma: estudemos mais e muito mais o assunto e mantenhamos uma coerência doutrinária e uma lógica pedagógica que se imponham.

Repetindo em nome da União do Professorado Primário as minhas saudações ao Congresso Feminista e de Educação e os meus votos porque êle continue a frutificar, eu termino com a seguinte afirmação, síntese da lição que tiramos:

Porque ainda todos muito ignoram, a tolerância e o estudo, devem ser a norma querida em tôda a sua esfera social que busque regenerar pelo trabalho e santificar pelo amor.

(Prolongados applausos).

Sr. Cesar da Silva:

Tomando a palavra nesta altura, ao rematar dêste imprevisto mas valiosíssimo congresso, o meu fim é felicitar, do modo mais caloroso, a interessante instituição que o promoveu, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, e muito principalmente as duas principais figuras que nele se destacaram, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Adelaide Cabete e o nosso apreciável amigo o Sr. Dr. Arnaldo Brazão.

Na verdade êste congresso, pela sua extranheza, porque é o primeiro congresso de damas que entre

nós se realiza, pela forma brilhante como decorreu, pelo altíssimo valor das teses que nêles se discutiram, e, emfim, pelo seu alto significado moral e social, marcou uma avançadíssima étape no feminismo português. Poderei até dizer, e com enorme satisfação o faço, que abriu amplo lugar, dentro da nossa sociedade, à mulher política, à mulher orientadora, à mulher que põe todas as suas faculdades ao serviço da raça.

Foi uma porta que se abriu, rasgada e magestosamente, a todas as damas portuguesas, para a sua participação nas diversas manifestações que constituem a engrenagem da vida social. O feminismo, posso bem afirmá-lo, triunfou nêste congresso, porque venceu o seu mais difícil estádio. O resto, a concessão de todos os direitos a que as mulheres têm jús, dentro da nossa República, isso é já só um caso de méra legislação. Exuberantemente ficou demonstrada a indispensabilidade dessa legislação pelo que foi êste congresso e pelo que êle irá influir por todo o país.

Felicitando pois os seus promotores, significando-lhes todo o meu entusiástico aplauso, deixai-me que eu, num movimento de carinhoso elogio, proclame a Ex.^{ma} Sr.^a D. Adelaide Cabete a matriarca do feminismo português, e seu simpático sobrinho, o Sr. Dr. Brazão, o movimentado e incansável secretário dêste congresso, e apóstolo das reivindicações feministas.

Mas eu empreguei acima a palavra extranho para classificar êste magno concurso de opiniões, tenho portanto de explicar o motivo porque usei de tal attributo:—é porque êle se não singularizou, tão sòmente, por ser o primeiro de tal género realizado entre nós, mas ainda muito mais por ter sido mixta a sua assistência, isto é, por terem nele tomado

parte homens e senhoras, o que provou, bem claramente, que não encontramos sôzinhas as mulheres portuguezas ao reclamarem os seus plenos direitos de cidadãs, e sim que têm a acompanhá-las nas suas justas reclamações, muitos homens e daqueles que mais pesam na nossa sociedade, pelo seu valor moral e intellectual.

Ainda por outro motivo, eu quero justificar o efeito de extranho que appliquei a êste congresso: —foi a forma libérrima, extranhamente latitudinária, como foram tratados todos os variados assuntos que nele se apresentaram. E é então de notar, o que parece quási paradoxo, que o orador que mais brilhou na discussão das teses, o que mais se fez apreciar pelos seus conceitos, aliás vestidos sempre com as finas roupagens duma empolgante dialética, foi exactamente aquele que mais se mostrou em discordância com o ideal feminista, tal como o concebem as promotoras do Congresso, e a maioria dos congressistas que nas discussões tomaram parte.

Refiro-me, bem o entendem todos, ao meu particular amigo o Sr. Dr. Bentes Castel-Branco, o educador filósofo, que, relativamente às regalias sociais da mulher, se encontra ainda num plano bastante retardado, mas sem deixar de prestar ao sexo gentil tôda a justiça de que êle é digno.

Para o illustre homem de sciência, a mulher é ainda... só um pouco mais do que a educadora em família. Em seu parecer a pouco mais podem lançar a vista as damas portuguezas. E a verdade é que defendeu com tão surpreendente habilidade, com tão garbosa facundia as suas opiniões, que não escassearam os aplausos da assistência a galardoarem-lhe quando não fôsem as teorias ao menos o brilhantismo da forma.

Mas eu sairia daqui mal impressionado se não deixasse bem expressa a minha opinião sobre o feminismo; não para rebater os sentenciosos asser-tos do illustre orador, mas para esclarecer um ponto que me parece ter ficado um tanto obscuro.

Dizer, presentemente, nesta altura da civilização mundial, que a mulher apenas se presta para ser a educadora em família, negando-lhe, portanto, facul-dades para o desempenho da mais alta missão social dentro da sociedade, não é fazer-lhe elogio, e sim vitupério. Nem valeria a pena realizar um congresso para a apreciação de pareceres já velhos... e até já um tanto bizantinos.

A missão da mulher, como singela educadora na família, como guiadora, apenas, da infantilidade de seus filhos, isso é coisa que já faliu. Aliás tería-mos que atribuir às mulheres portuguesas o desca-labro da nossa sociedade de hoje em dia, essa degenerescência que tão desgraçadamente vemos acentuar-se nas camadas actuais.

A mulher, para ser verdadeiramente a educa-dora, precisa exercer as suas excepcionais facul-dades educativas num campo além do estreito âmbito familiar. Como é que ela há-de preparar cidadãos úteis à pátria, dignos e cônscios dos seus deveres cívicos, se não conhecer o que são êsses de-veres, alongando para fóra da vivenda doméstica os seus conhecimentos e as suas aspirações?

A minha opinião, que deixo aqui bem consignada, é que a mulher, exactamente para ser judiciosa orientadora da mocidade, precisa exercer todos os seus direitos políticos, tendo participação directa em todos os actos sociais. Então sim. Quando ela, a par das suas qualidades afectivas, possua mais ainda a experiência do mundo, será então a educa-dora completa.

A emancipação da mulher não a prejudicará como educadora da mocidade e até pelo contrário.

(Prolongados aplausos).

Dr. João Camoêsas:

Por uma questão de sentimento não podia deixar de vir dar a esta magna e importante reunião feminina, a minha colaboração e o meu apoio. A celebração dêste Congresso tem um alto significado, mórmente numa época como esta que atravessamos em que o problema da educação deve ser considerado como um dos mais importantes e urgentes.

Eu admiro a coragem das senhoras organizadoras do Congresso que se arriscaram a cair no ridículo, se a sua simpática iniciativa falhasse. Só por si, é já significativo êste gesto de audácia por parte de um núcleo de mulheres trabalhadoras e inteligentes que julgam ter chegado a hora de obterem a sua carta de alforria.

A mulher, pela sua bondade, delicadeza e inteligência pode contribuir para aperfeiçoar as leis e, junta do homem, colaborar na grande reforma educativa de que o povo português tanto carece. Visitando a cidade de Braga verifiquei que em mais de uma escola, apenas 5% das crianças estavam isentas de taras várias de atrofiamento. Como Braga são tôdas as escolas do país e, mórmente Lisboa, onde as condições de higiene são mais exíguas. É preciso resolver o problema da educação para se evitar o tristíssimo espectáculo que as estatísticas nos dão. Em 1920, verificamos que em Portugal houve 22,54 por mil enquanto que na America se registou 13,1. Se as condições de vida fôsem dife-

rentes ter-se-iam poupado, num só ano 57.000 vidas.

Das más condições económicas existentes em Portugal deriva um problema de contínua e progressiva inferiorização do povo.

E a mulher tem sido e continua sendo explorada como instrumento económico e tem sido vítima das explorações políticas e religiosas.

Eu sou partidário do ingresso da mulher em toda a esfera de acção social e política. Êste Congresso deve ser o ponto de partida para uma larga e inteligente propaganda feminista, sendo necessária esta propaganda no nosso país onde não existe ainda, na verdade, uma educação social.

Nos países onde a mulher se afirma com um valor político, económico e social, já foram votadas leis de reconhecido e importante alcance social.

Pelo exemplo da Scandinávia verifica-se que ela teve influência sobre tudo, na legislação de caracter de higiene moral e social, etc.

Devido à absorvente actividade económica da hora presente, 75% dos pais e 75% das mães vivem a maior parte do tempo afastados dos filhos e os elementos de substituição — a escola — não se encontram em Portugal em devidas condições para receberem a criança que, não encontrando o lar paterno porque os pais estão a trabalhar vai para a rua, meio deletério, onde se desenvolve e cresce.

É preciso encarar esta questão em Portugal.

E as saudações de que fui alvo nesta assembleia, eu as tomo não para mim, mas para a minha reorganização educativa que pela primeira vez foi apresentada às Côrtes, em Portugal e, quer queiram, quer não, ela há-de ser um facto.

Faço votos para que êste Congresso seja o início duma nova era em que a mulher deve repre-

sentar um grande papel. Ela já está intervindo, consideravelmente, em todas as manifestações da vida social em todo o mundo e devo neste momento evocar os lucidíssimos espíritos femininos de M.^{me} Curie e M.^{me} Richemond e ainda dos portugueses, como o da médica Carolina Beatriz Angelo, a primeira mulher que votou em Portugal.

Estou certo que o esforço da mulher portuguesa é benéfico para a nossa vida política e por isso, ao terminar, faço ardentes votos para que dêste Congresso saiam trabalhos profícuos que libertem o povo português da tirania dos preconceitos que há três séculos o aflige e subjuga.

(Prolongados aplausos).

Sr. Presidente:

Congratulo-me pelo brilhantismo como decorreram todos os trabalhos do Congresso que tiveram ressonância por todo o país.

Estão encerrados os trabalhos do Congresso Feminista e de Educação.

(Muitas palmas e vivas às mulheres portuguesas, à D.^{ra} Adelaide Cabete e ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas).

ANEXO

0730A

I

O QUE DISSE A IMPRENSA

O Congresso Feminista tem decorrido com muito interêsse e elevação. Ainda bêm. Agrada-nos registrar o facto, demonstrativo de que as mulheres portuguezas se interessam pelos seus próprios destinos, procurando elevar-se moral, intelectual e socialmente. Constitui o Congresso uma importante manifestação de vida, digna de tôdas as simpatias e do mais decidido apoio.

Do Rebate de 6-5-924.

A calma com que decorreu o Congresso Feminista, está causando o espanto de muita gente.

Diz a «vox populi» que bastam duas mulheres juntas a falarem, para que o mundo inteiro ensurdeça.

Em boa verdade a voz do povo tem razão. A Mulher — que possui todos os encantos e todòs os defeitos — não admite, em regra geral, que ninguém grite mais do que ela. É contra os seus princípios — e é com êsses princípios que sempre consegue os seus fins...

O grito é o maior argumento de tôdas as pessoas fracas. E como se convencionou rotular as senhoras

com o título de *sexo frágil*, ainda que elas sejam mais fortes do que a morte, resta-nos aturar, de sorriso aos lábios, tôdas as suas manifestações de fôrça.

A serenidade que, desta vez, orientou o congresso feminista, é admirável e demonstra que não há regra sem excepção.

Em conjunto, tôdas as damas se entenderam perfeitamente, sem necessidade de recorrerem ao sistema da oratória gritada, usada e abusada pelos nossos deputados. Merecem louvor unânime.

Do *Diário de Lisboa* de 9-5-924.

O Congresso Feminista e de Educação, que acaba de reunir, por iniciativa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, marca uma bela atitude cheia de altivez e dignidade da parte das mulheres que a êle concorreram ou aderiram. Ficou-se sabendo, que algumas mulheres, que nem tôdas as mulheres portuguesas, aceitam resignadas a situação aviltante que o espírito medievo, reaccionário, anti-científico e anti-natural que predomina na legislação e nos costumes dêste país, lhes impunha. Algumas, poucas, mas não das menos cultas, vêem dizer que se revoltam contra a condição de animais domésticos, de máquinas reprodutoras da espécie, de escravas naquela acepção integral que a escravidão tinha nas idades que foram.

Alôra êsse significado de ordem geral, que o Congresso teve, a maioria dos trabalhos neles apreciados, por abordarem interessantes assuntos de ordem social, quer no campo jurídico quer no campo educativo, definem bem a capacidade de pensamento e acção livres, das mulheres que o elaboraram e discutiram.

Passou o critério oitocentista da mulher masculinizada. Passou a lenda da feminista energúmena, odiando o homem, e procurando a todo o transe antepôr-se-lhe, em tôdas as situações da vida. Quere dizer: passou o êrro e passou a calúnia dos fracos espíritos fortes.

Ficou só ante a nossa admiração e o nosso respeito, a mulher companheira e colaboradora do homem, inteligente como êle, culta e digna como êle deve ser.

Pela evolução ideológica operada, já neste século, a mulher, sentindo-se naturalmente diferente do homem, diz só que não lhe é inferior. E demonstra-o.

A nós, homens de pensamento e que na propaganda dos ideais libertários andamos empenhados, não pode ser indiferente a verificação dêste facto.

Depois de demonstrarem que não são inferiores ao homem, as mulheres feministas pedem um pouco mais de liberdade e nem chegam a pedir tanto, como a que o homem, a-pesar-de tudo, usufrui.

Ora, quantos levantam a voz pedindo liberdade, devem encontrar em nós libertários, apoio moral, incitamento e auxílio efectivo.

É por isso que vemos com simpatia a reunião do Congresso e lhe rastreamos a marcha com atenção.

.....

Vejamos agora, por alto, algumas das teses discutidas no Congresso, porque a sua análise circunstanciada nos levaria demasiado espaço.

O Congresso, sôbre ser feminista, era também de educação. Andaram bem as mulheres portuguesas designando-o assim. Se a mulher é fundamentalmente educadora, a par das suas reivindicações, deve pôr sempre os méritos em que a baseia, as funções nobilitantes que fazem jús a elas.

Dentro do ponto de vista feminista, na sua feição jurídico-social, os mais notáveis trabalhos apresentados no Congresso foram as teses da Sr.^a D. Aurora de Castro e Gouveia e de seu marido, o Dr. Jaime de Gouveia. A primeira tratou, com profundo conhecimento de causa, os problemas das «Reivindicações políticas da mulher portuguesa» e da «Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal». O segundo versou com proficiência a questão da «Nacionalidade da mulher casada». Dentro do actual estado de coisas jurídico-social, marcam estas teses tendências reformistas apreciáveis. A sua inutilidade, porém, ressalta se considerarmos que, por muito que faça o Estado burguês, nunca poderá dar à mulher a emancipação a que ela tem jús, nem reconhecer-lhe em tôda a sua plenitude os seus sagrados direitos.

Já com mais largo ambiente ideológico, dum alcance meramente social, destacam-se as teses do Sr. Dr. Arnaldo Brazão, sôbre «Abolicionismo», com os aditamentos propostos pela Sr.^a D. Angélica Pôrto; a «Educação sexual» da Dr.^a Paulina Luisi; «Assistência às delinqüentes» da Sr.^a D. Angélica Pôrto; «Assistência à mulher grávida e à criança», da Dr.^a Adelaide Cabete, e «Educação dos indígenas nas colónias», da Sr.^a D. Domingas Lazary Amaral. As três primeiras teses referidas, pela importância que lhe atribuímos, serão objecto de mais desenvolvida apreciação num futuro artigo, que pretendemos inserir nestas colunas.

No campo pròpriamente pedagógico e educativo, merecem especial menção as teses da Sr.^a D. Deolinda Lopes Vieira, sôbre «Educação de anormais»; da Sr.^a D. Regina do Carmo, sôbre «Escolas ao ar livre»; da Sr.^a D. Ilda Pinto de Lima, sôbre «Bibliotecas infantis»; da Dr.^a Adelaide Cabete, sôbre o

«Ensino doméstico em Portugal» e «A luta anti-alcoólica nas escolas»; e ainda «A mulher como educadora», da Sr.^a D. Albertina Gambôa.

Os problemas versados nestas teses e a forma como foram tratados, denotam uma grande elevação de ideias, uma preocupação de ser prestável à colectividade, que grandemente nobilita as mulheres feministas, que saem assim da tôrre de marfim das suas reivindicações meramente políticas, para cooperarem na grande obra social que é mister fazer-se.

Um problema houve, o da Assistência, que saiu muito mal tratado do Congresso. Os velhos preconceitos da caridade e da esmola apoderaram-se dele e deixaram-no pouco mais ou menos como está. Salvo uma altiva afirmação da Sr.^a D. Domingas do Amaral, não se adiantou coisa que se visse com as teses apresentadas. Ficará o assunto para outro Congresso.

Antes de encerrarmos estas notas queremos consignar a nossa simpatia pela attitude revelada na sessão de encerramento do Congresso. O aplauso dado à saudação dos trabalhadores portugueses, enviada por intermédio do seu organismo central e as saudações das congressistas às trabalhadoras manuais, às suas irmãs escravizadas, nos campos e nas oficinas, não poderiam deixar de ter um gratíssimo éco entre nós.

E fiquemo-nos por aqui, registando mais uma vez o nosso inteiro aplauso à obra social emanada do Congresso e felicitando as mulheres portuguesas, por terem conseguido, através de todos os obstáculos, dizer alto o que querem e o que pensam.

.....
Dos Congressos a que tenho assistido foi êste sem dúvida o que mais me educou e ensinou, porquanto, à parte duas ou três anomalias, os assuntos foram tratados com elevação e no restricto campo doutrinal, sem nunca se descer a preocupações de interêsse pessoal, de classe ou profissional.

Em tôdas as suas sessões respirou-se quási sempre uma atmosfera impregnada de idealismo, idealismo reconfortante e que tão necessário se torna espalhar por êsse país fora. As sessões foram instantes em que se viveu bem, em que nós, velhos, nos sentimos alegres ao ver a mocidade seguir pelo bom caminho e ter ideais de redenção.

E não foi só a mocidade que nos alegrou: foi também a *boa* velhice de Magalhães Lima, de Fernão Boto Machado, de Tito de Sousa Larcher, que, pelas suas afirmações, patentearam que não deixaram de ser *ainda* os fieis defensores de ideais humanitários.

Êste Congresso deixou-nos a agradável impressão de que a mulher portuguesa não é reaccionária e que é injusto atribuir-lhe a qualidade de palradora.

Se houve quem, por excepção, defendesse ideas reaccionárias, não foram, felizmente, as senhoras; se houve quem abusasse da paciência e da tolerante delicadeza da assembleia, falando a propósito e a despropósito de tudo, fazendo pura dialéctica, não foram as senhoras. Elas falaram o essencial e bem. Provou-se assim o que vale a mulher: não é igual ao homem; é superior.

Se pelo título do Congresso podia depreender-se que êle era simplesmente de Educação e exclusivamente promovido e realizado por senhoras, e que, portanto, seria restricto ao sexo feminino e ao problema educativo, ou a êste problema sob o aspecto restricto das reivindicações feministas—do direito

da mulher ser educada e ser educadora—êles não o foi de facto.

Evidentemente êste problema dava, na realidade, por si só, assunto para um congresso. Mas o Congresso não se limitou a tratar dêsse magno problema, nem se restringiu a apresentar as reivindicações na luta pela igualdade social de direitos e deveres dos sexos; e pondo de parte êste aspecto alargou os seus horizontes a tôda a acção da mulher na sociedade, e, por conseguinte, as teses não foram tratadas dentro dum estreito critério feminista. A maioria das teses foram elaboradas, estudadas e relatadas sem preocupações de sexos, visto que os seus assuntos e soluções não pertencem a um ou outro sexo, mas a ambos, porquanto há só uma sociedade humana e todos os problemas científicos e sociais não são apanágio dêste ou daquele sexo e pertencem tanto ao homem como à mulher!

O Congresso não foi feminista: foi, como devia ser, *humano*, — humano pela sua constituição (homens e mulheres); humano pelas suas aspirações e ideais predominantes; humano porque os votos emitidos não dizem respeito só a uma parte da humanidade, feminina ou masculina, mas sim a tôda a humanidade.

Pelas suas aspirações, pela sua acção futura, o Congresso não foi, pois, simplesmente feminista, mas de humanismo integral. O Congresso trabalhou para a felicidade humana, sem distinções de sexo.

O principal defeito do Congresso foi não ter fixado prèviamente um, dois ou três problemas e para os quais os congressistas escreveriam em forma de teses as suas opiniões àcerca da respectiva solução, e uma discussão se travaria entre os relatores partidários das teses respeitantes ao mesmo assunto ou problema. O Congresso, porém, não apresentou problema algum circunscrito. Houve completa liber-

dade e parece até que foi essa a preocupação dominante.

Assim, apareceram tantos problemas quantas as teses, porque cada congressista tratou do problema com que mais simpatizou ou que julgou mais importante.

.....
Pelo exposto podemos afirmar, portanto, que o Congresso Feminista e de Educação foi económico, genérico, educativo, moral, jurídico e político.
.....

Da Revista *Educação Social*,
1.º ano, n.ºs 13-14.

Foi com a mais rasgada das simpatias que recebemos em abril passado a notícia da realização, em maio imediato do primeiro Congresso Feminista e de Educação organizado pelo « CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS », agremiação feminista que conta já alguns anos de fundada e que a-pesar-dê sóbria e modesta na sua propaganda ponderada, vai efectuando a sua obra transformadora na sociedade portuguesa.

Dizer que o nosso interêsse pelo Congresso se foi avolumando à medida que íamos lendo as notícias sôbre a sua realização, é afirmar uma verdade; e os enunciados das teses sôbre educação indicaram-nos o dever de aderirmos a essa reunião magna das mulheres portuguesas e de tomarmos parte directa nos seus trabalhos.

Delegou a ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGAL as suas representações nesse Congresso em três dos seus associados que mais probalidades tinham de aceitar: os prof. Dr. Adolfo Lima, Canhão Junior e a signatária destas ligeiras impressões, sem pretensões a substituir o relatório que competir fazer.

Todos os trabalhos apresentados ao Congresso trataram de questões de considerável alcance social e educativo, uns de feição restritamente feminista, tais como os referentes ao sufrágio feminino, à situação jurídica da mulher casada, à sua nacionalidade, etc.; outros de carácter ético e social, como sejam as questões que affectam a delinquência, o abolicionismo e tantos outros de equivalente importância.

Dentre êstes, destacaremos os que se referiam à assistência os quais, embora inspirados nos mais belos sentimentos humanitários, não foram orientados e baseados em medidas ou princípios manifestamente eficientes para resolver o problema da miséria; problema êste que só uma transformação de carácter mais profundamente social pode conduzir a êxito seguro.

Sobre êste assunto podemos afirmar que o Congresso se manifestou de acôrdo com os pareceres de feição mais amplamente social e humanos distinguindo-se, entre êles, o da ilustre congressista sr.^a D. Domingas Lazary do Amaral, com o qual nos manifestamos de acôrdo por êle conter ideas mais consequentes com os nossos princípios.

Propositadamente reservamos, para concluir, as teses sobre educação, visto que foi sobre elas que mais categórica e concludentemente nos tivemos que pronunciar.

Tôdas essas teses se ocuparam de assuntos de capital importância para a resolução do problema educativo nacional, e com o maior prazer podemos afirmar que, quer pela maneira como foram apreciadas, quer pela votação das conclusões nelas contidas — tôdas se integraram nas afirmações que alentam a ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGAL.

Essa assembleia encheu-nos sinceramente de júbilo por antevermos, nesse altivo rancho de mulhe-

res, colegas e camaradas que caminharão connosco na vanguarda da nossa causa, ou seja o levantamento do povo português pela acção eficaz da Educação.

Para que os leitores fiquem fazendo uma idea mais precisa do valor pedagógico do Congresso, vamos enumerar os títulos das teses sobre educação: — « Bibliotecas Infantis », « Escolas ao Ar Livre », o « Ensino Doméstico em Portugal », « Educação dos Indígenas nas Colónias e suas Vantagens », « Pensões de Estudantes », « A Mulher como Educadora », « A Educação dos Anormais », « A Luta Anti-alcoólica nas Escolas », « A Influência dos Spectáculos Públicos na Educação », e « Educação Sexual ».

Chamamos atenção muito especial para esta última tese porque embora ela não constitua uma novidade para nós, é sem dúvida uma inovação a introduzir nas nossas escolas, ainda tão cheias da nefasta e avassaladora herança jesuítica.

A forma como a illustre relatora, dr.^a D. Paulina Luisi, distinta médica uruguaiana, a defende e o processo que aconselha para sua introdução nas escolas, afiguram-se-nos firmados no mais acertado critério pedagógico.

* * *

No decorrer dos trabalhos, imensas e valiosas adesões colectivas e individuais foram recebidas do meio feminista estrangeiro.

E justo é dizer também que o Congresso pela sua attitude firme, mereceu o aplauso de uma grande parte da sociedade portuguesa manifestado nas adesões sinceras dalgumas individualidades em destaque no nosso meio intelectual e na saudação da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO.

Também o Congresso, composto exclusivamente

de trabalhadoras das chamadas classes liberais, aprovou, com espontânea unanimidade, uma saudação por nós apresentada à mulher operária.

A nossa acção como representante da ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGAL foi animada da melhor vontade de acertar não só apresentando a tése sôbre « Educação dos Anormais » como sabendo bem escutar e intervindo com a sobriedade que aquelas assembleias requerem.

Deolinda Lopes Vieira.

Da Revista *Escola Nova*, 1.º ano, n.º 1.

Promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas acaba de realizar-se o Primeiro Congresso Feminista em Portugal. Como as teses ali ventiladas estão dentro do Campo Teosófico e são duma flagrante oportunidade, não poderemos deixar de nos referir a êle, endereçando desde já os nossos calorosos elogios ao C. N. das M. P. por mais êste esforço no campo da Educação.

Da Revista *Isis* n.º 6 de 1924.

O Primeiro Congresso Feminista realizado em Portugal, acaba de ter lugar em Lisboa, a 4 de Maio último sob o nome de Congresso Feminista e de Educação e representa o fruto de dez anos da trabalho por parte do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, presidido pela D.^{ra} Adelaide Cabete.

O facto de ter despertado nos meios officiais um vivo interesse pelos trabalhos do Congresso, representa para o feminismo em Portugal uma primeira vitória, tão grande, que ela pode ser considerada como a mais difícil das étapes a vencer, vencida.

Da revista *The International Woman Suffrage News*, de Londres, Outubro de 1924.

II

EXECUÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CONGRESSO

Ex^{mo} Senhor Presidente da República

Excelência

Em todos os países do mundo, com excepção da França, Suíça e Portugal, têm as mulheres obtido os seus direitos políticos.

A mulher portuguesa, animada do desejo, não de se masculinizar nem competir com o homem, mas de velar pelo futuro dos filhos e serenidade do lar, quer usufruir como o homem, as mesmas responsabilidades perante a lei, os mesmos deveres com os mesmos direitos.

O Primeiro Congresso Feminista e de Educação realizado em Maio do ano findo, sob a digna presidencia de V. Excelência, apreciando o sufrágio feminino resolveu que mais uma vez o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas instasse junto dos poderes públicos pela realização de um acto de justiça — concessão do direito de sufrágio à Mulher — que só repugna aos que não têm perfeita noção

do que seja liberdade de consciência, de pensamento e de acção.

Mais de metade da população do país é posta de parte nas eleições dos que zelam e defendem os seus destinos.

É uma injustiça, é uma iniquidade.

Apelamos para o elevado critério de V. Excelsa como homem de princípios e de bem e como primeiro magistrado de Nação, para que patrocine a nossa causa com carinho e solicitude que ela merece.

Saúde e Fraternidade

A Comissão

Adelaide Cabete.

Vitória Pais Freire de Andrade.

Berta Garção.

Rosa Pereira.

Dinah dos Santos Lima,

Ex.^{mo} Sr. Ministro do Interior

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, cõscio do papel que tem a desempenhar na obra de reorganização social que neste momento tão imperiosamente se impõe a todos os portugueses dignos dêste nome, vem por êste meio chamar a esclarecida atenção de V. Ex.^a para o seguinte:

Sabendo-se que a crise moral que atravessamos é a base da grande crise de carácter económico-social que tantas vítimas está produzindo e a que é mister acudir quanto antes para evitar mais sofrimentos do que os que até agora já tem produzido, necessário.

se torna que todos os esforços se conjuguem numa verdadeira obra de Solidariedade e Amor, para extirpar do nosso meio social todos os agentes de dissolução que desenfreadamente para aí campeiam. Entre êsses agentes, que infelizmente entre nós, se contam por um número avultadíssimo, cumpre-nos destacar por agora, a exhibição de espectáculos imorais, que sôbre o meio em que actuam exercem a mais perniciosa influênciã e que para vergonha de um país que se diz civilizado para aí se consentem com uma tolerância pasmosa!

Cremos bem que essa tolerância é devida ao indiferentismo que entre nós se costuma ligar até a factos que, como neste caso, tantos prejuizos nos causam, e não ao desconhecimento dos seus efeitos perniciosos, pois ninguém há, que sendo medianamente ilustrado, não saiba a acção suggestiva que êsses espectáculos exercem.

Assim, consentir que ainda entre nós se exhibam espectáculos como os das touradas que representam uma das nossas mais vergonhosas tradições, servindo simplesmente para excitar o povo à selvageria e gôsto pelos espectáculos sangrentos, chega a parecer não só indiferentismo que neste caso se podia chamar criminoso, mas até *inconsciência*, difficil de admitir em cérebros regularmente equilibrados.

Por isso Ex.^{mo} Sr. Ministro, neste momento, em que o gôsto por êstes desumanos espectáculos se tem desenvolvido até ao ponto de haver quem tenha a ousadia de pensar em organizar entre nós, touradas com a morte do touro, nós vimos junto de V. Ex.^a, não só protestar contra êste vergonhoso atentado aos mais fundamentais princípios de Bondade, como também pedir que em breve se digne dar effectivação ao que no nosso 1.^o Congresso Feminista e de Educação, realizado nos primeiros dias de

Maio último, se votou sôbre a exhibição das tou-
radas.

Nesse Congresso em que o problema educativo
foi encarado sob os seus mais variados aspectos
foram aprovadas tôdas as conclusões de uma tese
sôbre *A influência dos espectáculos públicos na
educação*, cuja efectivação desejamos realizar num
prazo mais ou menos breve, pedindo por *emquanto*,
sòmente que se ponha em prática o que se preceitua
na última conclusão da citada tese por nos parecer
a de mais fácil execução e de mais oportunidade
pela sua crescente e desastrosa influência educativa.
A conclusão referida, tal como o Congresso a apro-
vou por unanimidade, está redigida do seguinte
modo: «As touradas como espectáculos desumanos
impróprios da nossa época que muito prejudicam a
educação devem ser abolidas».

A Comissão,

Vitória Pais Freire de Andrade
Sara S. Corrêa
Fernanda Pimentel.

Ao Senhor Director Geral de Instrução Pública:

Ex.^{mo} Sr.

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas,
no seu último Congresso Feminista e de Educação
votou, por unanimidade, as conclusões de uma tese
que se refere à influência nefasta de certos espectá-
culos na educação infantil. Essas conclusões precei-
tuavam que nos cinemas se realizassem espectáculos

próprios para crianças, e, que na comissão encarregada de fiscalizar as fitas que se exhibissem tivesse representação o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

Nestas condições, a referida associação feminista, não pode deixar de se congratular pela publicação da lei n.º 1748 que em parte vem dar efectivação a uma das suas muitas aspirações educativas, pedindo a V. Ex.^a que no desempenho do encargo que muito justamente a mesma lei lhe confere no § 3.º do art.º 2.º, tome na devida consideração o auxílio que lhe deseja prestar o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e que por êste meio se põe ao dispôr de V. Ex.^a, cumprindo assim o compromisso que tomou no já citado congresso.

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas muito grato ficaria se V. Ex.^a quisesse nomear uma senhora delegada do mesmo Conselho para fazer parte da referida comissão.

Apresentamos a V. Ex.^a os nossos mais sinceros votos de

Saúde e Fraternidade

Pelo C. N. M. P.

Vitória Pais Freire de Andrade
Angélica Pôrto
Rosa Pereira.

Ao Senhor Director da Policia Administrativa:

Ex.^{mo} Senhor

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas,
associação feminista portuguesa federada no Conse-

lho Internacional das Mulheres, tem incluída no seu programa a questão moral. Sob o aspecto de Prostituição vem ela tomando, entre nós, como de resto em outros países, um aspecto verdadeiramente alarmante.

Ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas interessa, sôbre modo, a questão da moral a ponto de ter promovido no respectivo tribunal um processo crime contra uma *manucure*, uma verdadeira proxeneta, e ter ventilado no Congresso Feminista e de Educação, ultimamente organizado em Lisboa, a Prostituição pelo prisma do Abolocionismo.

O alarme por V. Ex.^a feito num jornal da capital encontrou eco no nosso coração de mulheres sentimentais que, no nosso meio social, pelem por uma só moral e pela dignificação da mulher.

Aplaudimos V. Ex.^a pelas disposições repressivas que vai introduzir num projecto que tenciona apresentar ao sr. Governador Civil contra aqueles que desinquietam mulheres para casas duvidosas.

Em Portugal muito há ainda que fazer e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas regosijar-se-ia se V. Ex.^a, com os seus intuitos reformistas, enveredasse pela moderna corrente abolicionista dos regulamentos e promovesse a modificação de algumas disposições do Código Penal, ainda em vigor, e que não protegem devidamente a honra da mulher.

Nós desejamos não só a extinção das casas suspeitas em lojas e rez-do-chão como também as *casas com patroa* e as luxuosas casas de passe onde muita mulher tem perdido a sua honra, e, desde já, o desaparecimento de tôdas as características exteriores dos alcouces.

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, oferecendo os seus préstimos a V. Ex.^a para a reso-

lução do problema da Prostituição, interpreta as intenções do Congresso Feminista e de Educação e julga cumprir um dever de solidariedade humana.

A Comissão

Angélica Pôrto

Rita das Dores Silva

Maria José Ramos de Sousa.

Ex.^{mo} Senhor Ministro da Justiça

Nunca as boas intenções foram vistas com desprazer por aqueles que, no difícil encargo de bem servir os povos põem nisso tôda a sua bôa vontade e feliz engenho, portanto, encorajadas por estas razões que tendes brilhantemente comprovado vimos, no desempenho da missão que em nós delegou o Congresso Feminista e de Educação, realizado pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, patentear as deliberações nêsse Congresso aprovadas e respeitantes à tese «Assistência às delinquentes» que no mesmo foi discutida.

E assim, preconizando esta obra de manifesta utilidade social como medida de mais rápida execução a necessidade de se modificarem as prisões de forma a corresponderem aos fins que a penalidade tem em vista, juntamos a esta representação a tese a que aludimos, bem assim as seguintes ampliações que pelo citado Congresso foram introduzidas:

— «Que se procure modificar urgentemente o actual regimen penitenciário no sentido de formar colónias agrícolas e sob o princípio de liberdade condicional; que nos códigos se estabeleça o princípio humano assente em bases científicas de indivi-

dualizar a pena, tendo em vista o conhecimento physio-psicológico do criminoso e as condições determinantes do crime».

Conseqüentemente, vimos como nos cumpre solicitar com interêsse a vossa esclarecida atenção para as medidas apontadas como primaciais.

Excelência

É possível que por bastante complexa, pareça à primeira vista, algo revolucionário e de impossível execução, o plano de assistência a delinquentes que na mencionada tese se encontra delineado, no entanto, o que ela expõe, outros o têm dito com muito mais autoridade e bem melhor do que nós o podemos fazer, porquanto são abalisados criminalogistas, eminentes e especializados educadores. E são estas circunstâncias, que, muito embora seja árduo o trabalho a efectivar, nos fundamentam a esperança de que a sua consecução venha a dar benéficos resultados.

Eis porque, diligenciando que a penalidade atinja os fins que a consubstancia — *defender a colectividade e regenerar o criminoso* — pedimos como meio de mais rápida execução, a salubridade das prisões e a instituição nas mesmas de palestras moralizadoras.

Por demais é sabido, que, o desconforto moral e material e mòrmente a falta de hygiene, influi pèssimamente no carácter do indivíduo preso.

As quadras repulsivas não podem de forma alguma sanear índoles já do seu natural doentias, antes pelo, contrário, contribuem pela paridade que as aproxima para completamente as preverter.

É assim também, as prepotências sôbre os delin-

qüentes, em vez de serem como alguns julgam, um meio de coacção necessária são, ao invéz, factores de perversão, porquanto, sendo a antítese do direito, desensinam os alvejados, dando-lhes da justiça uma idea errada.

O facto de se estar sob a alçada da lei não implica a perda da noção do direito, pelo contrário, aguça até a faculdade de apreciação da mesma, e o sentimento de justiça que no indivíduo não gera o horror à prepotência, o tarado, por ser deficiente a sua maneira de sentir, contraproducente, imita, applicando a seu modo, o que sob êle viu praticar, e por tal circunstância se bravio fôr, pior se torna.

É também para evitar êstes inconvenientes, que pediamos para que sejam instituídas nas prisões palestras moralizadoras, porquanto elas podem ser, não só um meio de reeducar os delinqüentes por influência da palavra escrita ou falada como também por lhes prestar certa assistência moral, implicitamente fiscalizando o viver das prisões.

É sabido que o pessoal das mesmas, pela insuficiência da sua cultura, é propenso a exorbitar das suas funções mas, sabendo que o não podem impunemente fazer, pois que os reclusos em contacto directo com os palestrantes lhes podem manifestar as suas justas queixas, terão cuidado em não se exceder. Reprimirão os ímpetos grosseiros, não abusando do mando que lhe foi confiado para manterem a vigilancia e ordem precisa e nunca para vexarem, sem deixarem contudo de cumprirem integralmente o dever que a sociedade lhes incumbiu, o qual é o de a defender, e não o de a vingar.

Portanto, patenteando-vos com respeito e desassombro o que sôb esta questão foi discutido com interêsse e aprovado no Congresso Feminista e de

Educação, anima o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que, por intermédio das suas comissionadas vem junto dos poderes constituídos dos quais sois um digno representante, manifestar o desejo de bem servir e acompanhar com interêsse a causa do bem público, como entidade consciente dos seus direitos e correlativos deveres.

Assim, com prazer vos apresenta os seus respeitos e saudações.

A comissão delegada do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

Angélica Pôrto

Dinah dos Santos Lima

Vitória Pais Freire de Andrade.

TRABALHOS DO AUTOR

Comércio internacional de Portugal.

Abolicionismo (*tese*).

Breve relato do Congresso Feminista e de Educação
(separata da revista *Alma Feminina*).

Homenagem ás relatoras de teses do Congresso Feminista e de Educação (separata da revista *Alma Feminina*).

EM PREPARAÇÃO :

Feministas ilustres.

Edições SPARTACUS

O Amor e a Vida (Contos), por <i>Campos Lima</i>	5\$00
A Crise Económica, SEUS ASPECTOS ESSENCIAIS , por <i>João Perpétuo da Cruz</i>	2\$50
Três aspectos da Revolução Russa , por <i>Emile Vandervelde</i>	5\$00
A Revolução em Portugal , por <i>Campos Lima</i>	6\$00
Primeiro Congresso Feminista e de Educação , por <i>Arnaldo Brazão</i>	10\$00